

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO EM LETRAS

THOMAS ROCHA

**A CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DA IDENTIDADE:**  
CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA, INTERAÇÃO DISCURSIVA E PALAVRA ALHEIA

Porto Alegre  
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

THOMAS ROCHA

**A CONSTRUÇÃO DIALÓGICA DA IDENTIDADE:  
CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA, INTERAÇÃO DISCURSIVA E PALAVRA ALHEIA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração de Linguística, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy

Porto Alegre  
2022

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador Cláudio Primo Delanoy, pelos valiosos ensinamentos, pela acolhida ao meu pedido de orientação e por todo o apoio ao longo deste percurso.

Às professoras Ekaterina Volkova Américo e Juciane dos Santos Cavalheiro, pelas contribuições na qualificação deste trabalho.

À professora Carmem Luci da Costa Silva que, mais uma vez, participa de um momento importante para a minha formação acadêmica.

À professora Maria da Glória Côrrea di Fanti, que me ensinou tanto e participou ativamente da minha caminhada no universo bakhtiniano.

À Tânia Marra, pela amizade e constante incentivo.

Aos meus queridos amigos e colegas dos grupos de estudo e pesquisa *Discursos em diálogo e Tessitura: Vozes em (Dis)curso (GenTE)*, que colaboraram com este estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, com quem muito aprendi.

Aos funcionários da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

À CAPES, pela bolsa parcial.

Aos amigos e familiares, pelo apoio de sempre.

À minha mãe, Renata, e às minhas irmãs, Nancy, Lilly, Diana e Renée, pela presença amorosa em minha vida.

À minha amada companheira Patrícia, a quem muito admiro, pela paixão, pelo carinho e por estar sempre ao meu lado.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior”.

João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

## RESUMO

Todos estamos investidos de identidades e, justamente por isso, a identidade é um tema que está no centro de amplos debates, envolvendo estudiosos de campos diversos do conhecimento (HALL, 2020; BUTLER, 2018; GIDDENS, 2012; BAUMAN, 2005; ELIAS, 1994). Nesta tese, abordamos a identidade a partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin e o Círculo, considerando-a como um processo de construção relacional, que se manifesta no discurso de sujeitos social e historicamente constituídos. A contribuição teórico-conceitual dos Estudos Culturais, em especial Hall (2014, 2020) e Woodward (2014), possibilitou uma reflexão mais apurada sobre esse processo. Nosso objetivo principal é desenvolver a noção de **identidade dialógica** com base em três conceitos fundamentais: *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia*. Em articulação, esses conceitos representam o que definimos como um posicionamento responsável e responsivo que se realiza no *continuum* da interação discursiva. Nessa perspectiva, as relações dialógicas estabelecidas na singularidade do ato discursivo nos permitem conceber a identidade como um fenômeno social e ideológico, protagonizado por um sujeito-corpo que se posiciona em relação a discursos identitários de orientação mais autoritária e monológica ou aqueles de orientação mais dialógica e interiormente persuasiva. Ainda que predominantemente teórica, entendemos que nossa proposta deve estar ancorada na análise de enunciados concretos, permitindo uma avaliação crítica de sua aplicabilidade. Para isso, analisamos o discurso de linguistas observando o ordenamento metodológico proposto por Volóchinov (2017, p. 220; 2019, p. 268), buscando explicitar o processo de construção dialógica da identidade a partir do posicionamento dos linguistas em resposta aos ataques infligidos à categoria durante a repercussão do que ficou conhecido como “o caso do livro didático”, ocorrido em 2011.

**Palavras-chave:** Bakhtin e o Círculo; identidade dialógica; alteridade; interação discursiva.

## ABSTRACT

We are all vested with identities and, precisely for this reason, identity is a theme that is at the center of broad debates, involving scholars from different fields of knowledge (HALL, 2020; BUTLER, 2018; GIDDENS, 2012; BAUMAN, 2005; ELIAS, 1994). In this dissertation, we approach identity from the theoretical assumptions of Bakhtin and the Circle, considering identity as a process of relational construction, which manifests itself in the discourse of socially and historically constituted subjects. The theoretical-conceptual contribution of Cultural Studies, especially Hall (2014, 2020) and Woodward (2014), enabled a more refined reflection on this process. Our main goal is to develop the notion of **dialogical identity** based on three fundamental concepts: linguistic consciousness, discursive interaction and the word of others. In articulation, these concepts represent what we define as a responsible and responsive positioning that takes place in the continuum of discursive interaction. From this perspective, the dialogic relationships established in the singularity of the discursive act allow us to conceive identity as a social and ideological phenomenon, performed by a subject-body that positions itself in relation to identity discourses of a more authoritarian and monological orientation or those of a more dialogical and internally persuasive orientation. Although predominantly theoretical, we understand that our proposal must be anchored in the analysis of concrete statements, allowing a critical evaluation of its applicability. To this end, we analyzed the discourse of linguists observing the methodological ordering proposed by Voloshinov (2017, p. 220; 2019, p. 268), seeking to explain the process of dialogic construction of identity from the positioning of linguists in response to the attacks inflicted on the category during the repercussion of what became known as "the textbook case", which occurred in 2011.

**Keywords:** Bakhtin and the Circle; dialogical identity; alterity; discursive interaction.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> – O <i>continuum</i> da interação discursiva .....	46
<b>Quadro 2</b> – Problema e objetivos .....	59
<b>Quadro 3</b> – O cotejo dialógico .....	62
<b>Quadro 4</b> – A composição do <i>corpus</i> de análise .....	64
<b>Figura 1</b> – O corpo da verdadeira negra .....	76
<b>Quadro 5</b> – Manchete 1 – O assassinato da língua portuguesa .....	85
<b>Quadro 6</b> – Manchete 2 – As lições do livro que desensina .....	85
<b>Quadro 7</b> – Relação dos artigos em análise .....	86
<b>Quadro 8</b> – A atitude da mídia .....	88
<b>Quadro 9</b> – O papel da ciência .....	90

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2</b>	<b>IDENTIDADE E LINGUAGEM</b>	13
	2.1 O PROBLEMA DA IDENTIDADE	13
	2.2 O PAPEL DO DISCURSO	24
	2.3 A INEVITABILIDADE DO OUTRO: ALTERIDADE E DIFERENÇA	33
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS PARA UMA IDENTIDADE DIALÓGICA</b>	40
	3.1 A IDENTIDADE DO CÍRCULO	41
	3.2 O <i>CONTINUUM</i> DA INTERAÇÃO DIALÓGICA	44
	<b>3.2.1</b> Consciência linguística	47
	<b>3.2.2</b> Interação discursiva	51
	<b>3.2.3</b> Palavra alheia	54
<b>4</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE (procedimentos metodológicos)</b>	58
	4.1 CONSTRUINDO A (NOÇÃO DE) IDENTIDADE DIALÓGICA	58
	4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	63
<b>5</b>	<b>A IDENTIDADE DIALÓGICA</b>	66
	5.1 UM POSICIONAMENTO RESPONSÁVEL E RESPONSIVO	67
	5.2 O NASCIMENTO SOCIAL	71
	5.3 O SUJEITO DIALÓGICO	75
<b>6</b>	<b>UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO: O LINGUISTA NO DISCURSO</b>	78
	6.1 O DESENTENDIMENTO	78
	6.2 O CASO DO LIVRO	83
	6.3 VOZES EM DIÁLOGO	86
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS (mas não conclusivas)</b>	93
	<b>REFERÊNCIAS</b>	101
	<b>ANEXO A – Artigos e notas de repúdio analisados</b>	111



## 1 INTRODUÇÃO

A identidade é uma questão que está no centro da prática e do debate políticos e tem se mostrado um problema complexo, que mobiliza pesquisadores de várias esferas do conhecimento. Nas ciências humanas, especialmente na psicanálise, na sociologia, na antropologia, na literatura e na história, é possível encontrar uma diversidade de estudos sobre o tema: Hall (2020), Haider (2019), Butler (2018), Bauman (2005), Giddens (2012), Elias (1994). No âmbito da linguística, não é diferente, muitos são os ensaios e artigos que exploram as relações entre linguagem e identidade, destacando sua relevância na discussão de fenômenos linguísticos e discursivos: Coracini (2003); Rajagopalan (2003), Signorini (2016), entre outros. No meio educacional e pedagógico, a identidade é tema inarredável. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) prescreve o acolhimento e a valorização das identidades (linguísticas, étnicas e culturais) entre as competências gerais da educação básica. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural é um direito de aprendizagem e desenvolvimento a ser assegurado às crianças.

A compreensão da identidade em suas mais diversas manifestações (identidade humana, identidade nacional, identidade étnica, identidade sexual, identidade de gênero, identidade profissional, pessoal e coletiva etc.) é um ato valorativo, que implica um posicionamento ético e ideológico. Neste trabalho, pretendemos demonstrar que, numa análise discursiva, o emprego da expressão *identidade dialógica* não tem uma finalidade unicamente descritiva. Antes de tudo, tem uma finalidade hermenêutica e enseja compreender como a identidade se constitui, fundamentalmente, no processo de interação discursiva.

Nesta tese, abordamos a identidade a partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin e o Círculo. Nosso objetivo principal é desenvolver a noção de **identidade dialógica** articulando três conceitos fundamentais: *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia*. Em interdependência, esses conceitos representam o acontecimento discursivo de construção da identidade, conformando a dinâmica de todo esse processo. A consciência é um ato social e, sobretudo, ideológico, é um ininterrupto fluxo de palavras (discurso interior) sempre orientado para o outro, para o interlocutor, para o auditório social. É por meio da palavra que o sujeito se posiciona no mundo, compreendendo, avaliando e respondendo ao outro, identificando-se e diferenciando-se em relação ao discurso alheio, dando forma a si mesmo do ponto de vista da coletividade com a qual interage discursivamente. Os conceitos de *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia* foram desenvolvidos pelo linguista russo Valentin

Volóchinov (1895-1936), na obra intitulada *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicada em 1929. Esses conceitos também podem ser encontrados em outras obras de Volóchinov, assim como em obras de outros integrantes do grupo de intelectuais atualmente conhecido como Círculo de Bakhtin, em referência ao pensador Mikhail Bakhtin (1895-1975).

Os textos de Bakhtin, Volóchinov, Pável Medviédev (1891-1938) e outros estudiosos do Círculo foram produzidos nas primeiras décadas do século XX, na Rússia, e, no caso de Bakhtin, estenderam-se até os anos de 1970. A unidade que permeia esses escritos é a concepção dialógica da linguagem e a disposição para um debate aberto e crítico com várias esferas do conhecimento, destacando-se entre elas o marxismo, a fenomenologia, o neokantismo, a psicanálise, o formalismo e o estruturalismo.

O pensamento de Bakhtin e seus interlocutores do Círculo tem como horizonte a totalidade da identidade humana e funda-se na conjunção de elementos repetíveis e irrepetíveis dos atos humanos, numa filosofia que envolve os aspectos ético, estético, epistemológico e ontológico, buscando integrar a ciência, a arte e a vida na unidade do sujeito responsável e responsivo (SOBRAL, 2019). O sujeito falante e expressivo deixa entrever sua relação com o mundo e a realidade a partir do fluxo contínuo de interações que se estabelece entre o discurso interior e o discurso exterior, os quais, por sua vez, são definidos pela “ideologia do cotidiano [entrecortado por discursos] que penetra integralmente o nosso comportamento” (BAKHTIN, 2017a, p. 88).

O processo contínuo de identificação e diferenciação em relação ao outro, realizado no *continuum* da interação discursiva, orientou a formulação do nosso conceito de identidade. A contribuição teórico-conceitual dos Estudos Culturais, em especial Hall (2014, 2020) e Woodward (2014), possibilitou uma reflexão mais apurada sobre esse processo. Os autores discutem questões fundamentais para a reflexão em torno da identidade e da diferença, destacando a relação entre os conceitos e explorando as relações entre identidade e subjetividade.

Trabalhamos a noção de identidade indissociavelmente ligada à noção de alteridade. O indivíduo humano é irreduzível, consciente e pleno de subjetividade. Ao mesmo tempo, o outro é uma necessidade constitutiva. Dependemos do outro para existir, nascemos umbilicalmente ligados ao outro. Nessa perspectiva, identidade e alteridade são representações reflexivas que servem para indagar e para compreender a realidade da linguagem em uso. São instrumentos conceituais de investigação que nos permitem compreender a linguagem humana em sua complexidade constitutivamente dialógica. A dissociação desses termos (identidade/alteridade)

rompe com a sua relação permanente e simultânea. No entanto, embora sejam complementares, esses conceitos não se (con)fundem completamente, não se reduzem um ao outro, e uma definição adequada desses diferentes processos não configura preciosismo terminológico, mas atende à precisão teórica necessária para uma rigorosa e coerente análise dos fenômenos discursivos.

Nos estudos discursivos é inevitável que determinados parâmetros sejam estabelecidos para uma melhor compreensão das noções e conceitos com quais se quer trabalhar. É exatamente a preocupação de Maingueneau (2017), ao dedicar um capítulo para a discussão da noção de discurso, para que o leitor possa apreender “as linhas de força que estruturam esse campo”, identificar “as categorias sobre as quais repousam seus métodos de análise” e tomar “consciência da heterogeneidade do discurso” Maingueneau (2017, p. 11).

Enquanto instrumento do conhecimento científico, o conceito se ajusta a partir da observação efetiva do objeto de estudo e com ele forma uma relação complexa de retroalimentação. De certa forma, o conceito confirma e assegura a validade e importância em si daquilo que elegemos como objeto de pesquisa. A ciência, compreendida como linguagem, como fenômeno discursivo, nos abre e nos fecha à realidade. A tarefa de descrever como a identidade é construída *no e pelo discurso* implica a identificação de fenômenos verbais e extra verbais, suscitados no enunciado concreto, que possam estar e ser relacionados ao processo de construção e reconstrução de uma identidade. A realidade concreta do enunciado impõe limites à atividade descritiva e estabelece o “perímetro” ao qual a categoria de identidade pode ser aplicada. Nesse momento, não estaremos falando de uma aplicação genérica e abrangente do termo identidade, mas estaremos falando de uma determinada identidade, ou mesmo, de identidades: a identidade da mulher, a identidade do negro, a identidade do cientista, a identidade do linguista etc.

É necessário, portanto, estabelecer os sentidos precisos que recobrem a noção de identidade que pretendemos desenvolver. Reiteramos, não se trata de um conceito puramente descritivo, mas, sobretudo, interpretativo (correlacionamento de um discurso com outros discursos). Dada a abrangência que o conceito de identidade pode alcançar, fazemos aqui um recorte, procurando abordá-lo a partir de um enfoque linguístico-discursivo. Ou seja, estamos interessados nos elementos discursivos que, na dinâmica da interação, orientam sentidos e sujeitos para processos de (re)conhecimento e de (re)construção identitários. Não pretendemos apresentar uma discussão exaustiva sobre a identidade, apenas elencar alguns aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um quadro teórico consistente e metodologicamente

aplicável.

Entendemos que nossa proposta teórica deve estar amparada na análise de enunciados concretos, permitindo uma avaliação crítica de sua aplicabilidade. Para tanto, dois movimentos são necessários para alcançar nossos objetivos. Primeiramente, considerando a complexidade do pensamento de Bakhtin e o Círculo e que não há uma formulação explícita da noção de identidade em seus textos, é necessário estabelecer critérios objetivos para a adoção de determinados conceitos e a renúncia de outros. O desenvolvimento conceitual deve estar amparado em uma base teórica sólida. Por sua vez, o segundo movimento diz respeito aos procedimentos metodológicos a serem estabelecidos e adotados na análise discursiva.

O *corpus* de análise compreende oito artigos de opinião e duas notas de repúdio publicados por linguistas e associações de linguistas em resposta aos ataques infligidos à categoria durante a repercussão do que ficou conhecido como “o caso do livro didático”, ocorrido em 2011. Na ocasião, a obra intitulada *Por uma vida melhor* provocou polêmica ao inserir um capítulo sobre variação linguística. Frases como “Nós pega os peixe”, “os menino pega os peixe”, “Mas eu posso falar os livro” entre outras, causaram a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras. Observando a produção discursiva desses linguistas, notamos referências sistemáticas a sua atuação profissional, seu papel na sociedade e sua percepção sobre o fenômeno da linguagem. Identificamos um movimento de construção identitária nessas manifestações. A escolha desse *corpus* não é aleatória, mas decorre de uma identificação pessoal com o tema ou, mais propriamente, de uma inquietação em torno da identidade do linguista.

Além desta introdução e das considerações finais (mas não conclusivas), esta tese está estruturada em cinco capítulos. Iniciamos o capítulo 2, intitulado *Identidade e Linguagem*, perguntando por que a identidade é um problema. A partir de alguns apontamentos, procuramos elencar elementos centrais no atual debate sobre a identidade. Apresentamos brevemente os Estudos Culturais, destacando as características que possibilitam um diálogo aberto com o pensamento de Bakhtin e o Círculo. Em seguida, na segunda seção, colocamos em destaque as relações entre identidade e linguagem, enfatizando o papel do discurso nesse processo. Apresentamos algumas contribuições teóricas, no campo enunciativo e discursivo, que trabalham com categorias de pessoa e com as quais podemos dialogar e demarcar contornos teóricos mais precisos. Em destaque, as formulações de Benveniste, Ducrot, Authier-Revuz, Maingueneau e Charaudeau. Na terceira seção do capítulo 2, discutimos a questão da alteridade como fator indispensável para a formulação de uma identidade dialógica. Colocamos em

perspectiva distintas abordagens sobre a alteridade, a diferença, a percepção e o reconhecimento do outro.

No capítulo 3, intitulado *Fundamentos para uma identidade dialógica*, após uma apresentação geral do Círculo de Bakhtin, nos dedicamos aos pressupostos teóricos que fundamentam nosso trabalho. Partindo do estudo e cotejamento das obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, *A palavra na vida e a palavra na poesia* e *O freudismo* de Volóchinov e *Para uma filosofia do ato responsável*, *Os gêneros do discurso*, *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*, *Teoria do Romance* e *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Bakhtin, tentaremos direcionar a abordagem de alguns conceitos para a construção do objeto da pesquisa. Ao mesmo tempo, questionamos se há espaço para a identidade em uma proposta teórica centrada na perspectiva do outro. Para pensar a construção discursiva da identidade, com base no dialogismo, apostamos na integração dos conceitos de *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia*. Tentaremos aprofundar o entendimento sobre esses conceitos com a finalidade de desenvolver (explicitar) a noção de identidade dialógica.

O capítulo 4 é voltado aos procedimentos metodológicos, tanto para a construção do conceito de identidade dialógica quanto para a análise dos enunciados selecionados (*corpus*). No quinto capítulo, desenvolvemos o conceito de identidade dialógica a partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin e o Círculo apresentados no capítulo 3. Definimos a identidade como um posicionamento responsável e responsivo, reiterando seu caráter social e ideológico e caracterizando brevemente o sujeito dialógico.

Por fim, no capítulo 6, analisamos o *discurso de linguistas* com base em duas notas de repúdio publicadas pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) e pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e em oito artigos assinados e publicados pelos linguistas Marcos Bagno (UNB), Sírio Possenti (Unicamp), Cristóvão Tezza (UFPR), Ana Maria Stahl Zilles (UNISINOS), Carlos Alberto Faraco (UFPR), Miriam Lemle (UFRJ), José Miguel Wisnik (USP) e Dante Lucchesi (UFBA). Ao enunciar, eles e elas enunciam-se como profissionais que se reconhecem, se assumem e se posicionam como linguistas em determinadas instâncias e circunstâncias discursivas. Paralelamente à consolidação dos estudos linguísticos no Brasil, a identidade do linguista foi se moldando, sempre em diálogo, em disputa com discursos antagônicos. O papel da mídia tem sido relevante nesse processo, pois veicula e dá publicidade a esses discursos antagônicos, muitas vezes, filiando-se a eles. O caso do livro didático, ocorrido em 2011, é exemplar nesse sentido e oferece o material necessário para a constituição do *corpus* de análise.

## 2 IDENTIDADE E LINGUAGEM

### 2.1 O PROBLEMA DA IDENTIDADE

Por que a identidade é um problema? A questão da identidade vem sendo intensa e extensamente discutida no âmbito das ciências humanas e sociais. Em contrapartida, trata-se de uma noção muito complexa e ainda insuficientemente desenvolvida e compreendida nos estudos sociais contemporâneos. Nas palavras de um dos principais estudiosos do tema, a identidade é um fenômeno social sobre o qual “é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros” (HALL, 2020, p. 9).

De fato, a complexidade da nossa identidade escapa ao olhar mais atento. “Permanecemos um mistério para nós mesmos” (MORIN, 2005, p. 16). Ao longo da história humana, todas as ciências e todas as artes apresentam respostas diferentes para uma questão fundamental: o que é a humanidade, em que consiste o fenômeno humano, quem somos nós? Talvez, fosse melhor que nos perguntássemos: quem queremos (ou devemos) ser? De acordo com Morin (2005), as diferentes respostas não convergem para a compreensão do humano em toda a sua complexidade. De certa forma, fomos separados do mundo vivo, fomos fragmentados, reduzidos, deslocados. Conhecemos em detalhes aspectos fundamentais da humanidade – biológicos, culturais, psicológicos, sociais, individuais – mas não conhecemos a identidade do ser humano em sua integralidade.

Para Hall (2020), a fragmentação, descentração ou deslocamento do sujeito moderno decorreria das transformações estruturais que as sociedades modernas vêm sofrendo nas últimas décadas, em especial por conta do processo de mudança conhecido como *globalização*. Nesse cenário, as referências identitárias, que outrora estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo emergir novas identidades, “abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (p. 10) e, com isso, caracterizando o que muitos autores chamam de “crise de identidade”. É justamente por estar em crise que a identidade se torna um problema, um objeto de inúmeras reflexões, um tema examinado a partir de variados enfoques e perspectivas teóricas: Hall (2014, 2020), Woodward (2014), Silva (2014), Haider (2019), Bauman (2005), Butler (2018), Elias (1994), Giddens (2012) entre tantos outros.

Para Freud (2011, p. 9), um autor incontornável no debate sobre a identidade, “nada nos é mais seguro do que o sentimento de nós mesmos, de nosso Eu. Este Eu nos aparece como autônomo, unitário, bem demarcado de tudo o mais”. Nada mais enganoso do que essa

aparência, diria o fundador da psicanálise.

Em *A sociedade dos indivíduos* (1994), o sociólogo alemão Norbert Elias critica a concepção tradicional que pensa o indivíduo e a sociedade como entidades ontologicamente diferentes, como se o indivíduo existisse em completo isolamento e como se a sociedade fosse a simples soma de indivíduos. Ao interpretar as concepções filosóficas de Kant, Descartes, Berkeley e outros, Elias (1994) observa que as construções conceituais, lógicas e percepções de tempo, espaço e objetos, eram qualificadas como atributos naturais dos indivíduos, pensando o eu dentro do indivíduo, totalmente separado do mundo exterior. Para o autor, trata-se de uma falsa imagem do eu, sem “nós” e sem “você”:

O eu desprovido do nós que Descartes nos apresenta como sujeito do conhecimento já se sente aprisionado em seu próprio pensamento [...] A elaboração dessa autopercepção sob a forma de teoria do conhecimento deixa de levar em conta, de um modo curioso e que se repete com grande regularidade, o fato de que todo adulto, quando criança, tem que adquirir o conhecimento de outrem, num longo processo de aprendizagem, antes de poder desenvolver individualmente esse conhecimento. (ELIAS, 1994, p. 246, grifos nossos)

Em suas reflexões sobre o problema da pessoa singular dentro da pluralidade de pessoas, Elias (1994) cunhou os conceitos de *identidade-eu* e *identidade-nós* para expressar que o eu não pode ser concebido como destituído de um nós; afinal, todo indivíduo nasce de um grupo de pessoas que já existiam antes dele e depende, para sobreviver, do convívio com outras pessoas.

Por sua vez, em *Modernidade e identidade* (2012), o sociólogo britânico Anthony Giddens está preocupado com a natureza das interconexões entre as influências globalizantes de um lado e as disposições pessoais de outro e procura entender como as instituições modernas introduzem transformações que se entrelaçam com a vida individual. Ao tratar da linguagem, o sociólogo dialoga com Wittgenstein e Lévi-Strauss, propondo que a identidade consiste na capacidade pessoal do agente em estabelecer e dar continuidade a uma narrativa a respeito de sua própria história. Nesse processo, o eu é visto como um projeto reflexivo no qual o indivíduo é instado a autointerrogar-se continuamente, formando o que Giddens chama de *autoidentidade*. Nesse sentido, a consciência reflexiva é característica de toda ação humana e permite que os seres humanos monitorem “as circunstâncias de suas atividades como parte do fazer o que fazem, e esse monitoramento sempre tem características discursivas” (GIDDENS, 2012, p. 44).

Na obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2018), a filósofa estadunidense Judith Butler propõe uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. Em diálogo com Foucault,

Lacan e outros, a autora empreende uma genealogia crítica das categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo, concebendo-as como efeitos de uma formação específica de poder. Estruturas de poder (instituições, práticas e discursos) que pensam o conceito de gênero a partir de uma configuração binária, que constroem o sujeito e o Outro, a relação binária entre “homens” e “mulheres” e a estabilidade interna desses termos. Em outras palavras, a filósofa entende que não há construções ontológicas descoladas de construções discursivas. Em perspectiva crítica ao que chama de *metafísica da substância*, Butler (2018, p. 41-42) apresenta uma série de questionamentos que merecem reflexão: “o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? [...] Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?”.

A presença desses autores é relevante para nossa discussão porque nos permite demonstrar que a identidade é um **fenômeno social**, historicamente situado, complexo e instigante que tem mobilizado pensadores de diversos campos do conhecimento, com diferentes abordagens teóricas. O termo “identidade”, enquanto *signo ideológico*, está em franca disputa. Todo signo ideológico “é determinado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 110). Nas últimas décadas, fatores sociais, econômicos e culturais tornaram o debate em torno deste tema socialmente significativo, de modo que há uma sobreposição de interesses que, continuamente, acentuam e reacentuam ideologicamente o termo. Com as transformações culturais que caracterizam a modernidade, decorrentes da globalização e de outros processos estruturantes, a percepção de uma identidade centrada no indivíduo, fixa e imutável, perde espaço para concepções construtivistas, não essencialistas que caracterizam a identidade como algo fluído e contingente. Essa questão será explicitada mais adiante, quando abordaremos a tensão entre as correntes essencialistas e as não essencialistas que se conjuga na dialética interna do signo “identidade”. No entanto, ressaltamos o consenso, entre os autores mencionados, de que a ideia de identidade centrada unicamente no indivíduo, independente de tudo e de todos, não faz mais sentido, uma vez que nos parece consolidada a percepção de que **o sujeito é constituído pelo outro**.

Nesses estudos, também podemos observar o emprego de determinados termos, com sentidos específicos, que designam coisas diferentes, mais ou menos definidos a depender da teoria, que não são sinônimos de “identidade”, mas sem os quais o debate se tornaria inviável, beirando a tautologia. Por exemplo: “eu”, “mesmo”, “*self*”, “próprio”, “indivíduo”, “idêntico”, “subjetividade”, “personalidade”, “(auto)imagem”, “singularidade”, “autopercepção”,



“sujeito”, “pessoa”; mas também “nós”, “tu/você”, “sociedade”, “intersubjetividade”, “coletividade”, “outro”, “diferente”, “alteridade”, “universal”; e, na articulação desses termos, encontramos “(co)relação”, “(inter)conexão”, “interação”, “vinculação”, “associação”, “tensão”, “conflito” etc.

Em síntese, podemos considerar que a identidade torna-se um problema para a investigação científica quando certas configurações sociais, historicamente consolidadas, começam a apresentar fissuras e, em alguns casos, entram em colapso, num contínuo embate entre *forças centrípetas* e *forças centrífugas* (BAKHTIN, 2017c). Tomando os movimentos feministas como exemplo, as questões de identidade tornaram-se fundamentais à medida que as mulheres se libertaram (da exclusividade) do lar e da vida doméstica, sobrepondo aos papéis de esposa e de mãe outras possibilidades de representação social.

Todos esses aspectos são fundamentais para compreendermos a importância e a complexidade do debate contemporâneo em torno da identidade, mas é na esteira dos Estudos Culturais que encontramos subsídios teóricos para uma reflexão mais apurada sobre a questão. Os Estudos Culturais (*Cultural Studies*, em inglês) configuram-se como um paradigma teórico crítico que busca compreender as metamorfoses da noção de cultura na última metade do século XX, questionando seu funcionamento na época da globalização, sem esquecer que nossas sociedades também são regidas por relações econômicas e políticas.

Os antecedentes desse movimento remontam ao século XIX, inaugurando uma **crítica cultural da sociedade burguesa**. Nesse período, em que a Inglaterra se consolida como uma potência industrial, muitos acadêmicos centram suas reflexões nos impactos negativos que a revolução industrial poderia gerar sobre a cultura nacional. Às humanidades e, especialmente, à literatura cabem o papel de preservação de valores culturais e de reativação da identidade nacional, visto que aos literatos e intelectuais é atribuída a responsabilidade de produção e difusão culturais.

Décadas depois, já no pós-Segunda Guerra Mundial, os Estudos Culturais convergem de uma reflexão centrada sobre o vínculo cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais: “a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente a das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder” (MATTELART; NEVEU, 2021, p. 14). Para alcançar esse objetivo, **os pesquisadores utilizam os métodos e os instrumentos da crítica textual e literária**, deslocando sua aplicação das obras clássicas para os produtos da cultura de massa e para o universo das **práticas culturais populares**.

Ao questionar o papel da cultura como instrumento de reconstituição de um grupo, de uma comunidade, de uma nação, em face das forças dissolventes do desenvolvimento capitalista, os Estudos Culturais optam de modo decisivo por uma abordagem via classes populares. A ideia de resistência à ordem cultural industrial e capitalista caracterizará de forma substancial a multiplicidade de objetos de pesquisa investigados. “Ela [a ideia de resistência] remete à convicção de que é impossível abstrair a “cultura” das relações de poder e das estratégias de mudança social” (MATTELART; NEVEU, 2021, p. 45).

Tributária do **marxismo**, sua inspiração teórica confronta-se, a partir dos anos 1980, com a desvalorização dessa abordagem e com a ascensão do neoliberalismo, do conservadorismo e do consumismo em massa. Os trabalhos passam a enfatizar a capacidade crítica dos consumidores, questionam o protagonismo da classe social como fator explicativo, reavaliando a relevância de fatores como a idade, o gênero, as identidades étnicas. Essa dinâmica trouxe novas inflexões e expandiu o território de investigação, englobando objetos até então tratados por diversas ciências sociais e humanas: consumo, moda, identidades sexuais, museus, turismo, literatura. Os defensores mais radicais dessas pesquisas passam a reivindicar o estatuto de uma “**antidisciplina**”, recusando especializações e divisões disciplinares, marcando a iniciativa de combinar as contribuições advindas de saberes interligados e convictos de que a maioria dos desafios do mundo contemporâneo ganham ao ser questionados pela ótica do cultural (MATTELART; NEVEU, 2021).

Entre os fundadores dos Estudos Culturais, importa mencionar quatro nomes: Richard Hoggart (1918-2014), Raymond Williams (1921-1988), Edward P. Thompson (1924-1993) e Stuart Hall (1932-2014). Hoggart foi professor de literatura inglesa e estudou a influência da cultura difundida em meio à classe operária pelos meios de comunicação. A ideia de resistência das classes populares é a base de sua abordagem das práticas culturais populares. Williams e Thompson estavam ligados à formação de adultos das classes populares e em estreito contato com os movimentos políticos de esquerda. Tanto em Williams como em Thompson, encontra-se a visão de uma **história construída a partir das lutas sociais e da interação entre cultura e economia** em clara dissensão com a perspectiva então ainda dominante entre os intelectuais de esquerda que entendia a cultura (superestrutura) como um simples reflexo da base material.

Desde já é importante observar as aproximações com aspectos centrais do pensamento de Bakhtin e o Círculo. Os intelectuais russos também dirigem críticas contundentes à “filosofia burguesa moderna”, desde o *freudismo*, considerado como um estudo do psiquismo substancialmente subjetivo, que sustenta o primado do biológico em detrimento dos aspectos

sociais, históricos, materiais e culturais da consciência humana (VOLÓCHINOV, 2019), até as tendências das ciências da linguagem, que se desdobram em duas grandes correntes: o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato. Em suas formulações, essas tendências não dão conta da realidade fundamental da língua/linguagem: a *interação discursiva* (VOLÓCHINOV, 2017).

Para Bakhtin (2017b), “A literatura é parte inseparável da cultura, não pode ser entendida fora do contexto pleno de toda a cultura de uma época” (p. 11). O autor russo avalia que é inaceitável reduzir a análise literária a fatores socioeconômicos, ignorando que esses fatores atuam sobre a cultura e somente pela cultura influenciam a literatura. A criação literária é efetivamente e particularmente determinada pelas culturas populares. A cultura cômica popular é central em seu estudo sobre a obra de François Rabelais (BAKHTIN, 2010) e são as significativas transformações culturais que ocorrem no contexto do Renascimento que possibilitam o surgimento do romance e da sociedade modernos (BAKHTIN, 2019c).

Em relação ao marxismo, Volóchinov (2017) critica a perspectiva mecanicista que então predomina no tratamento dos fenômenos ideológicos e, em especial, do problema da relação entre a base e a superestrutura. Segundo o autor, a causalidade mecânica que fundamenta a explicação da correlação entre a estrutura socioeconômica e os sistemas ideológicos (o direito, a ciência, a religião, a moral, a literatura etc.) não leva em conta a materialidade e a “*onipresença social*” da palavra, que intermedia essa relação, e ignora como “o signo reflete e refrata a existência em formação” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106).

No espírito de uma “antidisciplina”, o Círculo propõe o estudo *metalinguístico* para investigar o discurso e as relações dialógicas, ultrapassando o enfoque estritamente linguístico e abarcando as especificidades do signo ideológico, do caráter bivocal da palavra, das diferentes formas de assimilação e transmissão do discurso alheio. É preciso uma abordagem *heterocientífica* para interpretar os efeitos e relações de sentido desencadeados pelo movimento dialógico (BAKHTIN, 2017b).

Voltando aos Estudos Culturais, é preciso reconhecer que eles se valeram da produção teórica de Bakhtin e o Círculo, especialmente a partir da abertura dos arquivos de Bakhtin, nos anos 1980 (BRAIT; CAMPOS, 2016), (MATTELART; NEVEU, 2021). Sem questionar a extensão dessa influência, referimos aqui: a análise da representação racial que Stuart Hall empreende com base na abordagem dialógica da alteridade (HALL, 2016); e o artigo sobre as mudanças de paradigma na pesquisa em comunicação de massa, na qual a relação entre o signo e a luta de classes, na formulação dada pelo Círculo, foi determinante para a passagem de uma

perspectiva comportamental para uma ideológica nas abordagens teóricas (HALL, 2010, pp. 279-329).

Considerando que uma parte significativa da produção científica de Hall foi dedicada ao estudo da identidade, dedicaremos uma atenção especial ao teórico jamaicano que completa o quarteto fundador dos Estudos Culturais. Ele deixa a Jamaica em 1951 para continuar seus estudos em Oxford, na Inglaterra. Em 1964, Hoggart convida-o para acompanhá-lo na fundação do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS, a sigla em inglês) da Universidade de Birmingham. Hall desempenhou um considerável papel de empreendedor científico e intelectual, tendo sido diretor do Centro de 1970 a 1979 (MATTELART; NEVEU, 2021).

Hall se integra a um quadro teórico geral que pensa a identidade como fenômeno eminentemente cultural, centrada em uma problemática de poder. Nesse contexto, um conjunto de conceitos se faz necessário para compreender seu funcionamento: **ideologia**, **hegemonia** e **resistência**. Partindo de uma elaboração crítica da noção marxiana de ideologia, Hall considera que os sistemas de valores de uma cultura e as representações que eles encerram, em determinado contexto, podem estimular processos de resistência ou de aceitação da ordem estabelecida. Nesse cenário, os discursos podem dar aos grupos populares uma consciência de sua identidade e de sua força, ou podem orientá-los à aceitação “alienante” do *status quo* (MATTELART; NEVEU, 2021).

A referência à ideologia conduz à temática da **hegemonia**. De acordo com Mattelart e Neveu (2021, p. 108), “Hall oscila entre a filosofia de Althusser e sua visão de hegemonia como pressão exercida por ‘aparelhos ideológicos’ e a de Gramsci, mais sensível à hegemonia como jogo de negociação e de mediação”. Fundamentalmente, a hegemonia é uma instância de poder que se consolida pelo consentimento dos segmentos dominados aos valores da ordem social vigente. Volóchinov (2017), por sua vez, ao situar no discurso o local privilegiado da luta de classes, pensa a hegemonia como uma disputa pelo sentido: “A classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoacental” (p. 113).

Imbricada ao contexto da hegemonia e da luta de classes está a noção de **resistência**. Longe da passividade e da pura e simples submissão, as classes populares mobilizam um repertório de obstáculos à dominação. Para Hall, as referências culturais que acercam os grupos populares permitem-lhes, em certa medida, um distanciamento crítico em relação aos discursos dominantes, propagados pela cultura midiática. É nesse enquadramento teórico que a problemática da identidade se esboça nas investigações de Hall. Passam a ocupar um lugar

estratégico: o questionamento sobre o modo de constituição das coletividades, com a superposição de variáveis socioculturais como geração, gênero, etnicidade, sexualidade; e a crescente atenção ao modo com que os indivíduos estruturam subjetivamente sua identidade por meio de sistemas de representação (MATTELART; NEVEU, 2021).

Ao tratar da identidade cultural na pós-modernidade, Hall (2020) nos apresenta três concepções muito diferentes de identidade que ajudam a descrever como o “sujeito humano”, visto como uma figura discursiva, emergiu “centrado” em si mesmo, nos discursos e práticas das sociedades modernas, adquiriu uma “tonalidade” mais sociológica ou interativa e, contemporaneamente, passa a ser “descentrado”, deslocado, fragmentado: a) a identidade do sujeito do Iluminismo, b) a identidade do sujeito sociológico e c) a identidade do sujeito pós-moderno. São, evidentemente, tipos ideais, simplificações, mas a descrição que Hall nos apresenta dessas concepções nos ajudará a desenvolver a noção do sujeito dialógico e, assim, compreender de modo mais abrangente como se constrói a identidade dialógica.

O sujeito do Iluminismo baseava-se em uma concepção de indivíduo totalmente centrado na imagem do homem racional, plenamente consciente, cujo “núcleo interior” permanecia essencialmente o mesmo ao longo de sua vida. **“O centro essencial do ‘eu’ era a identidade de uma pessoa”** (HALL, 2020, p. 11). Vislumbra-se uma concepção claramente individualista, moldada sob os postulados da filosofia de René Descartes (1596-1650) que colocou o sujeito racional, pensante e consciente no centro do conhecimento. Para Bakhtin (2012), toda a filosofia contemporânea herdou o “preconceito”, o “erro” do racionalismo de separar, no ato ético humano, o conteúdo de sentido objetivo do processo subjetivo de sua realização: “Ao que é objetivo, abstratamente separado do ato, se atribui a racionalidade inteira do ato (certamente indelevelmente empobrecida), enquanto o que é fundamental e permanece do que lhe é subtraído, é declarado <?> como processo subjetivo” (BAKHTIN, 2012, p. 82). Ao examinar as características gerais do chamado “objetivismo abstrato” na ciência da linguagem, Volóchinov (2017, p. 164) observa que “Os representantes do Iluminismo no século XVIII elaboraram a forma mais simplificada da ideia de língua, como sistema de signos arbitrários, convencionais e racionais em sua essência”. Na mente “matematicamente orientada” dos racionalistas, interessa apenas a “lógica interna do próprio sistema de signos”, desprezando a “relação do som com a realidade por ele retratada” e o “indivíduo que o gerou”, isto é, sem atentar para as “significações ideológicas que preenchem os signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 163).

A noção do sujeito sociológico emergiu das transformações radicais que o mundo

moderno sofreu a partir do século XIX. Nesse contexto, dois eventos foram significativos para uma concepção mais “social” do sujeito: a biologia darwiniana e o surgimento das novas ciências sociais. As contribuições do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) foram o ponto de partida para o que Hall (2020, p. 20) chama de “biologização” do sujeito humano: “a razão tinha uma base na natureza e, a mente, um ‘fundamento’ no desenvolvimento físico do cérebro humano”. Parte da crítica elaborada por Volóchinov (2019) ao freudismo está justamente centrada no “primado do biológico” que sustenta a teoria, em detrimento do social e histórico. Segundo Hall (2020), no tocante à emergência das novas ciências sociais, três orientações se fizeram notar: 1) o direito e a economia modernos focaram sua atenção na figura de “indivíduo soberano”; 2) o dualismo característico do pensamento cartesiano foi institucionalizado na divisão das ciências sociais entre a psicologia e as outras disciplinas, cabendo à primeira o estudo do indivíduo e de seus processos mentais; e 3) a sociologia, em contraponto, promoveu uma explicação alternativa: o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior, mas esse “eu” é continuamente formado e modificado pela projeção e internalização de valores culturais “exteriores”. Nessa concepção, **“a identidade é formada na ‘interação’ entre o ‘eu’ e a sociedade”** (HALL, 2020, p. 11).

Em relação ao chamado “descentramento” do sujeito, Hall (2020) mapeia as mudanças conceituais que resultaram nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno. Para o autor, esse movimento está ligado a grandes avanços no pensamento moderno, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX. Resumidamente, os efeitos descentralizadores decorrem: 1) da redescoberta, releitura e reinterpretação, nos anos 1960, dos escritos de Marx, Freud e Saussure; 2) da série de estudos do filósofo e historiador francês Michel Foucault; e 3) do impacto do feminismo que, em conjunto com outros movimentos sociais, problematizou e politizou a forma como nossas identidades são produzidas, colocando em debate temas como a família, a sexualidade, a desigualdade salarial, a divisão do trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, entre tantos outros. Enfim, esses “descentramentos”, inegavelmente, têm influído sobre a forma como o sujeito e a questão da identidade são conceitualizados. A ideia de uma identidade unificada, fixa, essencial e permanente cai por terra: **“A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’**: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2020, p. 12, grifos nossos).

Para os objetivos desta tese, nos valem ainda de algumas contribuições de Woodward (2014). Na base da discussão sobre a identidade, a autora aponta para a tensão entre duas

perspectivas: essencialistas e não essencialistas (ou construcionistas). Do ponto de vista essencialista, a identidade compreende um conjunto “autêntico” de características partilhado por todos os membros de um grupo e que permanece inalterado ao longo do tempo. O chamado *essencialismo* pode assumir diferentes formas e fundamenta suas afirmações tanto na história quanto na biologia. Uma determinada comunidade, por exemplo, busca recuperar a ‘verdade’ sobre seu passado. O corpo, portador de uma suposta verdade biológica, é um dos locais envolvidos no estabelecimento de fronteiras que definem quem somos nós, servindo de fundamento para a identidade sexual. Retomando Bakhtin, veremos que o pensador russo não ignorou a importância estética do corpo em sua análise do *cronotopo rabelaisiano*. Bakhtin (2018b) demonstra como o corpo é valorado ideologicamente, em contextos histórico-culturais diferentes:

Esse novo quadro do mundo [o romance de Rabelais] se contrapõe polemicamente ao mundo medieval, em cuja ideologia o corpo humano era visto apenas sob o signo da decomposição e da superação e em cuja prática real de vida dominava uma libertinagem física, grosseira e sórdida. A ideologia não enfocava nem assimilava a vida do corpo, negava-a [...]. Por isso, Rabelais contrapõe a corporeidade humana (e o mundo ao redor, na zona de contato com essa corporeidade) não só à ideologia ascética sobrenatural da Idade Média, mas também à libertina e grosseira prática medieval. (BAKHTIN, 2018b, p. 124)

Uma versão essencialista da identidade envolve, portanto, manifestações sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo, apelando para alguma qualidade essencial, fixa e imutável e opondo-se a uma outra identidade que é, conseqüentemente, desvalorizada. É o caso das políticas linguísticas que reivindicam uma língua nacional única, reservando atitudes de repreensão e de silenciamento a qualquer manifestação que destoe do padrão legitimado.

Por sua vez, uma definição *não essencialista* de identidade toma como perspectiva as diferenças e as características comuns: o que “não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação” (WOODWARD, 2014, p. 28). O passado é revivido e reinventado a cada vez que o enunciamos, o passado é uma construção discursiva em constante atualização.

Enfatizar a fluidez da identidade é concebê-la muito menos como uma questão de “ser”, mas, sobretudo, como uma questão de “tornar-se”, “aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum” (WOODWARD, 2014, p. 29).

Em síntese, podemos afirmar que, no essencialismo, a identidade é vista como tendo algum núcleo essencial que distinguiria um grupo de outro. Em contraponto, em um posicionamento não essencialista, a identidade é vista como algo contingente; ou seja, “como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares” (WOODWARD, 2014, p. 38). Em momento oportuno, retomaremos esse debate reinterpretando-o a partir das noções bakhtinianas de forças centrípetas e forças centrífugas, que se entrecruzam em cada enunciação do sujeito do discurso.

A disputa entre essas perspectivas evidencia alguns aspectos centrais que precisam ser considerados e problematizados para uma completa conceituação da identidade. Em primeiro lugar, a identidade se caracteriza por ser relacional, marcada pela diferença. A diferença é estabelecida por uma marcação simbólica e/ou discursiva relativamente a outras identidades (uniformes, bandeiras, hinos, sotaques etc.).

Um segundo aspecto está relacionado às condições sociais e materiais que condicionam a identidade. Um grupo simbolicamente marcado como “outro”, como inimigo, será socialmente excluído e terá desvantagens materiais decorrentes dessa exclusão. Depreende-se desse aspecto que, para um exame mais detalhado da identidade, é preciso investigar como as relações sociais são organizadas e divididas, como se estabelecem os sistemas classificatórios que separam “nós” e “eles”.

Por fim, e não menos importante, precisamos compreender por que as pessoas assumem e se identificam com as posições que os discursos da identidade lhes oferecem. Nesse sentido, Woodward (2014) aponta para a importância da dimensão psíquica que, juntamente com a simbólica e a social, deve fazer parte da explicação.

Em uma perspectiva dialógica de análise, podemos sistematizar esses aspectos no trinômio: **consciência linguística, interação discursiva e palavra alheia**. Esses conceitos, inter-relacionados, representam um processo dinâmico em que o sujeito responde e se posiciona responsabilmente em cada enunciado. A integração desses fatores e sua relação com a construção discursiva da identidade será desenvolvida no capítulo intitulado *A identidade dialógica*. Entretanto, antecipamos aqui uma questão fundamental. A mobilização desses elementos nos dá a clara indicação de que a identidade é, antes de tudo, um fenômeno ideológico, um signo cultural. O ato discursivo, socialmente situado e orientado, carrega consigo uma série de visões de mundo, pontos de vista, vozes sociais, avaliações (*a palavra alheia-minha*) que dão forma e sentido ao enunciado. No decurso dessa interação, conforma-se um contínuo movimento de identificação e diferenciação em relação ao outro, ao discurso do



outro.

A partir dessas observações iniciais sobre a noção de identidade, entendendo-a como um fenômeno ideológico que se constitui discursivamente, vamos abrir espaço para algumas formulações teóricas que se voltam para as relações entre discurso e sujeito. Porque, como ressalta Bakhtin (2019b, p. 28): “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso”. Na mesma direção, Amossy (2016, p. 11) destaca, “o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua, que a faz funcionar ao utilizá-la”. Tendo isso em vista, faremos, a seguir, um breve levantamento dos estudos linguísticos voltados ao tratamento enunciativo e discursivo da linguagem com o intuito de situar teoricamente nosso trabalho, identificando diferenças e pontos em comum com o pensamento de Bakhtin e o Círculo e destacando o papel do discurso como elemento central para a construção da identidade.

## 2.2 O PAPEL DO DISCURSO

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. (RAJAGOPALAN, 2016, p. 41)

Ao refletir sobre o conceito de identidade no âmbito dos estudos linguísticos, Rajagopalan (2016, p. 26) observa que a linguística, desde seu surgimento como ciência moderna, “tomou a questão da identidade como uma questão pacífica, tanto no caso da identidade de uma língua quanto no caso da identidade do falante de uma língua”. Segundo o autor, a identidade do indivíduo falante ocupa uma posição central nas teorias linguísticas que se desenvolveram ao longo do século XX. No entanto, o conceito de identidade incorporado ao pensamento linguístico tem um **caráter eminentemente essencialista**: “uma entidade plenamente totalizada, [...] pura, incorruptível, autêntica e estável” (RAJAGOPALAN, 2016, p. 30).

A aceitação “pacífica” dessa visão em relação à identidade remete aos pressupostos hegemônicos do paradigma cartesiano que estão na base das disciplinas que, então, procuravam sustentar seu caráter científico. As dificuldades epistemológicas desse entendimento fizeram-se notar, sobretudo, a partir dos estudos das chamadas línguas pidgins e crioulas. Caracterizadas como línguas “em potencial”, “transitórias”, “provisórias”, enfim, “línguas de contato”, essas primeiras formulações deixam entrever a ideia de que essas línguas ainda não haviam adquirido, “na opinião de muitos, uma identidade plenamente desenvolvida” (RAJAGOPALAN, 2016, p.

30). A postulação de uma identidade pura, homogênea e permanente traz obstáculos para a própria compreensão de língua e de linguagem em um mundo cada vez mais caracterizado pelo multilinguismo e pelo hibridismo sociocultural.

De acordo com Silva (2014, p. 87), “O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras [literais ou metafóricos]”. Na relação com o processo de produção de identidades nacionais, raciais e étnicas, o hibridismo coloca em xeque a “suposta pureza e insolubilidade” das diferentes identidades. Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea se caracterizam, muitas vezes, por relações conflituosas e estão ligados a histórias de ocupação, colonização e destruição.

Em contraponto à perspectiva de Rajagopalan, Possenti (2003) entende que os estudos da Análise do Discurso trataram de abalar essa perspectiva essencialista. Segundo o autor, para os analistas do discurso “só há um consenso absoluto: o fim do sujeito cartesiano” (POSSENTI, 2003, p. 28). Em parte, é possível associar esse posicionamento às problemáticas que emergiram nos anos 1960 e que entraram no campo da análise do discurso. De acordo com Maingueneau (2017, p. 17), o campo “foi enriquecido pelos aportes das teorias pós-estruturalistas do discurso, muito influentes nas ciências políticas (M. Foucault, E. Laclau) e nos ‘*Cultural Studies*’, particularmente no que diz respeito ao gênero sexual (cf. J. Butler)”. Embora a questão em torno do sujeito esteja em aberto, o ponto crucial da teoria é que não se pode aceitar a possibilidade de pensar um sujeito “sem circunstâncias”, ou que as domine completamente. Em outras palavras, “trata-se fundamentalmente de aceitar que o sujeito é *segundo* em relação a seu entorno – social, linguageiro, ideológico, cultural, até mesmo biológico” (POSSENTI, 2003, p. 28, grifo do autor).

Tendo em vista essa disputa, para pensar as relações entre identidade e linguagem, é preciso passar em revista a forma **como o sujeito está implicado no discurso**, e como diferentes abordagens nos fornecem diferentes maneiras de ver a questão. Nosso objetivo, nesta seção, é delimitar até onde essas abordagens respondem aos aspectos centrais, pontuados anteriormente, em torno da identidade. Isto é, seu caráter relacional, marcado discursivamente pela diferença em relação a outras identidades, de modo que a identidade sempre se constrói no horizonte do outro. Seu caráter ideológico, condicionado ao ordenamento social que posiciona determinadas identidades em condições sociais e materiais de prestígio e dominação ou de exclusão e marginalização. E, por fim, seu caráter psíquico, que mobiliza as pessoas a assumirem as identidades que os discursos lhes oferecem. Em nossa abordagem, é o signo

ideológico que perpassa esses processos de identificação e de diferenciação. É na interação discursiva que o problema da identidade se materializa em toda sua complexidade. A identidade, enquanto signo cultural e posicionamento ideológico, está envolvida pelo **universo discursivo**, emerge nele e não pode ser isolada e nem separada dele por completo:

Nenhum signo cultural permanece isolado se for compreendido e ponderado, pois ele passa a fazer parte da *unidade da consciência verbalmente formalizada*. A consciência sempre saberá encontrar alguma aproximação verbal com o signo cultural. Por isso, em torno de todo signo ideológico se formam como que círculos crescentes de respostas e ressonâncias verbais. Qualquer *refração ideológica da existência em formação*, em qualquer material significativo que seja, é acompanhada pela refração ideológica na palavra como fenômeno obrigatório concomitante. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 101, grifos do autor)

As relações entre subjetividade e linguagem impulsionaram o surgimento de diferentes modelos e categorizações na reflexão sobre enunciação e discurso. Fanjul (2017) apresenta um panorama sobre desenvolvimentos teóricos no campo dos estudos enunciativos e discursivos que dizem respeito à noção de “pessoa”. Segundo o autor, as diversas taxonomias que “organizam termos como “enunciador”, “locutor”, “falante”, “sujeito”, “ethos” e outros correspondem a diferentes níveis de observação e/ou diferentes agrupamentos dos fenômenos” e remetem “a concepções diferentes em torno do funcionamento social e do lugar da linguagem e do indivíduo nele” (FANJUL, 2017, p. 12-13). No entanto, a problemática do sujeito no discurso não se limita às instâncias de “pessoa” (pronomes, formas verbais e/ou dêiticas, etc.), mas transparece também nas relações entre enunciados, nas diferentes vozes trazidas para o discurso, no discurso citado, nas formas referenciais, na modalização, no emprego das aspas, nas paráfrases e reformulações, na entonação, dentre tantas outras formas linguísticas ou discursivas, explicitamente detectáveis ou não.

Considerando que “não há como ter acesso ao homem social e a sua vida senão através dos textos por ele criados ou por criar, que materializam seu discurso” (RODRIGUES, 2012, p. 105), colocaremos em contraponto algumas produções teóricas que se propuseram a investigar as “marcas de enunciação no enunciado”, cuja especificidade é a “de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 12).

Nosso percurso inicia com a teorização de Émile Benveniste sobre o “homem na língua”. Para Benveniste (2005, p. 285), “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”. Nessa perspectiva, o fundamento da subjetividade está no exercício da língua e é determinado pelo status linguístico da “pessoa”. Benveniste dedicou vários trabalhos à categoria de pessoa

em relação a algumas formas linguísticas. A inovação de seu pensamento está na articulação entre *sujeito* e *estrutura*, desenvolvendo um modelo de análise linguística especificamente voltado à enunciação.

Benveniste fundamenta suas observações na estrutura entre o “eu/tu” (categorias de pessoa definidas na própria instância de discurso – nível pragmático) em oposição ao “ele” (privado da característica de pessoa por não remeter à instância do aqui e agora da enunciação – nível sintático) (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 32-33). Por seu turno, a oposição entre “eu” e “tu” estabelece-se em termos de subjetividade. Nesse caso, a subjetividade é atribuída exclusivamente à 1ª pessoa, enquanto a 2ª seria a pessoa não subjetiva, visto que a fala não passa pela sua “consciência” (FANJUL, 2017, p. 13-14). No entanto, essa subjetividade se sustenta na inversibilidade do par “eu/tu”. Inversibilidade que assegura a intersubjetividade como fundamento de todo discurso:

A linguagem é condição de existência do homem e como tal ela é sempre referida ao outro, ou seja, na linguagem se vê a intersubjetividade como condição da subjetividade. [...] O sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro. (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 34)

Para Benveniste (2005, p. 279), o pronome pessoal “eu” “não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. [...] A forma “eu” só tem existência linguística no ato de palavras que a profere”. Com isso, o autor demonstra que certos tipos de relações intersubjetivas dependem essencialmente da língua: “a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso” (Benveniste, 2006, p. 101). As investigações de Benveniste colocam as personagens da cena enunciativa, os parceiros da relação discursiva em relação de interdependência, situando “os índices de pessoa como centro mobilizador de todas as formas da língua no funcionamento que o processo enunciativo deflagra” (FANJUL, 2017, p. 14).

Em direção semelhante, Volóchinov (2019, p. 137) observa o emprego dos pronomes no âmbito das *relações dialógicas*. Ao analisar os aspectos essenciais das inter-relações entre os participantes do acontecimento artístico, o linguista russo destaca entre eles o que denomina *grau de proximidade*:

Em todas as línguas, esse elemento possui uma expressão gramatical imediata: a primeira, a segunda e a terceira pessoas bem como a estrutura a frase mudam de acordo com o seu sujeito (‘eu’, ‘tu’, ‘ele’). A forma do juízo sobre a terceira pessoa, a forma de tratamento da segunda pessoa, a própria forma do enunciado sobre si mesmo (e a tipologia dessas formas) são distintas do ponto de vista gramatical. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 137)

Assim, a própria estrutura da língua reflete a inter-relação social dos falantes e os diferentes graus de proximidade entre eles.

Fiel ao estruturalismo saussuriano, Oswald Ducrot postula que a língua comporta, de uma maneira constitutiva, alusões e indicações referentes ao ato de falar, inserindo-se, assim, no quadro de uma linguística da enunciação. Para o linguista francês, a significação de certas categorias ou construções linguísticas comporta o debate das subjetividades que se institui na atividade de fala. Ou seja, o confronto entre os sujeitos falantes (locutor e alocutário) é constitutivo da atividade linguística: “Se, no diálogo, atuo sobre outrem, é por intermédio do que lhe digo” (DUCROT, 1970, p. 122).

A semântica desenvolvida por Ducrot e seus colaboradores estabelece que a língua, muito mais do que a expressão ou a comunicação das ideias, está investida de uma outra função: “instituir entre os interlocutores um tipo de relação particular”, uma relação argumentativa “inscrita nas próprias categorias da linguagem” (DUCROT, 1970, p. 124-125). Decorre daí que o ato linguístico fundamental “é o ato de *argumentar*, de obrigar outrem, através das palavras que pronunciamos, a dirigir-se para tal ou qual tipo de conclusão” (DUCROT, 2009, p. 15, grifo nosso).

É importante ressaltar, contudo, que Ducrot mantém a distinção metodológica entre o fato observável (fala) e o objeto teórico construído para explicá-lo (língua). Partindo desse pressuposto, Ducrot define enunciação como o aparecimento de um enunciado, um acontecimento histórico, e não “o ato de alguém que produz um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 169), imprimindo a responsabilidade pelo enunciado à instância discursiva do locutor. Nesse movimento, Ducrot contesta o pressuposto da unicidade do sujeito falante, desenvolvendo a noção de *polifonia*, segundo a qual em um enunciado não há apenas um sujeito falante, mas “diferentes representações do sujeito da enunciação no sentido do enunciado” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 65).

O sujeito empírico, autor efetivo, produtor do enunciado, não é objeto de estudo da Semântica Argumentativa, visto que as condições externas de produção da linguagem não interessam à teoria. Seu objetivo é o de descrever o sentido criado por um *locutor*, ser de fala, responsável pelo enunciado. O locutor, por sua vez, relaciona-se com os *enunciadores*, que são pontos de perspectiva abstratos. Como ficções discursivas, os locutores e enunciadores existem apenas no interior do “semantismo do enunciado, o que impede de levar em conta, para eles, uma implantação de papéis socialmente determinados e preexistentes a cada enunciação” (FANJUL, 2017, p. 15). As referências à enunciação devem ser introduzidas na própria

significação da *frase*, “com a condição de que sejam referências ao fato geral da enunciação, e não a esta ou aquela situação de fala” (DUCROT, 1987, p. 60).

Para Ducrot, empreender uma pesquisa estrutural em linguística é postular a imanência da linguagem, “atribuindo à ordem linguística um caráter irredutível, proibindo-a de fundar-se num outro nível de realidade” (DUCROT, 1987, p. 68-69). Em outras palavras, analisar o locutor no discurso não consiste em ver o que ele diz de si mesmo, mas voltar a atenção para a “aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala” (AMOSSY, 2016, p. 15), desconsiderando, portanto, a dimensão sócio-histórica do dizer.

Voltando-se para o modo como a alteridade se apresenta no discurso, Jacqueline Authier-Revuz formula uma teoria enunciativa de configuração singular. Ao operar na fronteira da linguística com outros campos do conhecimento, Authier-Revuz propõe duas formas distintas de manifestação da alteridade no discurso: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. A heterogeneidade mostrada alude às formas marcadas que inscrevem o outro na linearidade do discurso e são linguisticamente detectáveis: discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, entre tantas outras. Das formas explicitamente delimitadas no plano do discurso, chega-se, inevitavelmente, à heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seja, “à presença do outro – às palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem linguística” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21).

A constatação da onipresença do outro e a proposição da chamada heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso apoia-se no dialogismo do Círculo de Bakhtin e na psicanálise:

(...) *para a descrição linguística* das formas de heterogeneidade mostrada, a consideração da heterogeneidade constitutiva é, a meu ver, uma *ancoragem*, necessária, no *exterior* do linguístico [...]. É nesta perspectiva, linguística, que eu procuro o apoio e a ancoragem de duas abordagens não-linguísticas da heterogeneidade constitutiva da fala e do discurso: o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise (através da leitura de Freud, marcada por Lacan). (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22, grifos da autora)

É o lugar dado ao outro que desperta o interesse de Authier-Revuz pelo *dialogismo*. Nas palavras da autora, trata-se de um princípio fundador da subjetividade e das ciências humanas em geral, trata-se de “um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o “diferente”, mas *um outro que atravessa constitutivamente o um*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 25, grifos da autora). A alteridade como princípio dialógico é concebida por Authier-Revuz em duas perspectivas: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos.

A dimensão dialógica entre interlocutores pressupõe que todo discurso “está imediata e diretamente determinado pela *resposta antecipada*, pois, ao se constituir na atmosfera do *já-dito*, ele [o discurso] se orienta tanto para o espaço interdiscursivo como para o discurso-resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir, sendo já esperado” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 75). Quanto ao diálogo entre discursos, impõe-se a ideia de que o discurso se consolida pelo entrecruzamento de uma diversidade de discursos, das palavras ecoam vozes alheias.

O apoio na psicanálise freudo-lacanianana justifica-se pelo fato de que a alteridade, nessa perspectiva, é concebida na ordem do *inconsciente*. A psicanálise institui-se como uma teoria do inconsciente, mas as relações entre sujeito e linguagem têm papel essencial. O sujeito é concebido como um efeito de linguagem, estruturalmente clivado, descentrado, movido pela ilusão de ser o centro de sua enunciação e de ocupar uma posição de exterioridade em relação à linguagem (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Nesse cenário, o sujeito negocia, incessantemente, com a impossibilidade de escapar da heterogeneidade que o constitui e que ele necessita desconhecer (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 83). Segundo Fanjul (2017, p. 24, grifo do autor), a negociação com a heterogeneidade constitutiva “ilustra outro aspecto fundamental do processo enunciativo: o *conflito*”. Mesmo inconsciente disso, ao enunciar o falante produz “um corte que deixa fora outras possibilidades”, estabelecendo “uma fronteira entre o selecionado e o rejeitado”.

Da enunciação ao discurso, voltamos nossa atenção para os estudos de Dominique Maingueneau sobre a noção de *ethos*. Conforme Maingueneau (2013, p. 104), “toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto”. Ao proferir uma palavra, o enunciador demonstra, por meio da palavra, possuir determinadas qualidades evocadas no próprio texto, provocando a adesão do(s) interlocutor(es). A disposição física do texto, comentários à própria enunciação, entre outras, são estratégias enunciativas que criam “uma confusão entre o enunciado e o mundo representado” (MAINGUENEAU, 2013, p. 105). Assim, de forma não explícita no enunciado, o enunciador age sobre o *coenunciador* incorporando determinadas propriedades (garantias) que atestam legitimidade ao que é dito: “o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo status para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber” (AMOSSY, 2016, p. 16).

Maingueneau desenvolve a noção de *ethos* articulada à de *cena da enunciação*. A ideia de cena pressupõe o espaço no qual as peças são representadas e, ao mesmo tempo, as

sequências de ações (verbais e não verbais) que se processam nesse espaço. Para Fanjul (2017, p. 15), a observação dessa *cenografia* descrita por Maingueneau nos impõe “a consideração de uma diversidade de vozes e de entidades pessoais representadas que se acrescentam e que se entrecruzam com as múltiplas formas de presença do discurso ‘outro’”. Associada às categorias de cena e de cenografia, a noção de *ethos* (historicamente ligada à retórica) desenvolvida por Maingueneau aparece não apenas no discurso argumentativo, mas em toda interação verbal. Nesse sentido, aliando a dimensão sociológica à análise do discurso, Maingueneau sinaliza a necessidade de considerar a posição do locutor como ser empírico no campo em que ele se situa.

Por fim, merece destaque o modelo linguístico-discursivo de Patrick Charaudeau. A chamada Semiolinguística concebe o ato de linguagem como um ato *interenunciativo* que coloca em cena quatro sujeitos de discurso que interagem em duas esferas distintas de produção: uma externa, relacionada à situação de comunicação, e outra interna, referente à instância discursiva. No nível situacional, inscrevem-se os *parceiros* do ato comunicativo: o *sujeito comunicante* e o *sujeito interpretante*. Trata-se de “seres *sociais e psicológicos*, externos ao ato mas inscritos nele, e que são definidos por um certo número de *traços identitários* cuja pertinência depende do ato de comunicação considerado” (CHARAUDEAU, 2019, p. 76, grifos do autor).

Na esfera discursiva, situam-se os *protagonistas* da enunciação, seres do dizer, internos ao ato de linguagem e definidos por *papéis linguageiros*: o *sujeito enunciador* e o *sujeito destinatário*. “Esses sujeitos são construídos pelo *ato de enunciação* do sujeito comunicante que inscreve o sujeito enunciador em sua própria fala, ou na *mise-en-scène* do seu dizer, ao mesmo tempo que constitui a identidade enunciativa que se dá a si mesmo” (BARBISAN *et al.*, 2010, p. 175, grifos das autoras).

A cada nível do contrato comunicacional corresponde um domínio identitário específico. Os sujeitos da esfera situacional estão investidos de uma identidade social. Por sua vez, aos sujeitos do discurso corresponde uma identidade discursiva. Identidade social e identidade discursiva constituem, assim, dois domínios simultaneamente associados que se constituem em articulação com o ato de enunciação. Para Charaudeau, comunicar é proceder a uma *encenação*:

Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir *efeitos de sentido* visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou ao escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor. (CHARAUDEAU, 2019, p. 68, grifos do autor)

Para produzir sentido, o locutor utiliza determinadas categorias de língua que podem ser



agrupadas em quatro *modos de organização do discurso*: o *enunciativo*, o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*. Segundo Charaudeau (2019), o modo enunciativo tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, “sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros”, por outro lado, em razão dessa vocação, esse modo comanda, “*intervém* na encenação de cada um dos três outros Modos de organização” (CHARAUDEAU, p. 74, grifo do autor).

Na encenação discursiva, o locutor organiza o discurso em função de sua própria identidade, da imagem que se tem de seu interlocutor e do que já foi dito. Assim, na proposta teórica de Charaudeau, “o falante não é completamente individual – uma vez que “repete” a voz social – nem completamente coletivo – pois os aspectos psicossocial e situacional lhe garantem uma individualidade (BARBISAN *et al.*, 2010, p. 177, grifo das autoras).

As propostas teóricas aqui reunidas e brevemente apresentadas conjugam em suas formulações uma série de elementos fundamentais para a análise que nos propomos a desenvolver em torno da identidade dialógica. O discurso visto como processo de atualização da língua, como “doador de sentido”, heterogeneamente constituído, etc. Para além da compreensão do discurso como o uso da língua, Maingueneau (2017) sintetiza um conjunto de “ideias-força” que se conjugam em uma acepção mais abrangente de discurso: “uma organização *além da frase*”, “*uma forma de ação sobre o outro*”, “*interativo*”, “*contextualizado*”, “*assumido por um sujeito*”, “*regido por normas*”, “assumido no universo de um *interdiscurso*”, “*constrói socialmente o sentido*”. Evidentemente, trata-se de perspectivas nem sempre convergentes em seus pressupostos teóricos ou metodológicos. Como bem observa Fanjul (2017, p. 9), a percepção dos objetos de discurso é “resultado de um conflito envolvido em todo dizer”.

O que queremos destacar desses modelos teóricos é que todos, em alguma medida, estabelecem o discurso como a instância fundamental de construção de sentidos e revelam um **sujeito de linguagem que se constitui no processo de interação discursiva**. Apesar de resultarem de posicionamentos epistemológicos diferentes, essas discussões em torno do problema do sujeito na linguagem servem de base para aprimorar a reflexão sobre a construção discursiva da identidade e para melhor balizar nosso percurso investigativo. Nossa proposta teórica, como ocorre com o discurso, define-se em relação a outras propostas.

O discurso, na perspectiva de Bakhtin e o Círculo, pode ser definido como “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2018a, p. 207). É por meio do discurso que a língua passa a integrar a vida e é também pelo discurso que a vida entra na língua. No discurso

entram em cena as relações dialógicas, que expressam as posições de diferentes sujeitos, vozes socialmente determinadas, carregadas de valores sociais, que povoam nossa consciência (*discurso interior*).

O discurso surge, assim, a partir da interação dinâmica e tensa com a palavra do outro. Nessa esteira, na relação entre o ato da verbalização e o ato a ser verbalizado, por exemplo, entram em embate centros de valores, portanto diferentes pontos de vista, diferentes tons emotivo-volitivos, diferentes referências espaço-temporais (cronotopos), diferentes projetos enunciativos, o que mostra a alteridade constitutiva, a impossibilidade de coincidência. (DI FANTI, 2020b, p. 13)

De fato, os temas da alteridade, da intersubjetividade, do conflito, da encenação, perpassam de maneira marcante a forma como cada modelo teórico concebe e investiga os fenômenos da interação discursiva, tendo o outro no horizonte de suas análises. Evidentemente, a presença do outro em cada uma das propostas é tomada de formas diferentes. A alteridade nos trabalhos de Authier-Revuz, por exemplo, está explicitamente relacionada ao dialogismo bakhtiniano, já na perspectiva enunciativa de Ducrot, identifica-se uma configuração imanentista da alteridade, inspirada nas formulações de Platão, no diálogo *Sofista*.

Dessa constatação resulta que o estudo da identidade como fenômeno discursivo e ideológico não pode deixar de considerar a alteridade. A identidade não pode ser pensada sem a alteridade. São fenômenos reciprocamente relacionados, um pressupõe o outro. Em razão disso, dedicaremos a próxima seção ao papel fundamental da alteridade para a construção dialógica da identidade.

### 2.3 A INEVITABILIDADE DO OUTRO: ALTERIDADE E DIFERENÇA

Dos meus olhos olham os olhos alheios (BAKHTIN, 2019a, p. 51).

É o outro que nos constitui enquanto ser, porque só podemos nos (re)conhecer como algo existente a partir do (re)conhecimento do outro. Mas esse reconhecimento de si e do outro se consolida no processo da interação discursiva. Nesta seção, dedicaremos nossa atenção à inevitável participação do outro na construção discursiva da identidade. A consideração do outro como condição de possibilidade de nosso conhecimento (epistemologia) e de nossa própria existência (ontologia) está presente no pensamento ocidental desde a antiguidade grega. Na filosofia de Platão, encontramos uma importante reflexão sobre as relações entre identidade, alteridade e linguagem.

No diálogo *Sofista*, estabelece-se um debate sobre dois modos diferentes de interpretar a relação que se estabelece entre discurso e ser: “(i) o que é é independente do que se diz dele ou (ii) o que é é apenas aquilo que se diz que ele é” (SOUZA, 2009, p. 15). Como o título indica, o diálogo apresenta uma severa crítica à atividade sofística, elencando um conjunto de definições que contestam, denunciam e até ridicularizam a postura e a conduta dos sofistas.

Ao mesmo tempo, e mais importante do que isso, encontramos, no *Sofista*, uma sistematização das questões ontológicas tradicionais na busca de uma síntese que revele uma nova concepção do ser. Compreende-se, desse modo, a razão do subtítulo do diálogo: *Sobre o ser*. Assim, a busca pela definição do sofista, proposta por Sócrates no início do diálogo, levará o Estrangeiro de Eleia a uma profunda investigação da noção de ser com o intuito de desmascarar a sofística.

De acordo com Paviani (1997, p. 941), o tema geral do *Sofista* “consiste na tentativa de dizer, positivamente, quem é o sofista para, negativamente, caracterizar o filósofo”. Dessa forma, um se mostra dialeticamente no outro e o tema acaba por se transformar numa questão de investigação das relações entre o ser e o não-ser, entre a verdade e a falsidade. O processo dessa investigação, conduzido pelo Estrangeiro de Eleia, mostra “a inseparabilidade do método e do objeto de estudo em filosofia”, ou seja, mostra “o que verdadeiramente faz um filósofo” (PAVIANI, 1997, p. 938-941). Em outras palavras, “o esforço platônico para encontrar o ser das coisas pelo lógos é indissociável de um método cuja importância não deve ser subestimada, a dialética (ROGUE, 2011, p. 41).

Trata-se de um método fundado sobre o diálogo, em que um questionador e um respondente examinam a validade das teses em debate. A busca pela verdade congrega dois interlocutores: alguém que sabe, ou deveria saber, a definição de um determinado objeto e alguém que não sabe, mas quer saber. Contudo, não se trata de persuadir seu interlocutor, mas de construir conjuntamente o conhecimento: “a dialética não é, pois, apenas a pesquisa da verdade, ela é também o conhecimento do outro e de si mesmo através dele” (ROGUE, 2011, p. 43).

Na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2018a) examina as manifestações de gênero dos “diálogos socráticos” de Platão. Segundo o pensador russo, o gênero se baseia na concepção da natureza dialógica da verdade e do pensamento sobre ela.

O método dialógico [maiêutico] de busca da verdade se opõe ao monologismo *oficial* que se pretende *dono de uma verdade acabada*, opondo-se igualmente à ingênua pretensão daqueles que pensam saber alguma coisa. A verdade não nasce nem se encontra na cabeça de um único homem; ela nasce *entre os homens*, que juntos a

procuram no processo de sua comunicação dialógica. (BAKHTIN, 2018a, p. 125, grifos do autor)

Desse modo, a dialética delimita o campo discursivo do filósofo e nos permite identificar, no *Sofista*, o pressuposto de que, “no plano ontológico, existem as mesmas combinações e separações que estão presentes no plano do discurso” (SOUZA, 2009, p. 17). Essa constatação indica, na opinião da autora, uma *similaridade estrutural* entre discurso e ser, de modo que é possível estabelecer uma **representação especular** entre as relações que ocorrem no plano discursivo e aquelas que se dão no plano ontológico. Dentre as particularidades fundamentais do “diálogo socrático”, Bakhtin (2018a, p. 127) observa que “a ideia se combina organicamente com a imagem do homem, o seu agente (Sócrates e outros participantes importantes do diálogo). A experimentação dialógica da ideia é simultaneamente uma experimentação do homem que a representa”. A investigação empreendida pelo Estrangeiro evidencia essa perspectiva, na medida em que desloca a questão da relação entre verdade e falsidade do âmbito ontológico para a linguagem.

Os limites e especificidades dessa representação especular merecem um aprofundamento que este trabalho não pretende realizar. No entanto, a noção de imagem que essa perspectiva desencadeia representa um novo ponto de partida para a investigação sobre o ser. Platão desloca a discussão em torno da relação entre verdade e falsidade para o domínio da linguagem. Ao estabelecer o discurso como um dos gêneros do ser, Platão desenvolve uma teoria enunciativa (CORDERO, 1993, p. 61-62).

Definido como o “entrelaçamento recíproco das formas” (*Sofista*, 259e), o discurso torna-se o lugar onde as relações estabelecidas se podem fixar. Os procedimentos antes dedicados à análise dos gêneros supremos (Ser, Movimento, Repouso, Mesmo, Outro) devem ser aplicados ao estudo do discurso. Para se produzir um discurso, “a ligação deve acontecer entre elementos capazes de relacionar um fato e o autor desse fato” (CORDERO, 1993, p. 62). Ou seja, conforme Neves (1987, p. 56) aponta: “o discurso não enuncia simplesmente uma coisa, mas enuncia, de uma coisa, algo existente em relação a ela. Unindo um nome e um verbo, o falante liga um agente a uma ação, registrando nos sinais (o discurso) a comunhão existente nas coisas representadas por esses sinais”.

Cabe ao discurso, portanto, expressar as relações existentes entre as coisas que as palavras representam. Portanto, no plano do discurso, à semelhança do plano ontológico, cada coisa possui alguns predicados e não possui outros. É o laço predicativo entre um ser e outro ser que produz a verdade ou a falsidade do enunciado. Decorre daí o entendimento de Souza (2009, p. 20-21) de que, “para o Estrangeiro de Eleia, temos acesso ao ser a partir do discurso,

ou seja, que o discurso é imagem do ser e, como imagem, é desde a estrutura do discurso que conhecemos a estrutura do que é. Se o discurso tem uma estrutura relacional, é porque o ser tem uma estrutura relacional”.

A **estruturação relacional** a que os seres humanos estão submetidos tem sido amplamente estudada pela psicanálise contemporânea. Em relação ao espelho na teoria psicanalítica, Zimmerman (1999, p. 185) destaca que “o espelho é tão antigo como a história da humanidade”, ou seja, o fenômeno da reflexão acompanha o ser humano desde seus primeiros passos. Diversas áreas do conhecimento humano desenvolveram estudos sobre o espelho e suas representações no imaginário popular: a literatura, a mitologia, a religião, a filosofia, a ciência e, especialmente, a psicanálise. A funcionalidade especular, o reflexo, confunde-se com a função do olhar. O ato de mirar-se e reconhecer a própria face refletida na água sempre foi instigante e acompanha narrativas míticas, histórias bíblicas, contos folclóricos e credices populares. Foi a perdição de Narciso e a salvação de Perseu. Há inúmeras histórias que evocam o poder mágico do espelho.

Pesquisadores dedicados ao desenvolvimento da criança demonstram a importância do espelho físico e da função especular desde a mais tenra idade. Isso encontra respaldo em textos de importantes autores como Winnicott, Kohut, M. Mahler, entre outros. O rosto da mãe representa o primeiro espelho, posto que o bebê não reconhece que existe separado da mãe. Ele vê a mãe como uma extensão de seu corpo até atingir o chamado “estágio do espelho” (LACAN, 1998), a partir do qual começa a conquista da imagem própria.

Referindo-se ao artigo de Winnicott, intitulado *O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento da criança*, Zimmerman (2010, p. 195, grifos nossos) afirma que “O primeiro espelho da criatura humana é a face da mãe, o seu olhar, seu sorriso, o seu **tom de voz...**”. Ao olhar-se no espelho do rosto materno, o bebê vê-se a si mesmo. “Quando olho, sou visto; logo existo” (WINNICOTT, 1975, p. 180). Segundo Zimmerman (1999), há uma concordância geral quanto à importância do espelhamento filho-mãe na formação da identidade da criança. Nesse processo, o olhar da mãe exerce um papel estruturante, por meio do qual a criança compreende que existe, que é um ente, uma “entidade”.

A etimologia de identidade (idem + entidade) comprova que ela consiste em uma entidade que se mantém basicamente a mesma (idem), apesar das variações temporais, espaciais e sociais. [...]. Pode-se dizer que a imagem necessita do espelho para construir-se [...]. O senso de identidade está intimamente relacionado com as avaliações que tanto nós como os demais fazemos de nós mesmos diante do espelho do juízo crítico, onde colhemos o que somos e o que não somos. (ZIMMERMAN, 1999, p. 190)

Zimerman aborda essa questão a partir dos estudos sobre o *vínculo de reconhecimento* e a *função especular* na teoria e na prática psicanalítica. De acordo com o autor, a necessidade de reconhecimento, por parte de qualquer pessoa, pode ser enfocada a partir de quatro vértices: 1. A de reconhecimento de *si próprio* (como modo de conhecer o mapa de seu psiquismo). 2. Reconhecimento *do outro* (como alguém que é diferente dele). 3. Ser reconhecido *ao outro* (como expressão de gratidão). 4. Ser reconhecido *pelos outros* (como forma de manter a autoestima) (ZIMERMAN, 2010, p. 192, grifos do autor).

Esse desenho teórico tem relevância para os objetivos deste trabalho, na medida em que demonstra que, nos primeiros meses de vida, o bebê reconhece a si mesmo no outro e por meio do outro. Numa segunda fase do desenvolvimento humano, o reconhecimento de si, acrescido do reconhecimento do outro, se constituem como importantes fatores para a formação do sentimento de identidade: “reconheço que meus pais não são um mero prolongamento de mim, [...] sendo pessoas separadas e diferentes de mim” (ZIMERMAN, 2010, p. 211). A auto identificação se promove, assim, por um processo de **diferenciação**. O ser reconhecido ao outro, por sua vez, diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de consideração e de gratidão para com o outro, assumindo responsabilidades nessa interação. Por fim, segundo Zimerman (2010, p. 212), o ser reconhecido pelos outros remete a “uma necessidade crucial de todos ser humano, em qualquer idade, circunstância, cultura, época ou geografia, de desejar sentir-se reconhecido e valorizado pelos demais e sentir que realmente existe como individualidade”.

Essa formação estruturante inicial está, portanto, intimamente relacionada à presença do outro que se institui, implícita ou explicitamente, no fio do discurso. É por meio da linguagem que nos constituímos, ou melhor, é por meio do diálogo que construímos nossa identidade. O diálogo é a representação da interação discursiva e o outro é o “espelho” de nossa existência/essência: “a criança começa a ver-se, pela primeira vez, pelos olhos da mãe, é no seu **tom** que ela começa também a falar de si mesma, como que se acariciando na primeira palavra pela qual expressa a si mesma” (BAKHTIN, 1997, p. 68, grifo nosso).

A percepção de Bakhtin, em sintonia com a visão da psicanálise, tem lugar em seus estudos sobre a relação entre autor e personagem na atividade estética, particularmente quando trata do conceito de *excedente de visão*. Para Todorov (2020, p. XXVI), na análise da relação entre autor e personagem (herói), Bakhtin se dá conta de que tal interação representa uma relação entre duas pessoas que é indispensável “para que o ser humano se constitua num todo, pois o acabamento só pode vir do exterior, através do olhar do outro”. O excedente de visão, de um indivíduo em face de outro, “instaura uma esfera particular da minha atividade, isto é, um

conjunto de atos internos ou externos que só eu posso pré-formar a respeito desse outro e que o completam justamente onde ele não pode completar-se” (BAKHTIN, 1997, p. 45). A *singularidade* de cada pessoa – o momento e o lugar único em que se encontra, onde nenhuma outra pessoa pode estar – deve estar no horizonte da contemplação estética e do ato ético. Nessa conformação, articulam-se a singularidade e a alteridade no acontecimento da interação discursiva. Essa articulação, associada com a consciência e a palavra alheia, é central para a construção dialógica da identidade e será retomada no capítulo cinco.

Ao debruçar-se sobre o pensamento de Bakhtin, Augusto Ponzio vem destacando o papel da alteridade na obra do pensador russo em contraposição à teorização essencialista da identidade (descrita na primeira seção deste capítulo). Na comparação de Bakhtin com o autor contemporâneo Emanuel Lévinas, Ponzio (2011, p. 23) anuncia a inevitabilidade do outro desde a formação da consciência humana: “contrariando a convicção geral, Lévinas demonstrou que as origens da consciência, nos níveis ontológico, axiológico e político, não devem ser buscadas no ‘eu’, mas no ‘outro’”. É assim que o outro impõe sua alteridade irreduzível sobre o eu, independentemente da vontade deste:

O meio social deu ao homem as palavras e as uniu a determinados significados e apreciações; o mesmo meio social não cessa de determinar e controlar as reações verbalizadas do homem ao longo de toda a sua vida. Por isso, todo o verbal no comportamento do homem (assim como os discursos exterior e interior) de maneira nenhuma pode ser creditado a um sujeito singular tomado isoladamente, pois não pertence a ele, mas sim *ao seu grupo social* (ao seu ambiente social). (BAKHTIN, 2017a, p. 86, grifos do autor)

Nessa perspectiva, a consciência é constituída de linguagem e, por isso mesmo, de relações sociais. Antes mesmo de as usarmos como objeto de nossas intenções, nossas palavras já estão configuradas com intenções alheias. Em razão disso, o conflito de vozes característico de toda interação social permeia todos os nossos discursos interiores, todos os nossos pensamentos (PONZIO, 2011, p. 23). Para chegarmos ao nosso próprio discurso é preciso partir de uma consideração constante do discurso alheio: “Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua **entonação**, em sua tonalidade valorativo-emocional” (BAKHTIN, 2017b, p. 29-30, grifo nosso).

Neste momento, poderíamos nos perguntar: **haveria espaço para pensar a identidade no âmbito da teoria dialógica do Círculo?** Acreditamos que é possível responder positivamente a essa questão. De fato, esse movimento em direção ao outro representou uma verdadeira “revolução”, pois significava libertar-se da orientação eminentemente essencialista

que dominava a filosofia e as ciências humanas na época. Trata-se, portanto, de uma crítica à noção de identidade entendida como identidade “fechada” e monológica, sem abertura para o outro que a constitui. A construção de uma identidade dialógica deve estar constantemente aberta para a alteridade, conjugando em si toda a complexidade de uma configuração tridimensional: a consciência linguística, a interação discursiva e o discurso alheio.

Neste capítulo, introduzimos o problema da identidade, que se coloca no horizonte valorativo das ciências humanas e dos estudos do discurso num momento histórico de grandes transformações culturais. A identidade se apresenta como um fenômeno social e ideológico, inserido num contexto de incessante embate entre forças unificadoras e monológicas e forças descentralizadoras e dialógicas. Apresentamos as contribuições teóricas dos Estudos Culturais, que dedicam especial atenção ao problema da identidade e fornecem elementos essenciais para nossa investigação. Para uma definição dialógica da identidade, fundamentada nos pressupostos de Bakhtin e o Círculo, propomos a articulação entre os conceitos de *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia*. Em recíproca relação, esses conceitos compreendem os aspectos relacional, ideológico e psíquico que caracterizam o problema da identidade.

Em seguida, refletimos sobre as relações entre identidade e linguagem, centrando nossa atenção na forma como o sujeito está implicado no discurso, em diálogo com estudos enunciativos e discursivos. A identidade, enquanto signo cultural e posicionamento ideológico, está envolvida pelo universo discursivo, emerge nele e não pode ser isolada e nem separada dele por completo. O sujeito e sua identidade se constituem no processo de interação discursiva. Nesse contexto, o discurso se revela como a instância fundamental de construção de sentidos.

Por fim, ao tratarmos da alteridade, destacamos a necessária e imprescindível participação do outro na construção discursiva da identidade. A palavra alheia desempenha uma função estruturante na formação ideológica e identitária do sujeito dialógico. Desde a mais tenra idade, o olhar e, sobretudo, o tom de voz materno edificam o mundo no qual a criança vai conquistando sua singularidade. As primeiras palavras e, posteriormente, os discursos formadores acionam processos de identificação e de diferenciação e, assim, no *continuum* da interação discursiva, constituem dialogicamente a identidade do sujeito.



### 3 FUNDAMENTOS PARA UMA IDENTIDADE DIALÓGICA

A identidade é um fenômeno real que corresponde ao modo como a sociedade e o Estado nos individualiza e ao modo como formamos nossa individualidade em resposta a um amplo espectro de relações sociais (família, escola, igreja, trabalho, etc.). Ao mesmo tempo, a identidade é uma abstração, que nada revela sobre as relações sociais que a constituíram. Nesse processo de abstração, as identidades são objetificadas, uniformizadas, generalizadas, desconsiderando a singularidade da experiência de cada sujeito. De fato, a realidade do mundo social é múltipla e complexa. Para entendê-la, são necessários sistemas de conhecimento, como as ciências, a filosofia, a arte, que nos ajudam a ordenar e compreender essa multiplicidade. No entanto, esses sistemas, que se materializam em discursos, acabam abstraindo o posicionamento singular do sujeito investido de identidade.

Por exemplo, ao considerar o brasileiro como o “homem cordial”, Sérgio Buarque de Holanda (2016) atribui, de certa forma, um caráter imutável, fixo à identidade do brasileiro. Assim, na univocidade do discurso ideológico, a identidade nacional dissolve a heterogeneidade da cultura popular e transcende a singularidade dos indivíduos e dos grupos sociais. Desse modo, a articulação necessária entre ideologia e linguagem nos parece ser o caminho para compreender como a identidade se constrói dialogicamente. É preciso que as relações materiais e as especificidades históricas envolvidas nesse processo de abstração sejam explicitadas. É preciso superar a “perniciosa separação e a mútua impenetrabilidade entre cultura e vida” (BAKHTIN, 2012, p. 44).

O mundo no qual nos posicionamos e somos socialmente posicionados é o *mundo dos signos*. Nesse mundo, discursos são produzidos e é por meio desses discursos que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos e podemos nos tornar. A escola, a igreja, a mídia nos dizem como devemos ser: um empreendedor de sucesso, um aluno disciplinado, uma pessoa temente a Deus. A esses discursos, respondemos ativamente, ora se reconhecendo e se identificando, ora negando e se diferenciando em relação a esta ou aquela identidade.

Desenvolver uma noção de identidade que auxilie na compreensão desse processo dialético é o desafio que nos propomos encarar. Entendemos que o arcabouço teórico-metodológico de Bakhtin e o Círculo possa nos dar a sustentação necessária para atingir esse objetivo, pois centra sua atenção no fenômeno discursivo, no signo ideológico, na materialidade da palavra, que interliga o psíquico ao ideológico e participa de toda interação e de todo contato entre as pessoas.

Neste capítulo, faremos uma breve apresentação do Círculo de Bakhtin, compreendendo-o como um grupo heterogêneo de pensadores, cuja produção intelectual reflete e refrata a realidade histórico-cultural na qual estava inserida. Em seguida, para sustentar nossa argumentação em torno de uma identidade dialógica, apresentaremos as contribuições teóricas de Bakhtin e o Círculo. A articulação entre as noções de *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia* será o fio condutor do nosso empreendimento conceitual.

### 3.1 A IDENTIDADE DO CÍRCULO

A identidade do Círculo de Bakhtin está ainda em franca construção. Ainda pairam dúvidas sobre a existência e efetiva composição do grupo, Bakhtin teria sido o líder? (SÉRIOT, 2015), (GRILLO, 2019). Há dúvidas quanto à autenticidade de determinados conceitos e ideias e também há disputas em torno da autoria das obras (BRAIT; CAMPOS, 2016), (GRILLO, 2019). A banalização, redução, adaptação de conceitos fundamentais como *diálogo*, *gêneros do discurso*, *polifonia*, etc. (FARACO, 2019); a inclusão de conceitos estranhos ao repertório do Círculo, como é o caso do termo *intertextualidade* (BEZERRA, 2018); a recepção e as traduções das obras em diferentes contextos políticos, a distância temporal entre a produção e a efetiva publicação de determinados textos (BRAIT; PISTORI, 2020). Todas essas questões caracterizam a complexidade em torno da identidade do Círculo que, durante muito tempo, permaneceu à sombra de Bakhtin (MEDVIÉDEV, Iu. P.; MEDVIÉDEVA D. A., 2014).

Com a abertura de arquivos, o acesso a relatórios de atividades, a tradução direta dos originais russos, a descoberta de textos inéditos e as pesquisas incessantes, algumas polêmicas começam a perder força, revelando-se que havia “uma colaboração estreita entre Bakhtin, Medviédev e Volóchinov na segunda metade dos anos 1920” (GRILLO; AMÉRICO, 2019, p. 33). No ensaio introdutório ao livro *A palavra na vida e a palavra na poesia* (2019), as pesquisadoras e tradutoras Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo apresentam informações inéditas sobre a vida, a atuação profissional e a produção acadêmica de Valentin Volóchinov: “Os dados consultados no arquivo permitiram o contato com a identidade concreta de um autor que, após sua morte, em 13 de junho de 1936 (Vassíliev, 1995, p. 15), ficou praticamente esquecido” (GRILLO; AMÉRICO, 2019, p. 12).

No caso de Bakhtin, os linguistas Faraco; Castro; Tezza (2011, p. 10) relatam que o pensador russo já foi considerado “um piedoso fiel cristão-ortodoxo”, “um marxista radical”, “um pós-modernista *avant la lettre*”, “um respeitável fenomenólogo”, “um disciplinado

neokantiano”, “um ambíguo e contraditório teórico da cultura”, “um ingênuo humanista”, “um brilhante materialista”. Para os autores, essas inúmeras tentativas de classificá-lo decorrem da caótica apropriação de seu pensamento e da compreensível tentativa de reduzi-lo ao conhecido e estabelecido no mundo acadêmico.

O que podemos afirmar com certeza é que a identidade do Círculo se consolida a partir de um **posicionamento crítico**. Integrado por filósofos, músicos, linguistas, literatos, artistas, cientistas, professores, o heterogêneo grupo se reunia informalmente para debater as ideias pulsantes da época, formando um verdadeiro “coletivo pensante” (MEDVIÉDEV, Iu. P.; MEDVIÉDEVA D. A., 2014, p. 27). A produção intelectual do Círculo de Bakhtin, assim denominado posteriormente pelos estudiosos de seus trabalhos, se dá inicialmente em um período de reestruturação da sociedade soviética, com a “institucionalização de uma política internacionalista”, a “implantação de um projeto de alfabetização de adultos”, a “criação de universidades e escolas populares” (ZANDWAIS, 2016, p. 99).

Nesse contexto, a perspectiva crítica e o diálogo aberto com as teorias e concepções dominantes no período, como o neokantismo, o formalismo, a fenomenologia, o marxismo, caracterizam as discussões e as obras produzidas pelo Círculo. Em Medviédev (2019), fica explícita, desde o título da obra, a ideia de uma crítica da crítica ao mencionar que o formalismo russo e mesmo a poética sociológica marxista não deram uma resposta adequada à **crise** da “filosofia da cultura” idealista e do positivismo nas ciências humanas: “Somente o materialismo dialético pode realizar a almejada síntese [...]. Mas é necessário ir além [...]. É necessário preencher a lacuna entre os estudos gerais das superestruturas ideológicas e a elaboração concreta das questões particulares” (MEDVIÉDEV, 2019, p. 48).

Frente à lacuna de um trabalho marxista sobre a filosofia da linguagem, Volóchinov (2017) impõe-se a tarefa de apontar “*a direção geral do pensamento verdadeiramente marxista sobre a linguagem e os pontos metodológicos fundamentais que devem sustentar esse pensamento na abordagem dos problemas concretos da linguística*” (p. 83, grifos do autor). Partindo da análise **crítica** de duas grandes concepções de língua e de linguagem que dominavam os estudos linguísticos do período: o *subjetivismo individualista* e o *objetivismo abstrato*, Volóchinov (2017) concebe a língua como uma *atividade social*, indissoluvelmente ligada às condições de comunicação e às estruturas sociais.

No posfácio à obra *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*, o tradutor Paulo Bezerra argumenta que Bakhtin quebra paradigmas ao **criticar** o reducionismo socioeconômico que dominava os estudos literários no período dando prioridade à cultura na formação e história

da literatura: “é a cultura gerada por tais fatores [econômicos e sociais] que sedimenta o universo da literatura e nos permite identificar numa obra literária o espaço e o tempo de sua produção, assim como os valores e relações humanas aí vigentes” (BEZERRA, 2017, p. 82).

No entanto, com a ascensão de Joseph V. Stalin (1878-1953) ao poder, especialmente após a morte V. I. Lênin (1870-1924), instaura-se “uma política reformista e nacionalista, voltada para a construção de uma identidade nacional pautada na unificação dos Estados soviéticos e na unidade da língua: *o grande russo*” (ZANDWAIS, 2016, p. 100). O regime político nacionalista de Stalin, com o apoio intelectual do linguista e paleontólogo Nicolai Y. Marr (1861-1934), implantou um projeto político de unificação e homogeneização do povo russo-soviético, alicerçado na formação de “uma língua russa nova, unitária e soviética” (BRANDIST, 2012, p. 172), tomada como “um dispositivo de base para construção de um imaginário de nação” (ZANDWAIS, 2016, p. 101).

Situando-nos na problemática da identidade, esse movimento em torno do “grande russo” reinaugurou um processo que caracterizou a formação dos Estados nacionais modernos. Como Bauman (2005, p. 26, grifo do autor) registra, a ideia de *identidade nacional* “não foi ‘naturalmente’ gestada e incubada na experiência humana [...]. Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade”. Nesse sentido, o objetivo da política linguística stalinista era traçar uma clara fronteira entre “nós” e “eles”, reduzindo tudo a uma única consciência, dissolvendo nela a consciência do outro, monoacentuando e monologizando o discurso, numa perspectiva essencialista da identidade: “a língua única exprime as forças [centrípetas] da unificação verboideológica concreta e da centralização que ocorre numa relação indissolúvel com os processos de centralização sociopolítica e cultural” (BAKHTIN, 2017c, p. 40).

Em contraponto a essa visão essencialista da língua e da identidade, por meio de um estudo linguístico e sociológico comprometido com a realidade material da língua, Bakhtin e o Círculo observam a língua no processo de sua realização prática, ideologicamente preenchida, estratificada, *heterodiscursiva*, forjada pelo trabalho incessante das *forças centrífugas* em disputa com as *forças centrípetas*, *dialogicizada* e condicionada pela luta entre pontos de vista. É nessa dinâmica que a identidade de cada indivíduo, de cada coletividade, se constrói discursivamente, dialogicamente.

O legado de Bakhtin e o Círculo para os estudos da identidade é justamente a concepção dialógica da linguagem. O **dialogismo** é o princípio constitutivo e característica essencial da

linguagem. O dialogismo é o espaço de interação entre eu e o outro, é a condição de sentido do discurso.

A orientação dialógica do discurso é, evidentemente, um fenômeno próprio de qualquer discurso. É a diretriz natural de qualquer discurso vivo. Em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as orientações, o discurso depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele. (BAKHTIN, 2017c, p. 51)

O dialogismo, marco no modo de produzir conhecimento nos estudos da linguagem, tem como embasamento constitutivo as relações dialógicas que se estabelecem entre sujeitos cultural e historicamente situados, que constroem suas identidades, expressam seus posicionamentos ideológicos e produzem sentidos no movimento dinâmico e contínuo da interação discursiva. A construção da identidade tem lugar nesse movimento e representa um posicionamento que reflete as relações dialógicas.

As relações dialógicas extrapolam o puramente linguístico (mas também nele se fazem ver) e se situam no campo discursivo, personificam-se e tornam-se enunciados, convertem-se em posições de diferentes sujeitos, constituem processos de identificação e/ou diferenciação com o outro (outro de si, outro sujeito, outro discurso). As identidades dialógicas irrompem desse processo relacional de diferenciação e autoafirmação, constroem-se coletivamente, numa determinada cultura, atualizam-se em contextos e situações específicas, em interação com o outro, na vida cotidiana e nas diversas esferas da atividade humana.

### 3.2 O *CONTINUUM* DA INTERAÇÃO DIALÓGICA

Bakhtin e o Círculo sempre buscaram na atividade estética, especialmente na literatura, uma maneira de refletir sobre a vida humana. A arte expressa a nossa humanidade de forma marcante porque coloca o ser humano no centro da obra artística.

A unidade do mundo da visão estética (...) [é] uma unidade concretamente arquitetônica, que se dispõe ao redor de um centro concreto de valores que é pensado, visto, amado. **É um ser humano este centro, e tudo neste mundo adquire significado, sentido e valor somente em correlação com um ser humano**, somente enquanto tornado desse modo um mundo humano. Toda a existência possível e todo o sentido possível se dispõem ao redor de um ser humano como centro e valor único; tudo – e aqui a visão estética não conhece limites – deve estar correlacionado a um ser humano, deve tornar-se humano. (BAKHTIN, 2012, p. 124, grifos nossos)

A arte coloca no centro o objeto de investigação das ciências humanas: o ser expressivo e falante, ser que somente se realiza plenamente na interação com outro ser humano. Esse ser

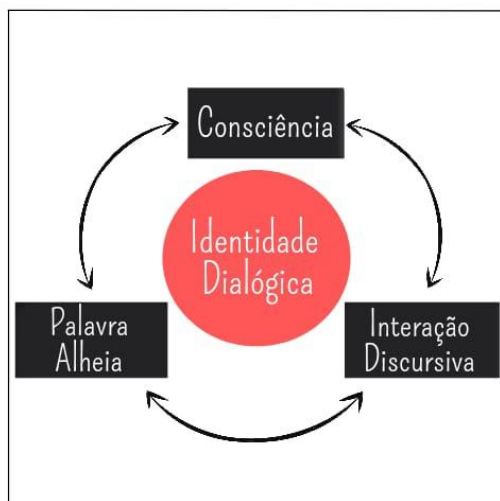
se revela um intérprete, um cocriador que acrescenta e compartilha novos sentidos à obra de arte, pois dispõe de “um conjunto de novos conhecimentos produzidos no grande tempo” (BEZERRA, 2017, p. 94). Ao contemplar um quadro, uma escultura, ao ler um poema ou um romance, estamos em diálogo vivo com o outro, revestindo a obra de novos sentidos, a partir de um centro de valor único, de um ponto de vista singular. A obra de arte é contemplada por um ser concreto único, de vida limitada (nascimento e morte), que se contrapõe, no ato mesmo de contemplação, a outro centro de valor, a outro ser humano singular. A contemplação, nessa perspectiva, configura um ato de distanciamento que ultrapassa o mundo da arte, da visão estética.

Bakhtin (2012, p. 141) nos diz que, na “arquitetônica real do mundo vivido da vida [...] o valor concretamente afirmado de um ser humano e o meu valor-para-mim-mesmo são radicalmente diferentes”. Para os pensadores do Círculo, portanto, a alteridade é condição necessária para a construção da própria identidade. Na tessitura entre o eu-para-mim, o eu-para-o-outro e o outro-para-mim é inegável a importância e inevitabilidade do outro. Entretanto, nesse cenário de complexidade, há uma dimensão do eu, da singularidade e da responsabilidade ética:

Neste preciso ponto singular no qual agora me encontro, nenhuma outra pessoa jamais esteve no tempo singular e no espaço singular de um existir único. [...]. Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. [...]. Em relação a toda a unidade do real, emerge o meu dever singular a partir do meu lugar singular no existir. [...]. A minha singularidade, como necessária não coincidência com tudo o que não seja eu, torna sempre possível o meu ato singular e insubstituível em relação a tudo o que não sou eu. (BAKHTIN, 2012, p. 96-98)

Embora autoconscientes, dependemos do outro para construir nossa própria imagem. Construimos nossa imagem no outro e para o outro. E essa construção se dá por meio da linguagem, que é o “ponto de contato das consciências” (BAKHTIN, 2019a, p. 56). Isso demonstra que a identidade é uma construção eminentemente relacional e somente tem condições de existência no *continuum* da interação discursiva, representado no quadro a seguir:

Quadro 1 – O *continuum* da interação discursiva



Fonte: O autor (2022).

Se elencarmos uma série de elementos que refletem a identidade dialógica do falante na linguagem – sotaque, entonação, pronúncia, ritmo, volume, tom, estado emocional, idade, sexo, etnia, classe social, profissão, grupo social – verificaremos que esses elementos, tomados de forma isolada, não têm valor ou sentido fora da interação social, fora da cultura, fora do horizonte social em que suas significações são valoradas e compartilhadas. A identidade se revela na complexidade da interação dialógica: professor-aluno [aula (na sala de aula)], médico-paciente [consulta (no consultório)], servidor público-cidadão [atendimento (na repartição pública)]. A interação dialógica, por sua vez, se realiza em um determinado campo da atividade humana e em condições históricas, sociais e políticas específicas.

Vamos considerar a identidade do aluno como exemplo. A singularidade de cada aluno está associada ao lugar e às condições em que ele vive, sua família, sua relação com a escola, etc. A essa singularidade sobrepõe-se um processo de anonimato, que neutraliza as diferenças externas advindas da vida fora da escola e forja em cada criança uma identidade social abstrata, conformada por valores pretensamente universais. Nesse sentido, a construção discursiva da identidade do aluno está associada a uma orientação avaliativa, social e historicamente determinada, e sujeita à correlação de forças ideológicas. No Brasil, o processo de generalização do acesso à escola tem sido acompanhado por dois paradigmas conflitantes. Por um lado, há um projeto mobilizado por razões econômicas, orientado pela lógica capitalista, para o qual o aluno é convocado a se assumir como mero projeto de força de trabalho. De outro lado, há um modelo pautado pela proteção integral da criança, para o qual o aluno é um sujeito de direitos e a educação escolar é um direito inalienável para alcançar sua plena cidadania.

Nessa perspectiva, para compreendermos como a identidade se constrói dialogicamente e, a partir daí, formular um conceito abrangente, é preciso partir do acontecimento discursivo que integra a consciência e o discurso alheio no fluxo contínuo de interações com o outro. Com esse objetivo, nas seções que se seguem, apresentaremos as noções de consciência linguística, interação discursiva e palavra alheia, tal como formuladas por Bakhtin e o Círculo, articulando-as com outros conceitos fundamentais.

### 3.2.1 Consciência linguística

A noção de consciência, como qualquer outro conceito, é um construto teórico, historicamente definido e é, geralmente, associada ao conhecimento e ao julgamento de si. Segundo Abbagnano (2007, p. 185), a consciência é a possibilidade que o ser humano tem de atender para as próprias ações e comportamentos e, ao mesmo tempo, exprimi-los por meio da linguagem. Em outras palavras, quando dizemos que o ser humano “está consciente” ou “tem consciência”, o termo consciência está relacionado à ideia de “estar ciente dos próprios estados, percepções, ideias, sentimentos, volições” (ABBAGNANO, 2007, p. 185). Nessa acepção, a consciência é o ato de ‘olhar’ para si, de voltar a atenção para si mesmo, refletir sobre si, por meio de um processo de abstração que é produzido na e pela linguagem e só pode ser exteriorizado por meio da linguagem.

No entanto, a filosofia moderna e contemporânea confere a esse termo um entendimento muito mais complexo: “o de uma relação da alma consigo mesma, de uma relação intrínseca ao homem, "interior" ou "espiritual", pela qual ele pode conhecer-se de modo imediato e privilegiado e por isso julgar-se de forma segura e infalível” (ABBAGNANO, 2007, p. 185). Dessa maneira, conjuga-se o aspecto moral ou ético (autoavaliação) e o aspecto teórico (autoconhecimento). Nesse construto teórico, a relação de autoconhecer-se e autoavaliar-se realiza-se numa esfera de interioridade, “na qual o homem se desliga das coisas e dos outros e "retorna para si mesmo", testemunhando de si para si e criando uma indagação puramente "interior", na qual possa conhecer-se com absoluta verdade e certeza” (ABBAGNANO, 2007, p. 186). O *cogito ergo sum* de Descartes é o exemplo mais significativo desse modo de compreender a consciência humana.

O conceito de consciência desenvolve-se, assim, intrinsecamente associado ao campo da interioridade. Tal qual o dualismo ontológico concebido por Platão, separando o mundo sensível do mundo inteligível, a filosofia moderna separa a interioridade da exterioridade e a



consciência imediata de si é condição *sine qua non* da consciência das outras coisas. Essa perspectiva idealista ou teoreticista, como diria Volóchinov, que fundamenta o pensamento de filósofos como Descartes, Locke e Hume, limita o conhecimento das coisas e do mundo à realidade das ideias presentes em nossas mentes. Como consequência desse entendimento, a esfera da investigação filosófica restringe-se ao círculo da consciência individual.

Kant vai romper com esse “círculo mágico” da consciência. Para o filósofo alemão, a consciência de minha existência no tempo é a consciência de uma relação com algo que está fora de mim. Em Kant (2003), o termo consciência indica, paradoxalmente, não uma relação interior ou íntima no ser humano, mas uma relação entre o eu e algo exterior. Em outros termos, para que a relação entre o eu e o que não é eu subsista, a consciência não deve ser considerada como uma relação interior a si mesma, mas como uma relação da consciência com algo que não é consciência. Estabelece-se, assim, o que a filosofia contemporânea chama de uma relação de transcendência (ABBAGNANO, 2007, p. 190).

O filósofo Ernst Cassirer, uma das referências teóricas explícitas de *MFL*, “critica a teoria ingênua do conhecimento como puro reflexo do mundo, para assumir que o conhecimento tem a propriedade fundamental de formação e não somente de reprodução do real” (GRILLO, 2017, p. 15). Segundo Cassirer, cabe ao signo linguístico o papel de mediar a relação entre o sujeito consciente e o mundo cognoscível, “uma vez que a linguagem enquanto sistema de signos fonéticos não apenas comunica o pensamento, mas o constitui e determina o seu conteúdo” (GRILLO, 2017, p. 16). Em outros termos, é a linguagem que atribui sentido ao mundo. Na avaliação de Grillo (2017, p. 15), nessa formulação, estaria “uma das origens do conceito de signo ideológico como reflexo e refração do real”.

De acordo com Grillo (2017), o papel da linguagem na constituição da consciência humana, normalmente, não é uma questão debatida entre teóricos do discurso. No entanto, é um tema central na filosofia da linguagem, sobretudo, no que se refere à inter-relação entre pensamento e linguagem, e é um aspecto amplamente discutido na primeira parte de *MFL*. Na relação entre pensamento e linguagem, encontramos o dualismo entre o sujeito e o mundo, problema fundamental para os objetivos de Volóchinov na construção de uma filosofia do signo ideológico.

O autor de *MFL* busca, sob uma perspectiva sociológica, uma definição objetiva do que é consciência, compreendendo-a como um fenômeno ideológico: “a consciência individual é um fato social e ideológico” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 97). Segundo Grillo (2017), o desafio teórico assumido por Volóchinov pode ser resumido em três questões fundamentais: 1) lidar

com a questão de saber como sujeito se relaciona com a alteridade do mundo exterior; 2) buscar uma resposta para a natureza do sentido na linguagem; 3) identificar a constituição do sujeito com base na formação da consciência linguística.

Transformada em um “depósito” para todos os problemas insolúveis, ora tudo (idealismo), ora nada (positivismo psicológico), a consciência “se forma e se realiza no material sígnico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada”, por isso mesmo que “uma definição objetiva do que é a consciência só pode ser sociológica” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 97).

Na busca por essa definição, Volóchinov (2019, p. 253, grifos do autor) convida o leitor a fechar os olhos e refletir sobre a questão: “A primeira coisa que percebemos é um *fluxo de palavras*, (...) uma alternância ininterrupta de fragmentos de pensamentos, de expressões habituais, de impressões conjuntas gerais de objetos ou fenômenos da vida”. Enfim, é uma “ciranda verbal multicor” que se movimenta incessantemente, e se, num esforço mental, tentássemos nos abstrair dela, *nada* restaria. Esse fluxo de palavras é denominado por Volóchinov de “*discurso interior*”.

Nenhum ato de consciência pode ocorrer sem o discurso interior, sem as palavras, sem a *entonação*. Ele é condição necessária para a comunicação discursiva, pois possibilita a compreensão ativa e responsiva do signo. Decorre daí que a realidade da consciência individual está subordinada à realidade objetiva dos signos ideológicos. Volóchinov (2017) ressalta que a consciência é uma ficção fora da objetivação, fora da encarnação em um material determinado:

A força da consciência está na sua encarnação em determinadas organizações sociais e na sua fixação em expressões ideológicas estáveis (ciência, arte e assim por diante), porém ela já era um pequeno acontecimento social, e não um ato individual interior, na forma primária vaga de um pensamento e uma vivência instantâneos. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 212)

A consciência ganha existência somente quando está “encarnada em um material sígnico”, “preenchida pelo conteúdo ideológico”. O signo é compreendido e ganha sentido na relação com outros signos já conhecidos, formando uma cadeia “única e ininterrupta” que “se estende entre as consciências individuais” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94-95). Na mesma direção, ao analisar a ideia no universo artístico de Dostoiévski, Bakhtin (2018a, p. 98) afirma que o pensamento humano só se torna autêntico “sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros expressa na palavra. É no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive a ideia”.

Para Bakhtin (2020, p. 79), isso significa que a criação estética não pode ser explicada e assimilada na imanência de uma única consciência. É necessário um certo distanciamento, “o sujeito da vida e o sujeito do ativismo estético, que enforma essa vida, por princípio não podem coincidir”. Semelhante ao discurso, a ideia é um acontecimento vivo, “quer ser ouvida, entendida e ‘respondida’ por outras vozes e de outras posições” (BAKHTIN, 2018a, p. 98). De acordo com Volóchinov (2019, p. 129), a palavra é “uma espécie de ‘roteiro’ de um acontecimento”. Para compreendê-la é necessário *reproduzir* esse acontecimento considerando a mútua relação entre os falantes em toda a sua complexidade:

Ao compreendermos uma palavra ou uma combinação de palavras, é como se as traduzíssemos do discurso interior (ouvido ou lido) de outra pessoa para o nosso discurso interior, como se reproduzíssemos essas palavras uma e outra vez, como se as rodeássemos com outras palavras e as situássemos em um lugar especial no fluxo discursivo geral da nossa consciência. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 313)

A palavra se constitui como o “*material da vida interior: a consciência* (discurso interior)” e exerce a função de “um meio da consciência” que “acompanha e comenta todo ato ideológico” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 100, grifos do autor). Estabelece-se, assim, um movimento dialético entre o discurso interior e o discurso exterior. De modo que toda a existência que determina a consciência transforma-se em existência interior e esta, por sua vez, transfere-se para o enunciado realizado no exterior: “o discurso interior vivifica e nutre com sua seiva o discurso exterior percebido e criado, mas ao mesmo tempo é determinado por ele” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 262).

A consciência é, portanto, o lugar onde se dá a criação ideológica, que só existe no processo de interação social. “Na ótica do dialogismo, a consciência não é produto de um eu isolado, mas da interação e do convívio entre muitas consciências [...]. Eu tomo consciência de mim mesmo e me torno eu mesmo só me revelando para o outro, não posso passar sem o outro” (BEZERRA, 2018, p. XXII). A consciência linguística do falante tem uma natureza dialógica, ela não trabalha com um sistema de regras abstratas a ser transmitido e decodificado, tampouco é uma realidade puramente individual, subjetiva e monológica.

De fato, segundo o pensamento do Círculo, não há uma separação estanque entre a vivência interior e o mundo exterior. É na relação entre linguagem e mundo que o sentido se constitui. O centro organizador e formador da consciência é a palavra, o já-dito, o produto das inter-relações do falante com o ouvinte, a diversidade de vozes (heterodiscurso) em suas múltiplas consonâncias e dissonâncias. Para sua existência, a consciência pressupõe um horizonte social, está voltada para o outro e obedece uma diretriz axiológica. Assim, o discurso

interior se conecta com a palavra alheia por meio da interação discursiva e é justamente nesse processo dinâmico que ocorre a construção dialógica da identidade (identidade como fenômeno ideológico e discursivo).

### 3.2.2 Interação discursiva

A ideia de interação é muito constante nas obras do Círculo e está relacionada a uma perspectiva dialética que perpassa uma grande diversidade de conceitos que se interpenetram exaustivamente. Caminhando das questões filosóficas gerais para as questões linguísticas, Volóchinov (2017, p. 86, grifos do autor) lança as bases teóricas e metodológicas para uma *filosofia do signo ideológico*, refletindo sobre o problema da “*realidade concreta dos fenômenos linguísticos*”, dando destaque à natureza social do enunciado em *Marxismo e filosofia da linguagem (MFL)*.

De acordo com Grillo; Américo (2017, p. 361), no *Glossário de MFL*, a noção de *interação discursiva* compreende duas dimensões inter-relacionadas: “o modo de formação da consciência pela linguagem e a realidade fundamental da língua”. Em *MFL*, Volóchinov (2017) dedica todo um capítulo para tratar da interação discursiva. Partindo da crítica à teoria da expressão tal como os adeptos do subjetivismo individualista a compreendem, o linguista russo enfatiza a ideia de que é o meio social o centro organizador de qualquer enunciado.

A teoria da expressão que fundamenta o *subjetivismo individualista* pressupõe que o enunciado é uma expressão da consciência individual do falante e que, por um ato de objetivação, é convertida para o exterior com o apoio de signos externos. Nesse processo, há uma separação entre a expressão (que se efetiva no exterior) e o que é expresso (cuja origem é interior). Este último prevalece sobre o primeiro, pois é a pura fonte da criação individual que, por vezes, é distorcida ao se exteriorizar. É a ideia clássica da expressão do pensamento, que, numa perspectiva cartesiana, entende que a língua e a disposição do enunciado representam a ordem das ideias que, por sua vez, seriam preexistentes à ação de dizê-las.

Em contrapartida, Volóchinov (2017) vai corrigir essa premissa alegando que os dois elementos que compõem a expressão, o expresso (interior) e sua objetivação exterior, são formados e só existem plenamente na materialidade do signo. E como observa o autor, o signo não pode ser isolado da situação social sem perder sua natureza sígnica. Nessa proposta, a linguagem é compreendida como “a realidade material específica da criação ideológica” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 84), ou seja, todo *signo* é ideológico, refletindo e refratando “outra

realidade que se encontra fora de seus limites” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 91). Por ser ideológico, o signo só pode surgir no processo da comunicação social entre indivíduos coletivamente organizados.

Nessa perspectiva, **todo enunciado é dialógico**, constituindo-se a partir de outro enunciado e em resposta a ele. Portanto, em todo enunciado entrecruzam-se ao menos duas vozes, dois pontos de vista. Para realizar-se, cada enunciado pressupõe a existência de um falante e de um ouvinte, de modo que todos os enunciados são sempre orientados para o outro. Nessa configuração constitutivamente marcada pelo outro, pela alteridade, todo enunciado conforma-se de uma parte verbal expressa linguisticamente e de uma parte extra verbal subentendida (a situação e o auditório) e assume uma estrutura típica específica chamada de *gênero discursivo*.

Os gêneros do discurso representam as múltiplas formas de uso da linguagem nos diversos campos da atividade humana. A variedade dos gêneros do discurso (orais e escritos) reflete “as condições específicas e as finalidades de cada campo” da comunicação humana (BAKHTIN, 2019b, p. 11). Dada sua extrema heterogeneidade, os gêneros devem ser diferenciados entre primários (simples) e secundários (complexos). Segundo Bakhtin (2019b, p. 15), os gêneros primários se formam “nas condições da comunicação discursiva imediata”, enquanto que os gêneros discursivos secundários (romances, dramas, pesquisas científicas, etc.) “surtem nas condições de um convívio cultural mais complexo” e, no processo de sua formação “incorporam e reelaboram diversos gêneros primários” em um processo dialético que relaciona ideologia e linguagem.

Em sua composição, os gêneros apresentam três elementos intrinsecamente ligados: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Esses elementos se manifestam simultaneamente em cada enunciado. O tema é sempre único e está organicamente associado às formas linguísticas, que lhe conferem a estabilidade necessária para se instituir, e à situação histórica em que é concretamente verbalizado (DI FANTI, 2020a, p. 225). O estilo, por sua vez, diz respeito à seleção, realizada pelo locutor, “dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2019b, p. 12). Nessa relação de interlocução, a construção composicional configura-se como o modo de estruturar e organizar o enunciado.

Mobilizando esses recursos, o falante constrói um projeto enunciativo que instaura a alternância dos sujeitos do discurso num “embate entre entoação avaliativa (a inflexão que o locutor busca imprimir ao que diz) e resposta ativa (a recepção, necessariamente valorativa, do interlocutor ao dito)” (SOBRAL, 2011, p. 37). Nesse processo de interação discursiva, no qual

o enunciado é orientado para o interlocutor, “a palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205).

A palavra é, essencialmente, um ato bilateral, sendo “determinada tanto por aquele *de quem* ela procede quanto por aquele *para quem* se dirige” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205, grifos do autor). Ao enunciar, o falante enuncia-se, ou seja, dá forma a si mesmo a partir da perspectiva do outro e da coletividade a qual pertence. **Enunciar é, portanto, se posicionar ideologicamente em relação ao outro.** As diferentes vozes constitutivas do enunciado, sua bivocalidade orgânica, sua dialogicidade interna, organizam e formam o discurso interior, a consciência linguística do falante. Nossa consciência é povoada pela palavra alheia. Trata-se, portanto, de um processo de formação ideológica a partir do qual o sujeito assimila a palavra alheia de forma seletiva.

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos. (BAKHTIN, 2019b, p. 54)

Essa assimilação não é um processo passivo, mas inteiramente ativo. Afinal, já existe um universo discursivo em nossa mente. Nesse processo ideológico de formação, a palavra alheia atua como um “discurso autoritário” ou como “discurso interiormente persuasivo” (BAKHTIN, 2017c, p. 136). Segundo Bakhtin (2017c), o discurso autoritário exige nosso reconhecimento incondicional e “nunca um domínio livre e uma assimilação com meu próprio discurso” (p. 137). Diferentemente, o discurso interiormente persuasivo “é metade meu, metade do outro [...], entre em tensa interação e luta com outros discursos interiormente persuasivos” (BAKHTIN, 2017c, p. 140).

Essa proposição teórica é importante porque os discursos de identidade obedecem a essa mesma dinâmica. Os discursos de identidade autoritários são marcadamente monológicos, monoacentuados, impermeáveis. Estão vinculados a uma perspectiva essencialista da identidade e são indiferentes à singularidade do sujeito. Por outro lado, os discursos interiormente persuasivos são predominantes na perspectiva construcionista, não essencialista da identidade, sendo determinantes para o pensamento independente, para o pensamento participante, para a singularidade. Eis a grande importância da palavra alheia para a construção discursiva da identidade. A esse tema dedicaremos a próxima seção.

### 3.2.3 Palavra alheia

Eu vivo em um mundo de palavras do outro (BAKHTIN, 2017b, p. 38).

De acordo com Volóchinov (2017, p. 188), a palavra alheia desempenhou um expressivo papel histórico no processo de formação de todas as culturas, línguas e esferas da criação ideológica: “do sistema sociopolítico até a etiqueta cotidiana”. Neste contexto formador, a palavra alheia vinha sempre acompanhada “pela força e pela organização alheia”, carregando, desde sempre, a ênfase valorativa que constitui todo enunciado. “A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto [...]. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se **repleta de forças vivas** e, portanto, real” (VOLÓCHINOV (2017, p. 262). Na mesma perspectiva, Bakhtin (2019b, p. 53) afirma que as palavras entram em nosso discurso “a partir de enunciados individuais alheios, mantendo em menor ou maior grau os **tons e ecos** desses enunciados individuais”.

Essas observações reforçam a percepção de que, no *continuum* da interação discursiva, a palavra alheia desempenha um papel fundamental na formação ideológica do sujeito dialógico. Bakhtin esboçou um esquema que revela a complexidade desse processo de **compreensão ativa e responsiva**:

1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) Sua *inteiração* (como conhecido ou desconhecido). A compreensão de seu *significado* reprodutível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu *significado* em dado *contexto* (mais próximo e mais distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e de universalidade. (BAKHTIN, 2017b, p. 63, grifos do autor)

Para Volóchinov (2017, p. 232), “Toda verdadeira compreensão é ativa e possui um embrião de resposta”. Assim, compreender um enunciado alheio “significa orientar-se em relação a ele”, inserindo-o no contexto dialógico e acrescentando a ele uma nova “camada de nossas palavras responsivas”. Nessa configuração, todo discurso é estruturado em razão da interação. Não se pode ignorar o ouvinte. “A percepção do ouvinte e do leitor, bem como das suas reações possíveis, fundamenta a divisão do discurso em partes” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 244). Os parágrafos na escrita, a antecipação de possíveis objeções, as reformulações, a referenciação, são indicativos dessa estruturação. De fato, “todo enunciado (...) leva em conta um ouvinte, isto é, sua *compreensão e resposta* (...), sua *concordância* ou *discordância*, em

outras palavras, a *percepção avaliativa* do ouvinte (‘auditório’)” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 273).

Descortina-se, assim, a natureza das relações que se estabelecem entre enunciados, na troca verbal. São **relações dialógicas**, são relações de sentido produzidas “entre sujeitos”, na interação discursiva: “relações entre consciências, verdades, influências mútuas, a aprendizagem, o amor, o ódio, a mentira, a amizade, o respeito, a reverência, a confiança, a desconfiança, etc” (BAKHTIN, 2017b, p. 30). Para Bakhtin (2017b, p. 41), o sentido tem um caráter responsivo, sempre responde a certas perguntas, “Aquilo que não responde a nenhuma pergunta não tem sentido para nós”. Sendo assim, o sentido só pode se atualizar em contato com outro sentido, formando um elo na cadeia dos sentidos. Para fazer sentido, a palavra do outro deve se transformar em “minha-alheia”.

Mas, como a palavra alheia é percebida, vive, se transforma e se orienta na consciência do ouvinte? Para Volóchinov (2017, p. 252), “O mecanismo desse processo não está na alma individual, mas na sociedade que seleciona e (...) insere na estrutura gramatical da língua apenas os aspectos da percepção ativa e avaliativa do enunciado alheio” socialmente pertinentes. As condições de transmissão da palavra alheia, seus objetivos e a **orientação** para o interlocutor efetuam-se na forma de padrões socialmente regulados, presentes na estrutura linguística. Por exemplo, o discurso citado (direto ou indireto), a repetição das palavras, o uso das aspas, etc. são padrões de transmissão formados a partir de tendências socialmente estabelecidas.

É com base nesses padrões que os valores que habitam nossa consciência linguística são confrontados e atualizados pela percepção ativa do enunciado alheio. “O enunciado alheio é percebido (...) por um ser humano repleto de palavras interiores” (Volóchinov, 2017, p. 254). Por meio de uma “problematização renovada”, Volóchinov (2017) aborda a questão do enunciado alheio como um tema específico da sintaxe. Com esse enfoque linguístico, o pensador russo designa como *discurso alheio* os modelos sintáticos (discurso direto, indireto, indireto livre), a modificação desses modelos e as variações dessas modificações “que encontramos na língua para a transmissão de enunciados alheios e para a inserção desses enunciados, justamente como alheios, num contexto monológico coerente” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 246).

Esses modelos de discurso citado expressam a relação ativa de um enunciado com outro, da palavra alheia com a palavra autoral e, para serem compreendidos plenamente, não podem ser isolados do contexto dessa inter-relação. Nesse contexto, é importante considerar o elemento valorativo/ideológico no processo de assimilação e transmissão do discurso do outro. A



dimensão axiológica que recobre todo fenômeno discursivo é representada pela *entonação expressiva* (VOLÓCHINOV, 2017, p. 233). A entonação é um traço constitutivo do enunciado e remete ao posicionamento avaliativo do autor em relação à palavra alheia e ao objeto da sua fala (BAKHTIN, 2019b). Nessa dinâmica entre a palavra alheia e o discurso autoral duas tendências podem ser observadas.

Volóchinov (2017) denomina a primeira tendência de *estilo linear*. Nela, a reação ativa ao discurso alheio preserva a sua alteridade e a sua autenticidade, protegendo-o da infiltração de entonações autorais e criando contornos claros e precisos para sua transmissão. Em relação a esta primeira tendência, é necessário distinguir o **grau autoritário** que a mobiliza: “À medida que o dogmatismo da palavra aumenta e a percepção compreensiva e avaliativa deixa de admitir matizes entre a verdade e a mentira, entre o bem e o mal, as formas de transmissão do discurso alheio se despersonalizam” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 256-257).

Na segunda tendência, chamada de *estilo pictórico*, verifica-se um processo totalmente diferente. Nela, os contornos nítidos e exteriores do discurso alheio tendem a ser apagados. “O enfraquecimento ativo das fronteiras do enunciado pode partir do contexto autoral, que penetra no discurso alheio com suas entonações, humor, ironia, amor ou ódio, enlevo ou desprezo” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 258). Nesta segunda tendência, o dogmatismo autoritário e racional é enfraquecido, predominando **um certo relativismo** das avaliações sociais, “extremamente benéfico para uma percepção positiva e aguçada de todas as nuances individuais e linguísticas do pensamento, da convicção e do sentimento” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 258).

Ao analisar essas tendências da percepção ativa e reativa do discurso alheio, é preciso ter em conta a *finalidade da orientação* do contexto autoral. Dependendo da esfera discursiva (artística, jurídica, científica, etc.) e do gênero de discurso empregado, predominará um modelo em detrimento de outro. Além disso, Volóchinov (2017, p. 261) destaca a necessidade de se considerar “a hierarquia social da palavra alheia que está sendo transmitida”. Quanto maior a hierarquia, tanto maior será a tendência à adoção do estilo linear. Assim, refletem-se no plano linguístico-discursivo as forças vivas (sociais, políticas e econômicas) que orientam as pessoas na interação discursiva:

A ideologia de classe penetra de dentro (por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras) qualquer construção verbal, ao expressar e realizar não só por meio do seu conteúdo, mas pela sua própria forma, a *relação* do falante com o mundo e as pessoas, bem como a *relação* com dada situação e dado auditório. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 308-309, grifos do autor)

A palavra alheia, a palavra minha, a palavra alheia-minha são signos ideológicos, podem assumir qualquer função ideológica e estão presentes em todo ato de compreensão: “a compreensão de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95). Trata-se, portanto, de uma cadeia de compreensão única e ininterrupta, ligando um signo a outro no processo de interação social. No *continuum* da interação discursiva, ou seja, na articulação entre a consciência linguística e a palavra alheia no processo de interação discursiva, institui-se o mundo dialógico em que o sujeito nasce e constrói sua identidade.

#### 4 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE (procedimentos metodológicos)

Neste espaço, serão consignadas algumas observações para a definição de uma base metodológica. O título desta seção remete a dois movimentos diferentes, porém inter-relacionados. O primeiro movimento foi centrado na tarefa de definir um conceito. Ou seja, construir discursivamente um conceito a partir da observação de enunciados concretos e do cotejamento de textos. Esse movimento mobilizou o aparato teórico de Bakhtin e o Círculo para a construção discursiva do conceito de *identidade dialógica*. No entanto, a proposta teórica deve estar amparada na análise de enunciados concretos, permitindo uma avaliação crítica de sua aplicabilidade. Entra em cena o segundo movimento, que diz respeito aos procedimentos metodológicos estabelecidos e adotados na análise discursiva para descrever e compreender como a identidade se constrói discursivamente. A seguir, detalharemos passo a passo cada um desses movimentos.

##### 4.1 CONSTRUINDO A (NOÇÃO DE) IDENTIDADE DIALÓGICA

Em 2018, deparamo-nos com dois artigos publicados no *blog* da Parábola Editorial. O primeiro deles, intitulado *Qual política linguística?*<sup>1</sup>, é assinado pelo linguista Xóan Carlos Lagares Diez. Trata-se de um pequeno artigo que faz referência ao livro publicado por Lagares naquele mesmo ano. O texto inicia com a seguinte afirmação: “Parece existir um desentendimento antigo entre linguistas e não linguistas em relação à língua”. Segundo o autor, o desentendimento pode se manifestar de muitas maneiras, das mais banais às mais sofisticadas. As últimas estão geralmente associadas a algum conflito normativo decorrente de novos usos ou “pela presença súbita sob os holofotes, na mídia, no ensino ou nas artes, de formas sem prestígio que, para a maioria das pessoas, não deveriam estar ali”. É justamente em casos como esses que “a voz do linguista”, quando convocada, “costuma levantar vagas de incompreensão, e mesmo de indignação, pelo aparente relativismo”. Na sequência, Lagares registra que o foco do linguista é a descrição e explicação dos fatos linguísticos e não a prescrição de regras.

O segundo artigo, publicado pelo também linguista Carlos Alberto Faraco, tem como título *O filólogo, o gramático e o linguista*<sup>2</sup>. Como o título indica, Faraco procura descrever as

---

<sup>1</sup> LAGARES, X. C. Qual política linguística? (2018). In: **Blog da Parábola Editorial**:

<https://www.parabolablog.com.br/index.php/en/blogs/qual-politica-linguistica>. Acesso em 09 maio 2018.

<sup>2</sup> FARACO, Carlos Alberto. O filólogo, o gramático e o linguista (2017). In: **Blog da Parábola Editorial**:

<https://www.parabolablog.com.br/index.php/en/blogs/tres-especialistas-que-nao-se-excluem>. Acesso em 09 maio 2018.

atividades de cada especialidade. Segundo o autor, o gramático é o mais conhecido do público em geral em razão do estudo de gramática na escola. No entanto, “dos outros dois especialistas o público sabe muito pouco”. Após resumir, em contraste com o filólogo e o gramático, as especificidades do trabalho do linguista, Faraco destaca que “Alguns gramáticos (e, por consequência, pessoas da mídia e mesmo professores) têm dito que os linguistas são contra a língua padrão e seu ensino porque, segundo esses detratores, para os linguistas ‘tudo vale’”.

Esses enunciados chamaram nossa atenção porque revelam, primeiramente, que há uma visão equivocada sobre a atuação do linguista ou, ao menos, que as manifestações dos linguistas diante de determinados temas não são compreendidas plenamente e, muitas vezes, são rejeitadas. Em segundo lugar, esses enunciados revelam, ainda, que os linguistas têm consciência desse “desentendimento” e procuram esclarecer as pessoas sobre o seu ofício, explicar seus posicionamentos, descrever suas atividades. Identificamos, nessas manifestações, um movimento de construção identitária. Além disso, a menção ao conflito entre linguistas e não linguistas nos remeteu à polêmica em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, que ocupou as manchetes no ano de 2011. O corpus deste trabalho compreende enunciados concretos produzidos em resposta a essa polêmica e será apresentado na próxima seção. Foi a partir do contato com esses enunciados que elegemos nosso objeto de pesquisa: a construção discursiva da identidade.

O quadro a seguir apresenta o problema e os objetivos desta tese:

Quadro 2 – Problema e objetivos

<b>Problema:</b>	Como compreender e descrever o processo de <b>construção discursiva da identidade</b> a partir dos pressupostos teóricos do dialogismo?
<b>Objetivo principal:</b>	Desenvolver a noção de <b>identidade dialógica</b> , articulando três conceitos fundamentais: <i>consciência</i> , <i>interação discursiva</i> e <i>discurso alheio</i> (VOLÓCHINOV, 2017).
<b>Objetivos específicos:</b>	Demonstrar que a aplicação da expressão <i>identidade dialógica</i> tem a finalidade de explicitar como <b>a identidade se constitui, fundamentalmente, no processo de interação discursiva</b> .
	Descrever como a identidade é construída dialogicamente partir da análise de <b>enunciados concretos</b> .

Fonte: O autor (2021).

Propomo-nos a compreender e descrever a construção discursiva da identidade pelo

olhar de Bakhtin e o Círculo. No entanto, no decorrer da investigação, nos deparamos com a necessidade de desenvolver um conceito de identidade que nos permitisse problematizar a relação entre identidade e linguagem a partir de uma abordagem dialógica. Afinal, a identidade não é um dado *a priori*, um objeto pré-determinado, com o qual pudéssemos simplesmente aplicar conceitos para descrevê-lo. A natureza discursiva que recobre o fenômeno da identidade se desdobra em pelo menos duas dimensões: teórica e fenomenológica.

A noção mesma de identidade é uma construção discursiva, um construto teórico que demanda a adoção de determinados conceitos e a renúncia de outros. Exige, para tanto, um posicionamento científico e uma abordagem teórica específica. Por outro lado, a identidade é uma realidade que se manifesta na materialidade do signo ideológico, construída continuamente no processo de interação discursiva. Esse entendimento foi se constituindo ao longo da pesquisa e da observação da produção discursiva de alguns linguistas. Ao adotar uma abordagem dialógica, centramos nossa atenção nas relações dialógicas que se configuram no movimento de construção da identidade. Nessa perspectiva, não podemos considerar apenas os aspectos linguísticos que se apresentam na materialidade dos textos. E também não é o caso de nos atermos exclusivamente a fatores extralinguísticos. É preciso conjugá-los em uma análise *metalinguística*. As relações dialógicas são, portanto, o foco do nosso empreendimento conceitual.

Para alcançar nosso objetivo principal, ou seja, desenvolver a noção de **identidade dialógica**, voltamo-nos para o estudo e cotejamento das obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, *A palavra na vida e a palavra na poesia* e *O freudismo* de Volóchinov e *Para uma filosofia do ato responsável*, *Os gêneros do discurso*, *Teoria do Romance*, *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas* e *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Bakhtin. No decorrer da pesquisa, não identificamos nos textos uma formulação explícita da noção de identidade. Procurando fontes atuais que tematizam e discutem a questão da identidade, encontramos nos Estudos Culturais o aporte teórico necessário para um diálogo produtivo com os pressupostos de Bakhtin e o Círculo.

Em destaque, as contribuições de Hall (2014, 2020) e Woodward (2014) possibilitaram uma reflexão mais apurada sobre uma série de elementos envolvidos no debate contemporâneo sobre a identidade: o enfoque no caráter cultural do fenômeno, marcado por disputas ideológicas; a discussão sobre a crise da identidade; a teorização em torno do “descentramento” do sujeito pós-moderno, a problematização entre identidade e diferença, o contraponto entre duas grandes perspectivas: essencialistas e não essencialistas.

A compreensão desses aspectos nos permitiu retornar aos textos do Círculo e encontrar, na articulação de três conceitos fundamentais – *consciência linguística*, *interação discursiva* e *palavra alheia* –, a base para o desenvolvimento de uma conceituação dialógica da identidade. A partir daí, colocando o **sujeito-corpo**<sup>3</sup> e sua alteridade no centro da análise, fomos nos aproximando de um contorno conceitual.

Esses conceitos foram formulados por Volóchinov em estreita colaboração com Bakhtin e Medviédev, e encontram-se nas obras *A palavra na vida e a palavra na poesia* (2019) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017). As edições consultadas foram traduzidas diretamente do russo pelas professoras e pesquisadoras Sheila Grillo e Ekaterina Américo Volkova. A primeira edição russa de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* é de 1929. A obra *A palavra na vida e a palavra na poesia* reúne ensaios, artigos, resenhas e poemas de Volóchinov, mas nos centramos nos ensaios que, no total de sete, foram escritos entre 1925 e 1930. Presentes em outros textos do autor e também em textos de Bakhtin e Medviédev, esses conceitos, em articulação, representam o acontecimento discursivo de construção da identidade, conformando a dinâmica de todo esse processo. A consciência é definida como um fato social e ideológico, um ininterrupto fluxo de palavras (discurso interior) sempre orientado para o interlocutor, para o auditório social.

Só tem existência na materialidade da palavra e é por meio da palavra que o sujeito se posiciona no mundo, identificando-se e diferenciando-se em relação à palavra alheia, dando forma a si mesmo do ponto de vista da coletividade com a qual interage discursivamente. No quadro a seguir, apresentamos um breve esquema do cotejamento dialógico que possibilitou o desenvolvimento do conceito da noção de identidade dialógica:

---

<sup>3</sup> O emprego da expressão “sujeito-corpo” está relacionado à ideia de que não é possível pensar/conhecer/teorizar o sujeito desvinculado de sua corporeidade humana. Somos seres habitando um mundo de discursos e sentidos que nos atravessam por inteiro.

### Quadro 3 – O cotejo dialógico

<p>Contribuições teóricas dos <b>Estudos Culturais</b>: Hall (2014, 2020), Woodward (2014) e Silva (2014)</p> <p><b>Aspectos centrais:</b></p>	<p><i>Marxismo e Filosofia da Linguagem e A palavra na vida e a palavra na poesia</i>, de <b>Volóchinov</b>;</p> <p><i>Para uma filosofia do ato responsável, Problemas da poética de Dostoiévski e Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas</i>, de <b>Bakhtin</b>.</p>
<p>A identidade se caracteriza por ser <b>relacional, marcada pela diferença</b>. A diferença é estabelecida por uma marcação simbólica e/ou discursiva relativamente a outras identidades (uniformes, bandeiras, hinos, sotaques etc.);</p> <p><b>Condições sociais e materiais</b> que condicionam a identidade. Um grupo simbolicamente marcado como “outro”, como inimigo, será socialmente excluído e terá desvantagens materiais decorrentes dessa exclusão (“nós” e “eles”).</p> <p>Compreender por que as pessoas assumem e se identificam com as posições que os discursos da identidade lhes oferecem. Importância da <b>dimensão psíquica</b> que, juntamente com a simbólica e a social, deve fazer parte da explicação.</p>	<p>Sistematizar esses aspectos no trinômio: <b>consciência, interação discursiva e palavra alheia</b>. Esse movimento mobiliza o aparato teórico para a construção discursiva do conceito de <b>identidade dialógica</b>.</p> <div data-bbox="954 685 1321 1048" style="text-align: center;"> <pre> graph TD     ID((Identidade Dialógica))     C[Consciência]     PA[Palavra Alheia]     IDI[Interação Discursiva]     ID --&gt; C     ID --&gt; PA     ID --&gt; IDI     C --&gt; ID     PA --&gt; ID     IDI --&gt; ID     </pre> </div>

Fonte: O autor (2022).

Alicerçada nesses conceitos centrais, a noção de identidade dialógica se configura como uma expressão da interação discursiva, que existe entre os indivíduos e é um **posicionamento responsável e responsivo do sujeito dialógico**, carrega a marca de sua **singularidade**, mas é, eminentemente, um **fenômeno socioideológico**. Assim, as particularidades discursivas da identidade dialógica, que orientam sentidos e sujeitos para processos de (re)conhecimento e de (re)construção identitários, apontam para um contexto extralinguístico.

Enquanto instrumento do conhecimento científico, o conceito precisa se ajustar a partir da observação efetiva do objeto de estudo, formando com ele (os enunciados concretos) uma relação dialética de retroalimentação, confirmando e assegurando sua validade. Comprometidos com o pensamento do Círculo de Bakhtin, não pretendemos aplicar o conceito a fim de compreender os discursos, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, dialogicamente (BRAIT, 2018).

## 4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para descrever e compreender como a identidade dialógica é construída no e pelo discurso é necessário identificar os fenômenos verbais e extra verbais, suscitados no enunciado concreto, que possam estar e ser relacionados ao processo de construção e reconstrução de uma identidade. A realidade concreta do enunciado impõe limites à atividade descritiva e estabelece o “perímetro” ao qual o conceito de identidade pode ser aplicado.

O processo de análise dos enunciados foi desenvolvido ao longo de todo o capítulo 6 desta tese. O princípio orientador que guiou e definiu a disposição e o ordenamento do nosso empreendimento analítico foi definido com base nos esquemas metodológicos formulados por Volóchinov (2017, p. 220) e Volóchinov (2019, p. 268). Esses esquemas estabelecem um ordenamento metodológico para o estudo do enunciado e da língua e estão relacionados ao processo de (trans)formação da língua. Para tanto, é preciso considerar os tipos ou esferas da comunicação social (artística, cotidiana, ideológica, etc.), as formas de interação discursiva em sua relação com as condições concretas (situação, participantes, auditório), os enunciados e os gêneros do discurso e as formas linguísticas (entonação, seleção e disposição das palavras, etc.). Obedecendo essa orientação, estabelecemos como grandes categorias de análise os conceitos-chave que fundamentam a identidade dialógica: **consciência linguística, interação discursiva e palavra alheia.**

A consciência, enquanto fato social e ideológico, é considerada em sua força máxima, isto é, em sua encarnação em determinadas organizações sociais e na sua fixação em expressões ideológicas estáveis, como a ciência, a arte, etc. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 212). A consciência linguística subjaz, em nosso arranjo, o contexto mais amplo em que tem lugar a interação discursiva e compreende o conflito entre linguistas e gramáticos (dimensão histórica) e as forças ideológicas que disputam o tempo e o espaço da gramática na escola, contrapondo diferentes concepções de língua e de ensino. A interação discursiva, por sua vez, recobre a situação mais próxima em que os participantes interagem e se posicionam ativamente em torno da polêmica do livro didático. A palavra alheia orienta diretamente a análise dos enunciados concretos, que verbalizam o coro dos linguistas em resposta aos ataques da mídia tradicional e reacionária.

Nosso *corpus* de análise compreende dez enunciados, sendo oito artigos de opinião assinados por linguistas e duas notas de repúdio, publicadas pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), em resposta aos ataques infligidos à categoria durante a repercussão do que ficou conhecido como “o caso



do livro didático”, ocorrido em 2011. A seguir, apresentamos um quadro com a composição do *corpus*, apresentando o gênero discursivo, os autores e o título de cada enunciado analisado.

Quadro 4 – A composição do *corpus* de análise

<i>Quantidade</i>	<i>Gênero</i>	<i>Autoria</i>	<i>Título</i>
1	Nota de repúdio	Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB)	Polêmica em relação a erros gramaticais em livro didático de Língua Portuguesa revela incompreensão da imprensa e população sobre a atuação do estudioso da linguagem
2	Nota de repúdio	Maria José Foltran - Presidente da Abralín	Língua e Ignorância
3	Artigo de opinião	Marcos Bagno (Unb)	Uma falsa polêmica
4	Artigo de opinião	Sírio Possenti (Unicamp)	Analisar e opinar. Sem ler
5	Artigo de opinião	Cristóvão Tezza (UFPR)	O poder do erro
6	Artigo de opinião	Ana Maria Stahl Zilles (UNISINOS)	"Fala é mais variada que escrita"
7	Artigo de opinião	Carlos Alberto Faraco (UFPR)	Polêmica vazia
8	Artigo de opinião	Miriam Lemle (UFRJ)	Uma nação com variadas línguas
9	Artigo de opinião	José Miguel Wisnik (USP)	Dona Norma
10	Artigo de opinião	Dante Lucchesi (UFBA)	Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista?

Fonte: O autor (2019).

Esses enunciados foram selecionados porque expressam um posicionamento crítico em relação aos discursos “rasos e incoerentes” da mídia, contrapondo discursos de autoridade, proferidos por quem detém o conhecimento científico sobre a língua e seu ensino. Analisamos os enunciados selecionados, conforme o quadro 4, observando a *ênfase valorativa*, a *entonação*, a *bivocalidade*, a *formas de assimilação e transmissão do discurso alheio*, entre outros elementos decorrentes da interação discursiva, buscando explicitar o processo de construção dialógica da identidade.

Para facilitar a análise, dispomos os enunciados em três quadros. Cada quadro representa os **posicionamentos responsáveis e responsivos** que se projetam no discurso por meio dos signos ideológicos. Focalizando nosso olhar nos aspectos da bivocalidade da palavra e sua orientação social, realizamos uma breve análise da autoria e dos títulos dos artigos/notas

selecionados. Em seguida, a partir dos fragmentos selecionados, procuramos esboçar a atitude da mídia em relação à polêmica sob o ponto de vista dos linguistas. Esse movimento revela a compreensão ativa e responsiva dos linguistas frente às manifestações de jornalistas, professores e intelectuais sobre a questão da variação linguística e do ensino.

Por fim, elencamos alguns fragmentos que evidenciam **o posicionamento do linguista**, que personifica a voz da ciência sobre a questão da variação linguística e o ensino da língua materna. Nesses fragmentos é possível identificar o tom valorativo com que os linguistas se posicionam diante de ataques e comentários rasos emitidos pela mídia. Nas fronteiras enunciativas, rastreando a alternância dos sujeitos (em relação ao discurso da mídia, por exemplo), é possível reconhecer como os elementos históricos, sociais e discursivos atuam de forma decisiva na construção da identidade do linguista e se manifestam de forma dialógica em seus discursos.

## 5 A IDENTIDADE DIALÓGICA

A identidade é um fenômeno complexo e multifacetado e, por isso mesmo, a diversidade de enfoques sobre o tema é plenamente justificável e necessária. No caso de uma abordagem dialógica, a identidade é, antes de tudo, uma **construção linguística e discursiva**. Podemos afirmar também que a identidade dialógica é um **movimento contínuo** (nunca interrompido, embora possa ser apagado, menosprezado, invisibilizado etc.); um incessante e inevitável **posicionamento responsável e responsivo** no existir-evento. A identidade dialógica emerge da **interação discursiva** e, nesse contexto, atualiza-se constantemente. Em cada interação, em cada diálogo, o falante se posiciona e se orienta em relação ao outro (outro de si mesmo, outro falante, outro discurso) e, ao mesmo tempo, é posicionado e é orientado pelo outro. É nesse ponto de encontro/desencontro/confronto com o outro que o sujeito-corpo (“o ser *expressivo e falante*”) constrói sua imagem, toma consciência de sua recorrência, de sua continuidade em si mesmo: “o ser da expressão é bilateral: só se realiza na **interação de duas consciências** (a do eu e a do outro); a penetração mútua com **manutenção da distância**; este é o **campo de encontro** de duas consciências, a **zona do contato** interior entre elas” (BAKHTIN, 2017b, p. 60, grifos nossos).

A identidade dialógica se constrói “entre dois”. Entre o eu e o outro, entre o falante e o ouvinte, entre o discurso interior e o discurso exterior: “o discurso interior vivifica e nutre com sua seiva o discurso exterior percebido e criado, mas ao mesmo tempo é determinado por ele” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 262). A identidade se constitui entre o eu que pensa e o eu que é pensado: “entre o pensamento e a experiência viva, entre o mundo do pensamento no qual eu estou dentro, e o mundo fora de mim na tangente a qual eu me encontro” (BAKHTIN, 2019a, p. 54). Fruto de uma síntese dialética, a identidade se constrói dialogicamente entre dois mundos – o mundo da vida e o mundo da cultura – e institui-se sob a égide da **ambiguidade** (mudança e permanência, individual e social, singular e universal, o passado e o presente, coisificação e personalização).

A identidade dialógica não é um dado *a priori*, mas uma construção da linguagem. Ela não existe independentemente de sua manifestação linguística, ela é uma expressão da interação discursiva, existe entre os indivíduos; carrega a marca de suas individualidades, mas é eminentemente um fenômeno social e ideológico. É por meio dos signos, portanto, que ela se inscreve no horizonte social dos falantes, configurada pelas condições materiais que estão na base de suas existências:

A base material determina a diferenciação da sociedade, sua organização social e política, **posiciona e situa hierarquicamente as pessoas que nela interagem**, determinando o lugar, o tempo, as condições, as formas, os meios da comunicação discursiva que, por sua vez, determinam os destinos do enunciado individual em uma época de desenvolvimento da língua, o grau de sua impenetrabilidade, o grau de diferenciação de percepção dos seus diferentes aspectos, o caráter da sua individualização semântica e discursiva. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 312, grifos nossos)

Em sua construção discursiva, a identidade dialógica é determinada pela interposição de interesses sociais multidirecionados e somente adquire sentido na situação histórica concreta em que os enunciados são produzidos. As identidades são propriamente os múltiplos discursos aos quais respondemos e por meio dos quais reconhecemos e compreendemos nossa singularidade em relação ao(s) outro(s) com quem também partilhamos algo em comum. Dito isso, nosso objetivo ao longo deste capítulo é articular as noções de **interação discursiva**, **consciência linguística** e **discurso alheio**, integrando-as no conceito de **identidade dialógica**. Resultado da relação e interdependência dessas noções, a identidade dialógica é um *posicionamento*.

## 5.1 UM POSICIONAMENTO RESPONSÁVEL E RESPONSIVO

A identidade dialógica é um movimento na história. Em sua relação com a história, o falante confere sentido ao mundo e a si mesmo, configurando-se (sujeito-corpo e sentido) ao mesmo tempo e criando processos de identificação e de diferenciação. Nessa perspectiva, o conhecimento e reconhecimento de si está conectado à memória de si. Dessa forma, por meio da memória discursiva, da memória dos sentidos que se foram constituindo em nossa relação com a linguagem, desde os primeiros olhares, das primeiras palavras entoadas, nos identificamos com determinados discursos e nos constituímos como sujeitos-corpos em relação a esses discursos.

Para Hall (2014, p. 108), “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. Elas são construídas “dentro” do discurso e, portanto, são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, sujeitas às relações de poder que se estabelecem entre os sujeitos sociais. Assim, as identidades são “pontos de apego temporário às **posições-de-sujeito** que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso. [...] as identidades são as **posições** que o sujeito é obrigado a assumir” (HALL, 2014, p. 112).

No dialogismo de Bakhtin e o Círculo, o termo posicionamento remete a conceitos específicos aos quais recorreremos para melhor compreender a noção de **identidade como posicionamento responsável e responsivo**. No plano da obra *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin caracteriza o ato humano (de pensar, de conhecer, de criar, de sentir, de desejar, de falar) como uma **tomada de posição**, um **deslocamento intencional**, um **passo à frente**: “o ato constitui o desabrochar da mera possibilidade na singularidade da escolha *uma vez por todas*” (BAKHTIN, 2012, p. 80-81, grifos do autor). Nesse movimento, o ato é responsável na medida em que o falante que o realiza reconhece sua **singularidade**. Em outras palavras, o ato responsável é aquele que está condicionado pela unicidade e irrepetibilidade do lugar que o sujeito-corpo ocupa.

Neste preciso ponto singular no qual agora me encontro, **nenhuma outra pessoa jamais esteve no tempo singular e no espaço singular de um existir único**. [...] Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. A singularidade do existir presente é irrevogavelmente obrigatória. Este fato do *meu não-álibi* no existir, que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu *reconheço e afirmo de um modo singular e único*. (BAKHTIN, 2012, p. 96, grifos do autor em itálico, grifos nossos em negrito)

A ideia de singularidade repousa na “eterna e absoluta exceção do eu [...], a esfera ética da diferença absoluta entre o eu e tudo que é outro” (BAKHTIN, 2019a, p. 55). No entanto, adverte-nos Bakhtin (2012, p. 122), o reconhecimento dessa singularidade “não significa de jeito algum viver e agir por si”, mas reconhecer que a cada ato singular de um sujeito contrapõe-se o ato singular de outro ou de outros sujeitos. Nessa perspectiva, o posicionamento como ato ético é o encontro com o outro:

O princípio arquitetônico supremo do mundo real do ato é a contraposição concreta, arquitetonicamente válida, entre eu e outro. **A vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro**, e em torno destes centros se distribuem e se dispõem todos os momentos concretos do existir. (BAKHTIN, 2012, p. 142, grifos nossos)

Nesse ponto de encontro se produzem sentido e compreensão, porque é na interação social que o ato discursivo se recobre de sentido. E é também no encontro com o outro, com a palavra do outro, que se constrói a identidade (do eu e do outro). A identidade dialógica se edifica, portanto, por meio de discursos cujos sentidos dependem diretamente da relação intersubjetiva. Os sujeitos constroem-se no processo de produção e compreensão dos enunciados, ou seja, a interação constrói os próprios sujeitos. A identidade é, assim, o ato de se posicionar em relação a algo ou alguém, é assumir uma posição no espaço-tempo singular, é um posicionamento ético, ideológico/axiológico e exotópico.

O posicionamento espaço-temporal remete à categoria de **cronotopo**, desenvolvida por Bakhtin em sua teoria do romance, especialmente na parte intitulada *As formas do tempo e do cronotopo no romance* ([1937-38] 2018). Subtitulado *Um ensaio de poética histórica*, o texto aborda o modo como a literatura assimila e incorpora elementos fundamentais da realidade (no caso, o tempo e o espaço) de acordo com a época histórica e, sobretudo, de acordo com o *homem histórico e real* e as formas sociodiscursivas de interação de seu tempo.

Nesta obra, o cronotopo expressa de forma marcante a relação indissociável entre o espaço e o tempo: “Os sinais do tempo se revelam no espaço e o espaço é apreendido e medido pelo tempo” (BAKHTIN, 2018b, p. 12). Segundo Bakhtin, o cronotopo determina a imagem do falante no romance, na literatura. Esse falante é um sujeito “*essencialmente social, historicamente concreto e definido, e seu discurso é uma linguagem social (ainda que no embrião), uma linguagem de grupo e não um ‘dialeto individual’*” (BAKHTIN, 2017c, p. 124).

Entram em cena as diversas vozes sociais que se interpenetram e se materializam no discurso cotidiano. A diversidade de vozes que povoa o universo do discurso representa a disputa constante entre as forças políticas que estruturam a dinâmica social e determinam as formas e os tipos da interação discursiva, de modo que cada enunciação concreta do sujeito do discurso é um ponto de aplicação dessas forças. Todas as linguagens e vozes do universo heterodiscursivo são pontos de vista específicos sobre o mundo, são discursos alheios, aos quais o autor, o falante responde ativamente. É por isso, que todo “enunciado é antes de tudo uma *orientação avaliativa*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 236, grifos do autor). Nessa perspectiva dialógica, quando uma determinada identidade (pessoal e/ou coletiva) for o objeto do discurso (tema) sempre expressará um confronto de vozes encarnadas nos enunciados dos sujeitos-corpos participantes da interação.

De acordo com Volóchinov (2017), cada elemento de um enunciado vivo e concreto não somente significa como também avalia, de forma que há uma inter-relação dialética entre **significação** e **avaliação**. A avaliação social é um aspecto indispensável do significado, é uma unidade constitutiva do enunciado, transformando-o em um ato social significativo. A mobilização desses elementos nos indica que a identidade é, antes de tudo, um **posicionamento ideológico**, está ligada à ideia de interesses e está investida de ideologia.

Segundo Miotello (2018, p. 168), a questão da ideologia se insere “no conjunto de todas as outras discussões filosóficas, que eles [os pensadores do Círculo de Bakhtin] tratam de forma concreta e dialética, como a questão da constituição dos signos, ou a questão da constituição da subjetividade”. Volóchinov (2019) concebe a ideologia como sistemas de representação que se

constituem – renovando-se incessantemente – nas interações discursivas desenvolvidas no seio de grupos socialmente organizados.

Convenhamos chamar todo o conjunto das vivências cotidianas – que refratam e refletem a existência social – e das expressões exteriores ligadas diretamente a elas de *ideologia do cotidiano*. A ideologia do cotidiano atribui sentido a cada um dos nossos atos, ações e estados “conscientes”. Do oceano inconstante e mutável da ideologia do cotidiano surgem gradativamente numerosas ilhas e continentes de sistemas ideológicos: ciência, arte, filosofia, opiniões políticas. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 260, grifos do autor)

Para Bakhtin e o Círculo, a interação discursiva na vida cotidiana é o ponto de partida para a constituição da **ideologia**. O estudo da ideologia está, assim, intimamente ligado ao estudo da linguagem que, por sua vez, se constitui como o lugar privilegiado da materialização do fenômeno ideológico: “a representação do mundo é melhor expressa por palavras, pois que não precisa de outro meio para ser produzida a não ser o próprio ser humano em presença de outro ser humano” (MIOTELLO, 2018, p. 168).

A identidade surge no ponto de intersecção entre o discurso interior e o social. A intersecção entre a responsabilidade especial e a responsabilidade moral é ato inseparável da assunção de uma identidade. Da mesma forma que “é impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições” (BAKHTIN, 2019b, p. 57), também é impossível afirmar uma identidade sem convocar outra ou outras.

Sempre que falamos, enunciamos a partir de uma **posição social ativa**. Isso implica que os grupos e classes sociais aos quais nos vinculamos produzem discursos, que como vimos, são sempre avaliativos. São esses discursos que produzem as identidades, que dão sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Nas palavras de Volóchinov,

Em todo enunciado, o homem ocupa uma *posição social ativa*. Esses discursos verbais ativos se realizam em todas as esferas da vida social: na comunicação no trabalho e profissional, política, prático-cotidiana (na família, no círculo de amigos etc.), enfim, na comunicação ideológica no sentido estrito da palavra. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 343, grifos do autor)

Concebido como ato social, o enunciado é delimitado pela alternância dos falantes: “As fronteiras do enunciado são as fronteiras dos sujeitos do discurso, isto é, as fronteiras dialógicas. [...]. Não só o fim, mas também o início do enunciado é determinado pelo discurso do outro” (BAKHTIN, 2019b, p. 135). Nesse sentido, o enunciado não é definido apenas por sua relação com o objeto do discurso e com seu autor (revelando seu estilo e expressividade singular) mas, sobretudo, reflete e refrata o discurso do outro, a quem endereça uma **resposta**. Uma resposta que decorre de um processo complexo de compreensão.

Para Bakhtin (2019b, p. 25), toda compreensão de um enunciado concreto é ativamente responsiva: “cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte”. Em relação ao que foi dito e a quem diz o que diz, no contexto dialógico, o ouvinte responde: concordando ou discordando, reivindicando ou combatendo, cumprindo, ignorando, seguindo, ironizando, acedendo, censurando, etc. É como se houvesse um contrato implícito entre falante e ouvinte no qual ambos exercem um papel ativo, revezando-se em suas posições, ora como falante ora como ouvinte, mas sempre respondentes (a testemunha e o juiz), esperando uma contrapalavra, orientando-se em relação à palavra de outrem, assimilando-a de uma maneira ou de outra.

No acontecimento discursivo, na situação de interação discursiva, nas relações dialógicas entre enunciados, o sujeito falante depara-se inevitavelmente com uma segunda consciência, com o discurso do outro.

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas **fundimos inteiramente nossa voz**, esquecendo-nos de quem são; com outras, **reforçamos as nossas próprias palavras**, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, **revestimos terceiras das nossas próprias intenções**, que são estranhas e hostis a elas. (BAKHTIN, 2018a, p. 223, grifos nossos)

Qual é o efeito desses discursos na vida prática das pessoas? Como os discursos afetam nossa vida cotidiana e nos mobilizam em torno de determinadas identidades? As identidades são construídas dentro do discurso, são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, elas emergem no interior do jogo de poder, de modo que “no mar sempre agitado da luta de classes [...] toda palavra, falada ou pensada, torna-se *um certo ponto de vista* para algum fenômeno da realidade, para alguma situação” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 315, grifos do autor). Isso implica que as identidades são construídas por meio da diferença, por meio da relação com aquilo que não são, ou seja, as identidades se constituem na relação com o outro.

## 5.2 O NASCIMENTO SOCIAL

Somos mais de sete bilhões de pessoas vivendo na Terra. Somos muitos e ocupamos um espaço físico único e finito. Em consequência disso, a convivência com o outro é inevitável. A condição de coexistência é, portanto, nossa condição existencial. A sociedade humana surge da condição de convivência que, mesmo quando pacífica e harmoniosa, é tensa, permeada por vontades e afetos. Refletindo as relações de poder estabelecidas, o conflito é um elemento inarredável da sociabilidade humana. Para conciliar a interação entre aliados e rivais é



necessário o estabelecimento de um ordenamento social que vai adequar a conduta das pessoas submetendo-as a um vínculo ético-normativo.

Essa ordem social é uma construção cultural, sujeita a determinações históricas e permeada pelos valores que orientam como deve ser nosso comportamento nas relações intersubjetivas. Ao recuperar a fórmula aristotélica “*o homem é um animal social*”, Volóchinov (2019) nos lembra que é preciso romper o primado do biológico e considerar o lugar social ocupado pelo indivíduo humano. O social se sobrepõe ao biológico e é o ponto de partida para compreendermos como a identidade se constrói dialogicamente. Ao nascermos, entramos para a história. Nas palavras de Volóchinov (2019, p. 61), “não é um organismo biológico abstrato que nasce, mas um camponês ou um latifundiário, um proletário ou um burguês”.

Já nascemos inscritos em um processo de identificação. Emergimos do ventre materno partícipes de uma classe social específica, imersos em uma determinada cultura, seja no Brasil ou na Rússia, no século XIX ou no século XXI. Não se trata de determinismo econômico ou algo equivalente, mas de reconhecer que não há como explicar e compreender as atividades humanas sem considerar o lugar social ocupado por cada um de nós. “Somente como parte do todo social, na sua classe e por meio da sua classe, a pessoa torna-se historicamente real e ativa” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 60).

De acordo com Ribeiro (2004), nosso país apresenta uma tipologia de classes sociais que divide nossa população em quatro grupos principais: a cúpula (patronato e patriciado), as classes intermediárias, as classes subalternas e, abaixo, formando o grupo de maior contingente, as classes oprimidas.

Na cúpula, encontramos “o patronato de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica” (RIBEIRO, 2004, p. 208). Nesse grupo também encontramos o chamado patriciado, formado por generais, desembargadores, deputados e senadores, bispos entre tantos outros. Aqui, o desempenho de cargos específicos confere “o poder de determinar o destino alheio” (RIBEIRO, 2004, p. 208). Evidentemente, o patronato e o patriciado orientam suas ações em torno de interesses comuns. Afinal, o patrimônio do patriarcado precisa ser preservado. Ainda na cúpula, destaca-se o estamento gerencial das grandes empresas multinacionais que “emprega os tecnocratas mais competentes”, “elege parlamentares e governantes” e “controla a mídia”, manipulando a opinião pública (RIBEIRO, 2004, p. 208). Representam um percentual ínfimo da população, mas são os detentores do poder efetivo sobre toda a sociedade.

Logo abaixo ficam as classes intermediárias, formadas por profissionais liberais, pequeno e médio empresariado, policiais, professores, baixo-clero etc. Os raros intelectuais que se insurgem contra a ordem estabelecida são, geralmente, provenientes dessa classe. No entanto, a regra geral é a subserviência às classes dominantes.

Nas classes subalternas, por sua vez, encontramos o operariado, pequenos proprietários entre outros. Em geral, são trabalhadores assalariados e integrados de forma regular na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores.

Na base da pirâmide social fica a grande massa das classes oprimidas, moradores das favelas e periferias das grandes cidades, principalmente negros e pardos. Aqui estão os boias-frias, as empregadas domésticas, os catadores de recicláveis, entregadores, vendedores ambulantes e toda a sorte de trabalhadores informais. Aqui estão os analfabetos e marginalizados, resignados com seu destino de exclusão social.

Para Ribeiro (2004, p. 212), essa estrutura de classes organiza a sociedade brasileira e perpetua a ordem social vigente, herdeira do sistema escravagista que perdurou por quase quatro séculos: “A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio”.

Conforme a tese defendida por Souza (2018), a instituição da escravidão (pontual e historicamente limitada em Portugal) constitui aspecto singular na formação social brasileira. O tráfico negreiro foi o grande negócio da colonização. Para garantir o funcionamento do pacto colonial – que dava à metrópole exclusividade comercial sobre as mercadorias produzidas nas colônias e dava condições de promover a acumulação de capitais com os baixos custos de produção –, impunha-se a adoção de formas de trabalho compulsório, mesmo em sua forma limite (VALENTE, 2013).

Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como subumanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho. (NASCIMENTO, 2016, p. 73)

De acordo com Valente (2013, p. 7), “Os açoites, os grilhões, a violência sexual e a atribuição de qualidades negativas aos negros faziam parte de um conjunto de instrumentos e técnicas de tortura e castigo para domar e subjugar os escravos”. Mais do que a subjugação física, o castigo era importante para fazer com que o escravo incorporasse uma ideia negativa de si mesmo e de sua raça. Nesse cenário aterrador, a resistência se impôs como resposta à

violência e à dominação. Várias foram as atitudes que marcaram o protesto dos negros contra a sua situação. Muitos utilizaram o suicídio para mostrar que a vida lhes pertencia— e tiravam de seus donos esse “privilégio”, outros deixaram-se morrer de tristeza e muitos outros fugiram (VALENTE, 2013).

No Brasil Colônia, uma série de instituições (o direito, a igreja, etc.) esteve a serviço do empreendimento capitalista da Metrópole, seja na regulamentação da distribuição das terras, seja na legitimação da escravidão. Posteriormente, com a gradual desagregação da ordem escravocrata, às mulheres negras e aos homens negros restou o abandono à própria sorte (ou azar). Não é por acaso que muitos brasileiros e brasileiras ainda sonham em ser gente<sup>4</sup>.

De fato, ocupamos um lugar a partir do qual vivenciamos embates específicos do mundo social. Nesse contexto, a linguagem exerce um papel fundamental. Produto da atividade coletiva humana, a linguagem reflete em todos os seus elementos a “organização tanto econômica quanto sociopolítica da sociedade que a gerou” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 248). Ao longo dos anos vamos desempenhando papéis sociais determinados e, sobretudo discursivamente, vamos construindo nossa(s) identidade(s). Nesse processo de interação social, a palavra é onipresente. A palavra participa de toda interação e de todo contato entre as pessoas. A palavra é o indicador mais sensível das mudanças sociais (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106), é um reflexo semântico e gramatical da ordem socioeconômica (VOLÓCHINOV, 2019, p. 246). A realidade de toda a palavra, falada ou pensada, é dinâmica, é histórica. “A palavra que reflete essa história não deixa de refletir as suas contradições, o seu movimento dialético, a sua ‘constituição’” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 315). E o ponto de vista expresso pela palavra é sempre **avaliador**.

O “falante pertence a alguma *classe*, tem uma *profissão*, possui algum nível de *desenvolvimento cultural*”. Esse falante “pronuncia uma palavra (em voz alta ou para si mesmo) em algum *ambiente*, diante de um *ouvinte*, presente ou presumido”. Essas condições, forças, “fatores” que *organizam* tanto o *conteúdo* quanto a *forma* do enunciado, impregnam a palavra do falante com olhares, opiniões, avaliações que, por sua vez, “são inevitavelmente condicionadas pelas *relações de classe*” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 315, grifos do autor).

Toda palavra “é um som significante, emitido ou pensado por uma pessoa real em um determinado momento da história real” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 314). Desse modo,

---

<sup>4</sup> Conferir reportagem em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Meu-grande-sonho-e-ser-gente-diz-mae-que-foi-presa-por-furtar-R-21-69-em-comida>. Acesso em 15/10/2021.

considerar a identidade dialógica um fenômeno social e ideológico implica levantar hipóteses sobre o sujeito que manifesta esta ou aquela identidade. É o que faremos na próxima seção.

### 5.3 O SUJEITO DIALÓGICO

Afirmamos anteriormente que a identidade emerge e atualiza-se constantemente no contexto da interação discursiva. O sujeito dialógico é, portanto, aquele que se define na relação com outro sujeito. De acordo com Bakhtin (2017b, p. 31), a definição de sujeito só pode ser encontrada na complexidade de relações que se estabelecem **entre sujeitos**: “concretude (nome), integridade, responsividade, etc., inesgotabilidade, inconclusibilidade, abertura”. É nesse ponto de encontro/desencontro/confronto com o outro, na interação de duas consciências, que o falante se posiciona e, ao fazer isso, constrói dialogicamente sua identidade.

No entanto, afirmamos também que esse posicionamento é um ato responsável e responsivo na medida em que o falante que o realiza reconhece sua singularidade, ou seja, reconhece que age inteiramente condicionado pela unicidade e irrepetibilidade do lugar que ocupa. Nesse sentido, dentro do quadro teórico que pretendemos traçar, a singularidade é um conceito importante para a definição e compreensão da identidade dialógica. O pensamento bakhtiniano reserva à singularidade uma definição muito própria, muito singular (com o perdão da expressão). Trata-se de uma singularidade que se constitui numa instância de relação (com o outro). “Somos singulares na pluralidade de pessoas”, como disse Elias (1994).

Nessa instância, a singularidade se reveste de uma dimensão ética, estética e cognitiva. Porque é somente na experiência humana da singularidade que podemos pensar, agir, conhecer e julgar. *Eu, e ninguém mais, devo agir responsivamente*. Nosso dever é responder e se posicionar porque a vida socialmente organizada (nascimento social) nos orienta ao posicionamento e à resposta. No entanto, não se trata de um sujeito assujeitado. Como enfatiza SOBRAL (2018, p. 22), “A proposta é a de conceber um sujeito que, sendo um eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva, é também um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido”.

É no *continuum* da interação discursiva, a partir do lugar único que ocupa na arquitetura do existir-evento, que o sujeito dialógico compreende, avalia e responde. Nesse movimento, a percepção que o sujeito-corpo tem de si e dos outros é discursivamente pensada, compreendida e vivida: “A singularidade única não pode ser pensada, mas somente vivida de modo participativo” (BAKHTIN, 2012, p. 58). A identidade é, assim, ato e ação. É o ato de se

posicionar em relação a palavra alheia e assumir uma posição no espaço-tempo singular, é um posicionamento ético, estético e cognitivo.

As identidades são produzidas e se modificam no quadro de **discursos formadores**. Os discursos formadores de identidades são investidos de autoridade, expressam uma posição valorativa e atravessam o mundo da vida e o mundo da cultura. Desses discursos, emergem os sentimentos de pertencimento e de reconhecimento, mas também os sentimentos de exclusão e reprovação. Enfim, são ‘visões de mundo’ identitárias, são discursos que representam as convicções dominantes, as crenças básicas, aquilo em que as pessoas de uma coletividade acreditam. Esses discursos permeiam todas as atividades e relações entre os sujeitos. Eles descrevem como uma pessoa deve ser na vida cotidiana e direcionam os discursos e as ações das pessoas em torno de um determinado centro de valor.

Já descrevemos como a palavra alheia atua no processo ideológico de formação do discurso interior. A entonação que perpassa esses discursos pode ser mais autoritária ou mais internamente persuasiva. Os discursos de identidade autoritários, que são monológicos, monoacentuados e indiferentes às singularidades, tendem a processos de generalização, padronização ou mesmo de “coisificação” dos sujeitos (cf. Bakhtin, 2017b, pp. 75-78). Ignoram que somos seres em ininterrupta formação e transformação. Enquanto que os discursos interiormente persuasivos, pluriacentuados, tendem para os processos de “personificação” ou “personalização” (cf. Bakhtin, 2017b, pp. 75-78).

Encontramos um exemplo desse embate entre discursos de identidade no artigo intitulado *O corpo da “verdadeira negra”: um signo estético*, de Elizete Bernardes (2013). A partir da análise de um anúncio publicitário de cerveja, o corpo feminino negro se apresenta como um signo ideológico.



Figura 1 – O corpo da verdadeira negra<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-pelo-corpo-que-se-reconhece-a-verdadeira-negra-devassa-negra-deve-alterar-conteudo-racista-e-sexista-de-propaganda/>. Acesso em 19 jan 2022.

A mensagem verbal que acompanha a imagem da mulher negra a compara com a cerveja: “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra”. A associação do corpo feminino negro com um produto de consumo mobiliza valores de cunho racista, machista e sexista num processo de coisificação. No entanto, a publicação da propaganda foi vetada a partir da mobilização de valores que procuraram ressignificar e reacentuar os sentidos do corpo enquanto signo. Bernardes (2013) conclui que o corpo feminino negro é implicado em uma pluralidade de vozes e se constitui como signo que se desdobra em diferentes sentidos.

Em nossa interpretação, são os discursos de identidade que desencadeiam esses diferentes sentidos, seguindo uma orientação mais autoritária e monológica ou uma orientação mais dialógica e interiormente persuasiva. Além disso, como a autora constata no artigo, o sujeito dialógico não assimila esses discursos passivamente, eles entram em disputa com o discurso interior. A identidade dialógica surge no ponto de intersecção entre o discurso interior e o social. O sujeito dialógico é sujeito-corpo em relação, em diálogo com outros aos quais responde e se posiciona discursivamente, assumindo uma identidade dialógica entre dois mundos: o da cultura e o da vida.

## 6 UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO: O LINGUISTA NO DISCURSO

Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2014, p. 18).

### 6.1 O DESENTENDIMENTO

Observemos os seguintes enunciados proferidos por linguistas:

De vez em quando, alguém diz que linguistas “**aceitam**” tudo (isto é, que acham certa qualquer construção). (POSSENTI, 2011, p. 1, grifo nosso)

Alguns gramáticos (e, por consequência, pessoas da mídia e mesmo professores) têm dito que os linguistas são **contra a língua padrão** e seu ensino porque, segundo esses detratores, para os linguistas “tudo vale”. (FARACO, 2017, p. 3, grifos nossos)

(...) a voz do linguista, que invoca a neutralidade da ciência na observação crua dos fatos, se for convocada, costuma levantar vagas de incompreensão, e mesmo de indignação, pelo seu aparente **relativismo**. (LAGARES DIEZ, 2018, p. 1, grifo nosso)

Esses enunciados evidenciam a existência de um conflito que se desenrola em um cenário de desentendimento e disputa política. De acordo com Rancière (2018, p. 10), podemos entender o *desentendimento* como um tipo determinado de situação de fala: “aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que o outro diz”. Sendo assim, o desentendimento não diz respeito apenas às palavras, mas incide sobre a própria situação dos que falam: “as estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto” (RANCIÈRE, 2018, p. 12).

Os enunciados apontam, portanto, para o que Lagares Diez (2018, p. 1) chama de um desentendimento antigo entre linguistas e não linguistas em relação à língua. Afinal, a língua é um objeto que, por motivos diversos, suscita o debate e o interesse de todos, especialistas ou não. Esse desentendimento coloca em questão visões não apenas diferentes, mas antagônicas. De um lado, temos aqueles que compreendem a língua como um conjunto de regras gramaticais que precisam ser ensinadas na escola, garantindo aos alunos a habilidade para falar e escrever com correção. De outro, temos aqueles que olham para a língua a partir de um enquadramento teórico, cientificamente construído, que orienta o ensino da língua para o pleno desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos.

Porém, esse desentendimento coloca em evidência uma história sobre identidades. Duas identidades diferentes, que têm a língua como horizonte de suas ações e reflexões, mas que se

constroem a partir de posições antagônicas. Nesse cenário, é plausível considerar a existência de um embate entre as ciências da linguagem e a tradição gramatical. Uma e outra se constituem a partir de configurações históricas e sociais muito distintas e, por isso mesmo, estabelecem relações específicas com o poder estatal e a mídia.

O surgimento e consolidação da Linguística com o status de ciência da linguagem inaugura concomitantemente o nascimento do linguista como cientista. De acordo com Rajagopalan (2003, p. 75), o discurso do linguista, “reivindicando para si o título de cientista, precisa ser compreendido como um exercício de construção de uma identidade. E nessa empreitada foi necessário identificar um Outro”. Esse outro (ou outros) em oposição ao qual o linguista se autodefine é a figura do gramático tradicional/filólogo.

Na história dos estudos linguísticos, os filólogos foram os primeiros a surgir (por volta do século III a.C.). Conforme Volóchinov (2019, p. 171), os primeiros filólogos eram sacerdotes cuja tarefa era decifrar o mistério das palavras sagradas, “escritas em uma língua alheia e incompreensível para o profano”. Foi nesse terreno que o pensamento linguístico nasceu, buscando não apenas decifrar a “língua morta, escrita e alheia”, mas também ensiná-la a partir de métodos e categorias que influenciaram todo o pensamento linguístico do mundo europeu. Orientada pelas necessidades filológicas, a linguística sempre partiu do enunciado monológico finalizado, morto, tomado como um “todo autossuficiente”, desconectado do fluxo discursivo vivo.

Em seguida, surgem os gramáticos (por volta do século II a.C.). Os gregos e, depois, os romanos conceituaram a gramática como a arte do uso correta da língua, seguindo a prática dos “bons autores”. De acordo com Azeredo (2011), o sentimento que animava os autores de gramáticas era o de que “a língua alcança, na obra dos poetas e dos oradores/prosadores, uma forma de beleza e perfeição” que precisa não apenas ser preservada, mas imitada pelas novas gerações (AZEREDO, 2011, p. 32).

Recentemente, surgem os linguistas (no fim do século XVIII). Com a abordagem filosófica de Humboldt, com a Gramática Histórico-Comparativa e, finalmente, com os trabalhos de Ferdinand de Saussure, o estudo da linguagem humana assume o caráter de uma verdadeira ciência.

Em síntese, as diferenças entre o linguista e os outros especialistas são as seguintes:

- (a) o **linguista** se interessa por todo e qualquer fenômeno linguístico (o **filólogo** só se interessa por uma parte das manifestações linguísticas, ou seja, pelos textos escritos canônicos; e o **gramático** só se interessa pela língua padrão);



(b) enquanto o **filólogo** e o **gramático** dirigem seu foco de atenção para a língua escrita, o **linguista** dá prioridade aos fenômenos da língua falada. Isso porque a fala é a modalidade de expressão universal: todas as línguas têm uma face oral, apenas algumas têm também uma face escrita. Apesar dessa primazia, o **linguista**, na medida em que se interessa por todo e qualquer fenômeno linguístico, se volta também para a língua escrita (a chamada linguística textual, por exemplo, tem trazido muitas contribuições para uma compreensão mais refinada da escrita). Nesse caso, o **linguista** não se limita à escrita de prestígio, mas estuda toda e qualquer manifestação escrita;

(c) por fim, enquanto o **gramático** é essencialmente normativo, o **linguista** não o é. Em termos simples, o **linguista** diz como a língua é; o **gramático** diz como certos comportamentos linguísticos devem ser. (FARACO, 2017, p. 3, grifos do autor)

“O linguista diz como a língua é”, ou seja, o linguista é aquele que trabalha com a descrição e análise das línguas. Com essas credenciais, em um movimento de autoafirmação e construção identitária, os linguistas assumiram um posicionamento crítico em relação ao ensino tradicional de língua materna. Considerado o pai da linguística no Brasil, Mattoso Camara (2001, p. 15) afirmava que “a gramática normativa tem o seu lugar [na escola] e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade”. Assim, quando o linguista “se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua”, é porque este e aquele incorrem em práticas que nada contribuem para o pleno desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos:

Impõem as suas regras praxistas como sendo linguística. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento linguístico que querem corrigir e com isso só criam confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer. (MATTOSO CAMARA, 2001, p. 16)

De acordo com Bagno (2000), nesse procedimento crítico, é importante distinguir a gramática normativa da Gramática Tradicional. Segundo ele, a gramática normativa constitui-se em um gênero literário que materializa a ideologia da Gramática Tradicional por meio dos compêndios de gramática escolar. Ideologia que prega a existência de verdades inquestionáveis, que desprestigia qualquer discurso que não seja o das elites, que tem como única meta a perpetuação da hegemonia das classes dominantes:

[...] as gramáticas normativas brasileiras permanecem agregadas ao mito da “língua única” e se apresentam como “descrição” de uma variedade linguística supostamente empregada pelas “pessoas cultas” do país, isto é, pelas classes dominantes, apresentando-a sempre como o “padrão” a ser imitado. (BAGNO, 2000, p. 26)

Mesmo diferindo umas das outras, as gramáticas normativas carregam consigo esse “espírito” da Gramática Tradicional e ignoram as inovações dos estudos linguísticos que vêm apontando suas falhas e incoerências. Segundo Castilho (2010), a força da Gramática

Tradicional manifesta-se na convicção de que ensinar português confunde-se com ensinar gramática. O argumento baseia-se na ideia de que “sabendo gramática escreve-se bem e lê-se melhor, varrendo-se para baixo do tapete o ensino do Português-língua materna como uma continuada reflexão sobre a língua, muito mais do que qualquer outra coisa (CASTILHO, 2010, p. 102).

A reação dos linguistas a essa situação atingiu seu ápice em 1985, com a publicação simultânea de *Língua e liberdade*, de Celso Pedro Luft, *Para uma nova gramática do português*, de Mário A. Perini, e *A linguística e o ensino da língua portuguesa*, de Rodolfo Ilari. Nas palavras de Luft,

A boa comunicação verbal nada tem a ver com a memorização de regras de linguagem nem com a disciplina escolar que trata dessas regras, e que geralmente, em nossas escolas, toma o lugar do que deveriam ser as aulas de Português: leitura, comentário, análise e interpretação de bons textos, e tentativa constante de produzir, pessoalmente, textos bons – enfim, vivência criativa com o idioma. (LUFT, 2008, p. 19)

Para Perini (1991, p. 6), as falhas da gramática tradicional podem ser resumidas em três grandes pontos: “sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com a exclusão de todas as outras variantes”. Nos anos seguintes, outras obras importantes incrementaram as críticas ao modelo tradicional de ensino de língua materna, entre as quais destacamos: *Tradição gramatical e gramática tradicional* (1989) e *Contradições no ensino de português* (1996), de Rosa Virgínia Mattos e Silva, *Por que (não) ensinar gramática na escola* (1996), de Sírio Possenti, e *Sofrendo a gramática* (1997), de Mário A. Perini.

As lacunas consideráveis deixadas pelo ensino de Língua Portuguesa levaram a linguista Maria Helena de Moura Neves a realizar uma pesquisa com seis grupos de professores de língua portuguesa de 1º e 2º graus (fundamental e médio) da rede oficial de quatro cidades do estado de São Paulo, num total de 170 indivíduos, para verificar a natureza da gramática ensinada nas escolas.

Publicada em 1990, a obra *Gramática na Escola* revelou que todos os professores entrevistados privilegiavam o ensino de gramática em suas aulas e que, em 80% dos casos, faziam isso visando a um melhor desempenho linguístico e uma maior correção da linguagem. Sobre a natureza da gramática ensinada pelos professores pesquisados, Neves (2010) demonstrou ser ela predominantemente normativa e/ou descritiva, com supervalorização dos aspectos morfológicos e sintáticos, relegando a um absoluto segundo plano todas as demais atividades que deveriam ser desenvolvidas nas aulas de língua materna.

Ainda, segundo a pesquisa, metade dos professores considerava necessário que as definições fossem ensinadas, legitimando o lugar das definições no ensino da gramática em 1º e 2º graus. Da outra metade, 60% julgavam que as definições não eram necessárias e os restantes 40% (20% do total) julgavam que elas não deveriam ser ensinadas, mas alcançadas pelos próprios alunos. Entre as razões apontadas para a necessidade do ensino das definições estão: a possibilidade de reconhecimento das classes gramaticais e dos termos da oração; o desenvolvimento da capacidade de síntese e de análise do processo linguístico; o domínio da terminologia.

Há décadas, os indicadores sobre o desempenho dos alunos (PISA, ENEM, Prova Brasil, Ideb, entre outros), na leitura e na escrita, revelam a ineficácia desse tipo de ensino. De fato, os alunos estão saindo do ensino fundamental, e mesmo do ensino médio, com grandes dificuldades para ler, compreender e produzir textos, sejam eles orais ou escritos. Diante desse cenário, muitos linguistas, reconhecendo a importância de um ensino de gramática alinhado com o tratamento da variação linguística, promoveram um movimento de produção de gramáticas ancorado no que havia de mais atual nos estudos científicos sobre a língua e a linguagem.

Ao longo dos últimos 20 anos, deparamo-nos com o surgimento de trabalhos inovadores, como os de Maria Helena de Moura Neves e sua *Gramática de usos do português* (1999), de Mário A. Perini e sua *Gramática do português brasileiro* (2010), de Ataliba T. de Castilho e sua *Nova gramática do português brasileiro* (2010), de José Carlos Azeredo e sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2011) e de Marcos Bagno e sua *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2011).

Durante esse período de consolidação dos estudos linguísticos no Brasil, a identidade do linguista foi se moldando, sempre em diálogo, em conflito com discursos antagônicos. De acordo com Berlatto (2009, p. 141-142), a identidade resulta “das diversas interações entre o indivíduo e o seu ambiente social, próximo ou distante”. Por isso, o processo de formação da identidade dialógica é condicionado por processos sociais que, por sua vez, são determinados pelas estruturas sociais. Trata-se, portanto, de um fenômeno que se constitui dialeticamente entre um indivíduo e a sociedade.

O discurso do linguista, em um campo do saber institucionalmente regrado e controlado pela comunidade de linguistas, consolida-se, como qualquer outro, em meio a contingências sociais, políticas e históricas específicas. E é justamente “no confronto com o ‘outro’ que o linguista se vê obrigado a reafirmar sua identidade” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 76).

Considerando que todo processo de identificação é também diferenciação, as fronteiras sociais e simbólicas que se estabelecem entre os grupos, marcam os limites entre “nós” e “eles”. Esse aspecto é extremamente relevante para a reflexão que empreendemos em torno da identidade do linguista que, como qualquer outra, é algo construído social e historicamente, e não dado a nós como definido de uma vez por todas.

Além da disputa “interna” com os gramáticos, o linguista enfrenta outros desafios fora dos limites da academia e do debate científico. Referimo-nos ao discurso do leigo, do senso-comum, que ecoa na internet, na grande mídia tradicional e, não raro, na voz de representantes da política partidária. Nesse processo, o papel da mídia é extremamente relevante, pois veicula e dá publicidade a esses discursos antagônicos, muitas vezes, filiando-se a eles. O caso do livro didático, apresentado a seguir, é exemplar nesse sentido.

## 6.2 O CASO DO LIVRO

Em 2011, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC) aprovou, pela primeira vez, a distribuição de livros destinados à educação de jovens e adultos. Na ocasião, a obra intitulada *Por uma vida melhor*, da coleção Viver, aprender, provocou uma polêmica sobre o tratamento da variação linguística no ensino de língua materna. Frases como "Nós pega os peixe", "os menino pega os peixe", "Mas eu posso falar os livro" entre outras, publicadas no livro distribuído em escolas da rede pública pelo MEC, causaram a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras.

O “caso do livro didático”, como ficou conhecido o debate que se instaurou no país, trouxe à tona uma polêmica antiga entre aqueles que se dedicam ao estudo da língua. O desentendimento entre linguistas e não linguistas ganhou, neste caso, projeção nacional e, por isso mesmo, é exemplar para compreendermos a construção da identidade a partir das relações dialógicas que, embora tenham uma natureza extralinguística, “não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua como fenômeno integral concreto” (BAKHHTIN, 2018a, p. 209). Rancière (2018, p. 10) afirma que o desentendimento “não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto, é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende que o outro diz a mesma coisa com o nome de branca”.

Nesse cenário, criou-se o que muitos chamaram de uma “falsa polêmica”. O então Ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou em entrevista à rádio CBN que não havia motivos para censurar a obra: “estamos envolvidos em uma falsa polêmica. Ninguém está propondo ensinar o errado”<sup>6</sup>.

A instituição responsável pela construção da proposta pedagógica da obra, a Ação Educativa, divulgou nota informando que o conteúdo do livro estava plenamente de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a língua portuguesa, publicados em 1997 e vigentes à época. De acordo com a Ação Educativa, o capítulo intitulado "Escrever é diferente de falar", alvo das críticas propagadas na mídia, apresenta ao estudante as diferenças entre a norma culta e as variantes que ele aprendeu até chegar à escola, ou seja, as variantes populares do idioma: “no tópico denominado "concordância entre palavras", os autores discutem a existência de variedades do português falado que admitem que substantivo e adjetivo não sejam flexionados para concordar com um artigo no plural”<sup>7</sup>.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>8</sup>,

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS para o ensino fundamental - Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1997, p. 26-27)

Em nota de repúdio, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) afirmou que a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras em relação a frases como "nós pega o peixe", "os menino pega o peixe", "mas eu posso falar os livro" e outras que transgridem a norma culta, “retrata a incompreensão da imprensa e população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em 16/07/2019.

<sup>7</sup> Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em 16/07/2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/odf/livro02.pdf> Acesso em 16/07/2019.

<sup>9</sup> Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em 16/07/2019.

Nas palavras da linguista Stella Maris Bortoni-Ricardo (UnB), “quando os jornalistas bradam contra a teoria sociolinguística que recomenda a discussão na escola dos nossos modos de falar e de escrever, estão ecoando valores muito arraigados”<sup>10</sup>. Recuperando o contexto de disputa que permeia as discussões aqui levantadas e que, resumidamente, apresentamos no início desta seção, apresentamos duas manchetes que ilustram o tom histórico e agressivo que marcaram as manifestações midiáticas sobre a polêmica:

#### Quadro 5 – Manchete 1

***O assassinato da língua portuguesa***

*Livro distribuído pelo MEC que tolera erros gramaticais como "os livro" e "nós pega" causa estragos no aprendizado de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do País*

*(Por Amauri Segalla e Bruna Cavalcanti – 20 maio 2011)*

Fonte: [https://istoe.com.br/138200 O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/](https://istoe.com.br/138200-O+ASSASSINATO+DA+LINGUA+PORTUGUESA/). Acesso em: 1º set. 2019.

#### Quadro 6 – Manchete 2

***As lições do livro que desensina***

*'Por Uma Vida Melhor' é exemplo de doutrina difundida há décadas na educação brasileira, segundo a qual a norma culta é um fardo ao qual devemos nos curvar por imposição social, e não pelos benefícios que ela propicia*

*(Por Nathália Goulart – 20 maio 2011)*

Fonte: <https://veja.abril.com.br/educacao/as-licoes-do-livro-quesensina/>. Acesso em: 1º set. 2019.

Como Ribeiro (2019, p. 9) destaca, “a polêmica que tensiona com a ideia cristalizada” é um processo dialógico que se instaura no discurso e isso acontece “porque os nossos dizeres estão impregnados de já-ditos de outros aos quais respondemos ativa e responsivamente”.

Para se ter uma ideia da dimensão que o caso tomou, a polêmica estampou manchetes de jornais, mobilizou jornalistas e comentaristas nas redes de televisão, foi tema de entrevistas, gerou debates em programas televisivos como o *Observatório da Imprensa*, na TV Brasil, o “Entre aspas” e o “Espaço Aberto” na Globo News, entre outros.

<sup>10</sup> Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16/07/2019.

Destacam-se, também, as entrevistas com os linguistas José Luiz Fiorin e Ataliba T. de Castilho. No Portal do MEC, podemos encontrar um dossiê sobre o caso do livro didático<sup>11</sup>. Além disso, a instituição Ação Educativa, responsável pela proposta pedagógica do livro *Por uma vida melhor*, reuniu e publicou uma série de artigos de intelectuais, pesquisadores e educadores que se posicionaram sobre a questão.

### 6.3 VOZES EM DIÁLOGO

No debate público sobre questões de língua, há um embate entre vozes muito dissonantes. As posições assumidas pelos linguistas nem sempre são aceitas e, muitas vezes, são desqualificadas. O discurso da mídia e do senso comum também é atravessado por uma heterogeneidade de discursos alheios, muitos dos quais carregam consigo preconceitos e intolerância.

Nesse cenário, ao apropriar-se do discurso alheio, “o sujeito discursivo orienta-se axiologicamente no espectro de diferentes valores sociais. Desse processo de tensão, emergem posições avaliativas sobre o outro e sobre o discurso do outro” (RIBEIRO, 2019, p. 11)

É preciso compreender como essas manifestações de crítica, oposição, ataque e invalidação acabam por orientar o discurso do linguista, permeando sua fala e obrigando-o, muitas vezes, a reivindicar para si a autoridade em relação ao modo científico de dizer a realidade linguística nacional. É o que tentaremos demonstrar a partir da análise dos enunciados dispostos nos quadros a seguir. Vejamos:

Quadro 7 – Relação dos artigos em análise

<i>Autoria</i>	<i>Título</i>
<i>Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB)</i>	Polêmica em relação a erros gramaticais em livro didático de Língua Portuguesa revela incompreensão da imprensa e população sobre a atuação do estudioso da linguagem
<i>Maria José Foltran - Presidente da Abralín</i>	Língua e Ignorância
<i>Marcos Bagno (Unb)</i>	Uma falsa polêmica
<i>Sírio Possenti (Unicamp)</i>	Analisar e opinar. Sem ler
<i>Cristóvão Tezza (UFPR)</i>	O poder do erro

<sup>11</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior?id=16649:dossie-livro-didatico#maria%20jose>. Acesso em 09 maio 2019.

<i>Ana Maria Stahl Zilles (UNISINOS)</i>	"Fala é mais variada que escrita"
<i>Carlos Alberto Faraco (UFPR)</i>	Polêmica vazia
<i>Miriam Lemle (UFRJ)</i>	Uma nação com variadas línguas
<i>José Miguel Wisnik (USP)</i>	Dona Norma
<i>Dante Lucchesi (UFBA)</i>	Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista?

Fonte: O autor (2019).

No quadro 8, elencamos os autores e os títulos dos artigos analisados. Os autores são linguistas e pesquisadores ligados a universidades brasileiras. Trata-se de cientistas e pesquisadores altamente produtivos na esfera acadêmica. Profissionais que, entre outras produções, publicaram livros, capítulos de livros e inúmeros artigos em periódicos reconhecidos pela Capes.

Nos escritos de Bakhtin e o Círculo, a questão da autoria é debatida em diversas perspectivas, mas podemos compreendê-la como um posicionamento (ativo e responsivo) que materializa uma determinada relação axiológica com o objeto do dizer e seu mundo: o autor ou autora “os olha com simpatia ou antipatia, distância ou proximidade, reverência ou crítica, gravidade ou deboche, aplauso ou sarcasmo, alegria ou amargura, generosidade ou crueldade, júbilo ou melancolia, e assim por diante” (FARACO, 2018, p. 38).

É importante destacar que o linguista está submetido a parâmetros institucionais específicos (regimentos, instruções normativas, códigos de ética), que orientam sua atuação profissional e prescrevem “práticas” que devem ser observadas e que caracterizam, ao menos parcialmente, o pertencimento à comunidade acadêmica (escola, universidade, centro de pesquisa). A presença das siglas das universidades ao lado dos nomes dos autores já nos orienta para o espaço social no qual o discurso do linguista é pleno de significação. Esfera social que outorga ao linguista a legitimidade e a autoridade para dizer o que diz. Essas condições, historicamente constituídas, agregam-se a múltiplas e heterogêneas coordenadas e se conformam no posicionamento axiológico que os linguistas assumem no processo de interação discursiva.

A partir dos títulos dos artigos e notas é possível antever disputas em várias arenas: o tom de indignação e reprovação, expresso por meio de palavras como: “incompreensão”, “ignorância”, “polêmica falsa/vazia”, “preconceito”; a contraposição do discurso do cientista (especialista) frente ao discurso raso e irrefletido (“sem ler”) de parte significativa de jornalistas, colunistas e blogueiros que ganhou espaço na mídia brasileira, sobretudo, na internet; o tom irônico (“Dona Norma”) e interrogativo (“?”).



Segundo Brait; Melo (2018, p. 69), “o título é, sem dúvida, um enunciado que se coloca como a porta de entrada para um outro enunciado, do qual faz parte e cujo sentido integra”. Portanto, a carga valorativa e ideológica que o título deixa entrever ajuda a situar o leitor em relação ao choque de vozes que se configura na totalidade do enunciado. Evidentemente, a compreensão do título só se completa a partir da leitura desse “outro enunciado” que ele anuncia. Deste modo, passamos agora à análise de outros enunciados.

Quadro 8 – A atitude da mídia

<i>Autoria</i>	<i>Enunciado(s):</i>
<i>ALAB</i>	“ <b>O grande incômodo</b> , relacionado ao fato do livro relativizar o uso da norma culta, substituindo a concepção de "certo e errado" por "adequado e inadequado", retrata a <b>incompreensão da imprensa e população</b> em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem”.
<i>ABRALIN</i>	Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até histéricos
<i>Marcos Bagno</i>	“A discussão em torno do livro didático "Por uma vida melhor" nos revela, para começar, <b>a patente ignorância que impera nos nossos meios de comunicação</b> a respeito de língua e de ensino de língua”. “Muitas deixam evidente que nunca viram a cor do livro didático mencionado e que falam da boca para fora, inspiradas única e exclusivamente em suas <b>crenças e superstições</b> sobre o que é uma língua e o que significa ensiná-la”.
<i>Sírio Possenti</i>	“ <b>Ilustres colonistas e afamados comentaristas</b> bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos”. “ <b>Disseram</b> que o MEC distribuiu um livro que ensina a falar errado; que defende o erro; que alimenta o preconceito contra os que falam certo”.
<i>Cristovão Tezza</i>	“O que essa <b>cegueira coletiva</b> mostra, antes de tudo, é o fato de que <b>a linguística</b> - a primeira ciência humana moderna, que se constituiu no final do século 18 com o objetivo de compreender a evolução das línguas - <b>não entrou no senso comum</b> ”.
<i>Carlos A. Faraco</i>	“Preferem apegar-se <b>dogmática e raivosamente</b> à simplicidade dos juízos absolutos do certo e do errado. <b>Mostram-se</b> assim <b>pouco preparados</b> para o debate franco, aberto e desapaixonado que essas questões exigem”. “ <b>O tom geral é de escândalo. A polêmica</b> , no entanto, <b>não tem qualquer fundamento</b> . Quem a iniciou e quem a está sustentando pelo lado do escândalo, leu o que não está escrito, está atirando a esmo, atingindo alvos errados e revelando sua <b>espantosa ignorância</b> sobre a história e a realidade social e linguística do Brasil”. “Pior ainda: <b>jornalistas respeitáveis</b> e até mesmo <b>um conhecido gramático</b> manifestam indignação claramente apenas por <b>ouvir dizer</b> e não com base numa análise criteriosa do material”.

<i>Miriam Lemle</i>	“Na sua parte de língua portuguesa, o livro didático 'Por uma vida melhor' tem sido <b>lido com descuido e criticado injustificadamente</b> ”
<i>José Miguel Wisnik</i>	<p>“<b>Bater em teclas equivocadas</b> é quase uma praxe do debate cultural corrente, com ou sem rendimento político imediato”.</p> <p>“Afirmar <b>cegamente</b>, com alarme e com alarde, que o livro é um atentado, tornado oficial, à língua portuguesa, pelo respeito localizado que ele dá às variantes populares de fala que não usam extensivamente as flexões, isto é, as normas letradas de concordância, é um <b> sintoma ignorante e disseminado</b> de que se concebe a língua como um instrumento de prestígio, de privilégio e de poder”.</p> <p>“Mais que isso, <b>a defesa exaltada e capciosa</b> da suposta correção linguística, desconsiderando todo o resto, <b>é uma desbragada demonstração de ignorância</b> em nome da denúncia da sua perpetuação. Culta, neste caso, é de uma <b>incultura cavalgar</b>. <b>O tom desinformado e espalhafatoso</b> da denúncia encobre, mal, aquilo de que ele tenta fugir: o nosso <b>analfabetismo</b> crônico, difuso, contagiante”.</p>
<i>Dante Lucchesi</i>	<p>“Porém, <b>o preconceito e a intolerância</b> ainda predominam em um plano essencial da cultura: a língua”.</p> <p>“Nada mais revelador a esse respeito do que <b>o comoção</b> provocada pelo livro didático de língua portuguesa <i>Por uma vida melhor</i>, distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação (MEC), para a educação de jovens e adultos”.</p> <p>“A <b>revolta</b> se concentra em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer algo como "os livro", em certos contextos, mas que deveria empregar a forma padrão "os livros", sobretudo em situações formais para não ser vítima do preconceito linguístico”.</p> <p>“Foi o suficiente para que <b>políticos, jornalistas, intelectuais e professores</b> manifestassem toda a sua <b>perplexidade e indignação</b>”.</p> <p>“Chama a atenção, em primeiro lugar, o <b>açodamento e leviandade de alguns posicionamentos</b>, que revelaram que seus autores <b>sequer se deram ao trabalho de ler o livro</b>”.</p> <p>“Portanto, só <b>a ignorância ou a má-fé</b> podem explicar as manifestações de indignação e revolta que beiram a histeria, diante da distribuição de um livro tão pertinente, através do sistema democrático e republicano do Programa Nacional do Livro Didático do MEC”.</p>

Fonte: O autor (2019).

As relações dialógicas se entrelaçam no discurso porque a natureza do discurso é constitutivamente dialógica. De acordo com Bakhtin (2018a, p, 209), as relações dialógicas personificam-se na linguagem, tornam-se enunciados concretos, convertem-se em posições de

diferentes sujeitos expressas na linguagem”. Para Bakhtin, “as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada” (BAKHTIN, 2018a, p. 211).

Nessa perspectiva, os linguistas confrontam o posicionamento personificado na imprensa tradicional dirigindo a ela, como podemos verificar no quadro 9, uma avalanche de qualificações: incomodada; ignorante; mobilizada por crenças e superstições; cega, dogmática e raivosa; escandalizada; descuidada; preconceituosa e leviana. **Assim, o linguista projeta seu discurso para o enfrentamento direto, em razão da tensão que se descortinou com a polêmica do livro.** Observamos que o valor e o sentido atribuídos aos signos ideológicos dependem da realidade concreta que engendra o sujeito do discurso (RIBEIRO, 2019, p. 11).

A resposta dos linguistas aos “políticos, jornalistas, intelectuais e professores” apresenta-se num tom de indignação, revolta, ironia, deboche e deixa entrever a dupla orientação da palavra, que se volta, ao mesmo tempo, para o objeto do discurso (o caso do livro) e para o discurso de um outro (a reação ao livro). Segundo Ribeiro (2019, p. 11), “o componente axiológico circunscrito à linguagem permite que o tensionamento de já-ditos insurja nos enunciados como polêmicas veladas ou abertas”. No caso em análise, trata-se de uma polêmica aberta, orientada diretamente para o “discurso refutável do outro” (BAKHTIN, 2018a, p. 224).

Os enunciados do quadro 9 descrevem uma imprensa histórica, que reproduz discursos sem a necessária reflexão, sem aprofundamento, sem ouvir o contraditório e, no caso em questão, sem ouvir os linguistas. A descrição desse comportamento pode ser construída com base nas palavras anteriormente elencadas, que acentuam axiologicamente o discurso do outro, contrapondo-o ao discurso do cientista, que é construtivo, solidamente fundamentado em pesquisas científicas e resulta de observações criteriosas e de profunda reflexão. Assim, o linguista assume para si o discurso do cientista, daquele que fala com propriedade (a identidade do especialista).

Quadro 09 – O papel da ciência

<i>Autoria Enunciado(s):</i>	
<i>ALAB</i>	“a Associação de Linguística Aplicada do Brasil expressa seu repúdio à atitude autoritária e unísona de vários veículos da imprensa em relação à concepção deturpada de "erro" e <b>convida seus membros a se posicionarem</b> nestes veículos <b>de forma mais efetiva e veemente sobre questões relacionadas a ensino de línguas e políticas linguísticas</b> , construindo leituras mais situadas, persuasivas e plurilíngues”.

<p><i>ABRALIN</i></p>	<p>Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até histéricos, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA - ABRALIN - vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o <b>posicionamento dos linguistas</b>, pouco ouvidos até o momento.</p> <p>“Por manter um <b>posicionamento científico</b>, a linguística não faz juízos de valor acerca dessas variedades, simplesmente as descreve”.</p>
<p><i>Cristovão Tezza</i></p>	<p>“<b>É função da escola promover o domínio da forma padrão da escrita, estimular a leitura e o acesso ao mundo letrado</b>, e tanto melhor será essa competência quanto mais o aluno desenvolver a percepção das diferenças gramaticais da oralidade e da vida real da língua”.</p>
<p><i>Carlos A. Faraco</i></p>	<p>“Subjacentes a essa direção pedagógica estão <b>os estudos descritivos da realidade histórica e social da língua portuguesa do Brasil</b>, estudos que têm desvelado, com cada vez mais detalhes, a nossa complexa cara linguística”.</p>
<p><i>Miriam Lemle</i></p>	<p>“<b>Mediante critérios científicos objetivos da ciência da linguagem</b> não há como passar atestados de qualidade superior para uma forma de falar em detrimento da outra. Valorações sociais sobre a variação existem, tal como existem valorações sociais para cores de pele e olhos, lisura de cabelos, formato de narizes, preferências culinárias, artísticas, de parceria sexual, laboral e tantas outras”.</p>
<p><i>José Miguel Wisnik</i></p>	<p>“<b>Os estudos linguísticos</b> mostravam que a prática das línguas é sujeita a muitas variantes regionais, sociais, e que a chamada "norma culta", preconizada pelos gramáticos, é uma entre outras variantes da língua, não necessariamente a mais, ou a única "correta". <b>Desse ponto de vista, científico</b> e não normativo, procura-se contemplar a multiplicidade das falas, reconhecidas na sua eficácia comunicativa, sem privilegiar um padrão verbal ditado pelos segmentos letrados como único a ser seguido”.</p>

Fonte: O autor (2019).

Os enunciados do quadro 10 colocam em disputa diferentes vozes. Por um lado, vozes que mobilizam forças centrípetas, que expressam forças sociais opressoras que pretendem impor uma língua única, padronizada, que busca anular a diversidade linguística. De outro lado, estão as vozes que mobilizam forças centrífugas, que reconhecem o heterodiscurso e a própria disputa ideológica que se instaura no debate sobre a língua.

O tom que prevalece é o da objetividade científica, tom valorativo que destaca a percepção científica sobre o fenômeno da variação linguística, destaca o papel do linguista, enquanto cientista da linguagem, e o posicionamento da ciência em relação ao ensino de língua materna. O posicionamento político projetado pelos enunciados remete ao lugar de onde o linguista fala, ao seu ponto de vista. Posição que, enfatizamos, é sempre relativa, relacional, depende de outro, estabelece-se em relação ao outro.

**O posicionamento responsável e responsivo assumido pelo linguista** identifica-se com a postura científica, que não emite juízos de valor acerca das variedades linguísticas, apenas se propõe a descrevê-las. O linguista, ao descrever os fenômenos linguísticos, desconsidera a dicotomia certo/errado, e essa atitude o coloca em rota de colisão com o discurso conservador, que prega a unidade da língua (forças centrípetas) em detrimento do heterodiscurso, da mudança, da variação (forças centrífugas).

Embora se posicione sob o véu da neutralidade científica, o linguista não pode se abster de enunciar (ou anunciar) o que a investigação científica desvela: o preconceito linguístico. Analisados em conjunto, os enunciados nos permitem identificar vozes que, situadas em um contexto de luta, histórica e socialmente determinado, enunciam-se em uníssono num processo de (re)conhecimento identitário.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade tem se mostrado um problema que mobiliza pesquisadores de várias esferas do conhecimento. Em razão das grandes transformações culturais que vivenciamos, novas identidades estão emergindo, desestabilizando o mundo social e abalando a ideia que temos de nós mesmos. Nesse cenário, quando nos voltamos para a relação entre sujeitos e seus discursos, a questão da identidade aparece como elemento central.

Foi observando a manifestação de linguistas que o tema surgiu em nosso horizonte de pesquisa. Paralelamente à consolidação dos estudos linguísticos no Brasil, a identidade do linguista foi se moldando, sempre em diálogo, em disputa com discursos antagônicos. O caso do livro didático, ocorrido em 2011, é paradigmático nesse sentido, e oferece o material necessário para a constituição do nosso *corpus* de análise.

O entendimento de que a identidade é uma construção discursiva orientou nossa investigação. Para estudá-la, propusemos uma abordagem dialógica, fundamentada nos pressupostos de Bakhtin e o Círculo. A teoria do círculo é voltada para a alteridade, sem desconsiderar a singularidade dos sujeitos. Nesse sentido, mostra-se como um suporte imprescindível para compreender a complexidade da identidade. Os pensadores do Círculo sempre buscaram na atividade estética uma maneira de refletir sobre a vida humana, colocando as relações dialógicas no centro de suas preocupações.

A questão que norteou nossa investigação foi: como compreender e descrever o processo de construção discursiva da identidade a partir dos pressupostos teóricos do dialogismo? Nosso objetivo principal foi desenvolver a noção de **identidade dialógica**. Propomos como objetivos específicos: 1) demonstrar que a aplicação da expressão identidade dialógica tem a finalidade de explicitar como a identidade se constitui, fundamentalmente, no processo de interação discursiva; 2) descrever como a identidade é construída dialogicamente partir da análise de enunciados concretos.

No entanto, não encontramos uma formulação explícita sobre a questão da identidade nos escritos de Bakhtin e o Círculo. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017), o termo identidade é empregado, em geral, acompanhado do adjetivo “normativa”. No Glossário, encontramos a seguinte definição: “Identidade normativa (*normatívnaia tojdiéstvennost*, pp. 157, 177) – no objetivismo abstrato são os elementos idênticos e normativos, sejam eles fonéticos, gramaticais ou lexicais, que garantem a unicidade de uma língua e sua compreensão por todos os seus falantes” (GRILLO; AMÉRICO, 2017, p. 360).

Por esse motivo, buscamos um diálogo transversal com outras teorias. A contribuição teórico-conceitual dos Estudos Culturais nos pareceu promissora para uma reflexão mais apurada sobre a construção discursiva da identidade. Os Estudos Culturais notabilizam-se pela crítica cultural da sociedade burguesa. Em suas análises, os pesquisadores utilizam métodos e instrumentos da crítica textual e literária, deslocando sua aplicação das obras clássicas para os produtos da cultura de massa e para o universo das práticas culturais populares. Muitos se orientaram pelo marxismo, adotando-o criticamente, sem se deixar levar por uma postura mecanicista. A história é compreendida a partir das lutas sociais e da interação entre cultura e economia, revelando-se, assim, uma série de aproximações com aspectos centrais do pensamento de Bakhtin e o Círculo.

Especialmente em Hall (2014, 2020) e Woodward (2014), encontramos estudos voltados diretamente para a questão da identidade, relacionando-a a uma série de questões envolvendo a ideologia, a hegemonia e a resistência, destacando em seus estudos a dimensão social e cultural envolvida. Entre os autores com os quais dialogamos, verificamos um consenso em torno da ideia de que uma identidade centrada unicamente no indivíduo, independente de tudo e de todos, não faz mais sentido. A percepção, nesses estudos, de que o sujeito é constituído pelo outro nos parece consolidada.

A disputa entre as perspectivas essencialistas e as não essencialistas (WOODWARD, 2014) foi fundamental para o desenvolvimento da noção de discursos formadores de identidades. Não foi nossa intenção aplicar os conceitos dos Estudos Culturais, mas partir de suas considerações e propor um olhar dialógico para o fenômeno da identidade. No mesmo espírito, numa perspectiva transversal, procuramos dialogar com algumas abordagens enunciativas e discursivas. Todos os modelos teóricos mencionados, em alguma medida, estabelecem o discurso como a instância fundamental de construção de sentidos. Além disso, revelam um sujeito de linguagem que se constitui no processo de interação discursiva, cujas relações intersubjetivas estão inscritas no sistema linguístico.

Voltando nosso olhar para a alteridade, de Platão à psicanálise, verificamos que os seres humanos estão submetidos a uma espécie de estruturação relacional constitutiva, baseada em vínculos de reconhecimento construídos já a partir dos primeiros contatos do bebê com a mãe. Essa formação estruturante inicial está, portanto, intimamente relacionada à presença do outro que se institui, implícita ou explicitamente, no fio do discurso. Em sintonia com a visão da psicanálise, talvez em razão dos estudos de Freud, os pensadores do Círculo identificaram nessa relação inicial entre duas pessoas a condição indispensável para constituição humana.

A partir daí, voltamo-nos para o cotejamento das obras de Bakhtin e o Círculo e identificamos que a identidade discursiva se constrói a partir de três fenômenos fundamentais: *consciência linguística, interação discursiva e palavra alheia*. Em articulação, esses conceitos representam o acontecimento discursivo da construção de identidade. No *continuum* da interação discursiva, desenrola-se um processo de formação ideológica. A partir do fluxo contínuo de interações discursivas que se estabelece entre a consciência linguística (o discurso interior) e a palavra alheia (o discurso exterior), o sujeito dialógico deixa entrever seu posicionamento no mundo, compreendendo, avaliando e respondendo ao outro, identificando-se e diferenciando-se em relação ao discurso alheio e, assim, construindo discursivamente sua identidade.

O posicionamento que emerge da interação discursiva é o **posicionamento responsável e responsivo**, é a **identidade dialógica**. Ao longo do capítulo 5 procuramos descrever todas as implicações que essa definição suscita. A noção de posicionamento remete inicialmente ao tempo-espaço único e insubstituível que cada sujeito-corpo ocupa no âmbito das relações dialógicas. É a partir desse ponto singular que o sujeito responde ao outro, ou seja, a partir de uma posição social ativa. Justamente por isso que a identidade dialógica é um posicionamento ético, estético e cognitivo. É ético porque tem sempre o outro em seu horizonte de ação. É estético porque é um ato valorativo, carrega uma entonação expressiva. É cognitivo porque é sempre uma resposta. E é, sobretudo, um posicionamento ideológico porque, em sua construção discursiva, a identidade é determinada pela interposição de interesses sociais multidirecionados e somente adquire sentido na situação histórica concreta em que os enunciados são produzidos.

Além disso, procuramos explicitar que a identidade dialógica se constrói no seio da ambiguidade. Somos seres sociais, mas singulares. A identidade dialógica emerge da interação discursiva e, nesse contexto, atualiza-se constantemente. Está, assim, entre a permanência e a ininterrupta mudança. Em cada interação, em cada diálogo, o falante se posiciona e se orienta em relação ao outro, ao mesmo tempo em que é posicionado e é orientado pelo outro. Nessa perspectiva, tentamos descrever e interpretar o discurso de linguistas, observando como se posicionam nos enunciados selecionados. Algumas categorias de análise foram mobilizadas para esse fim. Em nossa análise, o linguista invoca a voz da ciência para se posicionar em relação à questão da variação linguística e do ensino da língua materna. O tom valorativo com que se posiciona frente aos ataques revelam características da singularidade de cada sujeito dialógico.



Esta tese apresenta algumas limitações, mas são justamente elas que nos permitem pensar em possíveis continuidades ou desdobramentos. Precisamos avançar no aprimoramento da definição e descrição dos discursos formadores de identidade, compreendendo melhor os processos de coisificação e personalização aí implicados. Precisamos traçar limites mais precisos na definição de identidade dialógica como posicionamento em relação aos conceitos de autoria e estilo. Como desdobramento desta pesquisa, parece-nos relevante apostar em um estudo sobre o emprego do termo “identidade” nos textos que compõe a Teoria do Romance, na qual Bakhtin analisa a imagem do homem no romance em suas relações com o cronotopo. Destacamos um pequeno trecho, entre outros, que nos chamou a atenção: “Para uma completa elucidação da imagem do homem no romance grego e das particularidades de sua **identidade** [...] é indispensável considerar que aqui o homem, diferentemente de todos os gêneros clássicos da literatura antiga, é um homem *particular, privado*” (BAKHTIN, 2018b, p. 42, grifo nosso em negrito, grifos do autor em itálico).

Também entendemos que seria relevante aprofundar os estudos sobre a memória discursiva e sua relação com a identidade. Nessa direção, o estudo da *entonação* parece ser um caminho produtivo. Também apontamos para a necessidade de investigar as diferenças no processo de construção discursiva de identidade pessoais e coletivas.

Para além disso, ampliar os estudos transversais e aproximar o diálogo com os Estudos Culturais pode ser produtivo para investigar a construção discursiva da identidade. Essas observações indicam que há muito a se explorar no universo de Bakhtin e o Círculo em relação ao estudo da identidade e esperamos que esta tese seja uma pequena contribuição nessa direção.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da trad. e trad. dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2016.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Apresentação Marlene Teixeira. Revisão técnica da trad. Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 - (Coleção Ensino Superior).
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2012. 155 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **O freudismo: um esboço crítico**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2017a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Org., trad., posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: A estilística (1930-1936)**. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017c.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018b.
- BAKHTIN, Mikhail. **O homem ao espelho**. Apontamentos dos anos 1940. Trad. Cecília Maculan Adum; Marisol Barenco de Mello; Maria Letícia Miranda. Consultoria e leitura do original russo: Ekaterina Vólkova Américo. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2019a.

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Org., trad., posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2019b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance III**: O romance como gênero literário. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2019c.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 6. ed. 5ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- BARBISAN, Leci Borges *et al.* Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação: panoramas das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 171-224.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Rev. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Rev. técnica Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 2006.
- BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**. Caxias do Sul, ano 3, n. 5, jan./jun. 2009, p. 141-151.
- BERNARDES, Elizete de Souza. O corpo da “verdadeira negra”: um signo estético. In: MIOTELLO, Valdemir *et al.* **Um ser expressivo e falante**, refletindo com Bakhtin e construindo uma leitura de vozes. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013, p. 41-53.
- BEZERRA, Paulo. Posfácio. In: BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Org., trad., posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BEZERRA, Paulo. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2011.
- BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.
- BRAIT, Beth; CAMPOS, Maria Inês Batista. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin e o Círculo**. 1. ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. Marxismo e filosofia da linguagem: a recepção de Bakhtin e o Círculo no Brasil. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. Port. 33–63 / Eng. 33, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/44560>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRANDIST, Craig. **Repensando o Círculo de Bakhtin**: novas perspectivas na história intelectual. Organização e notas de Maria Inês Campos e Rosemary H. Schettini. Trad. Helenice Gouvea e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (edição digital)

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coord. equipe de tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. Ed. 4ª reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

CORACINI, Maria José (org.). **Identidade & discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Chapecó, SC: Argos Editora Universitária, 2003.

CORDERO, Nestor-Luis. Introduction. *In*: PLATON, **Le Sophiste**. Paris: GF-Flammarion, 1993.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Tema. *In*: FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* *In*: **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2020a.

DI FANTI, M. da G. C. Notas sobre a alteridade em Bakhtin. *In*: PASCHOAL, Cristiano *et al.* (org.). **Círculo de Bakhtin**: alteridade, diálogo e dialética [livro eletrônico]. Porto Alegre: Polifonia: 2020b.

DUCROT, Oswald. **Estruturalismo e linguística**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Rev. técnica da trad. Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Prefácio. *In*: VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. Campinas: Unicamp, 2009.  
ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org. Michael Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas por Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FANJUL, Adrián Pablo. **A pessoa no discurso**: português e espanhol, novos olhares sobre a proximidade. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. O filólogo, o gramático e o linguista (2017). *In*: **Blog da Parábola Editorial**: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/en/blogs/tres-especialistas-que-nao-se-excluem>. Acesso em 09 maio 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. 1. ed. 5ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto. Apresentação. *In*: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (orgs.); BRAIT, Beth *et al.* **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1ª reimp. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. 2. ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

GRILLO, Sheila. Ensaio introdutório. *In*: VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad., notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

GRILLO, Sheila. Prefácio. *In*: MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. 1. ed. 1ª reimp. Tradução e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2019.

GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Glossário. *In*: VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad., notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Ensaio introdutório. *In*: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

HALL, Stuart. A redescoberta da ideologia: o retorno do recalcado nos estudos midiáticos. *In*: RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor (orgs.). **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.

- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- LACAN, J. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LAGARES, X. C. Qual política linguística? (2018). *In*: **Blog da Parábola Editorial**: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/en/blogs/qual-politica-linguistica>. Acesso em 09 maio 2018.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. 110p. (Fundamentos; 100).
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Contexto, 2013.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. 1. ed. 1ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATTOSO CAMARA JR. Joaquim. **Estrutura da língua portuguesa**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MEDVIÉDEV, I. P.; MEDVIÉDEVA, D. A. O Círculo de M. M. Bakhtin: sobre a fundamentação de um fenômeno. Traduzido por Ekaterina Vólkova Américo. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 9, p. Port. 26–46 / Eng. 28, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/11535>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. 1. ed. 1ª reimp. Tradução e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2019.
- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.
- MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Trad. Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

NEVES, M. H. de Moura. **Gramática na Escola**. 8. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. (Repensando a Língua Portuguesa).

PAVIANI, Jayme. Tópicos para uma leitura de O Sofista. **Revista Veritas**, v. 42, n. 4. Dez. 1997, pp. 937-943.

PLATÃO. **Diálogos I**: Teeteto (ou Do conhecimento), Sofista (ou Do ser), Protágoras (ou Sofistas). Trad., textos complementares e notas: Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2007.

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1991.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. Coord. Trad. Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto, 2011.

POSSENTI, Sírio. Dez observações sobre a questão do sujeito. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 27-35, 2003.

POSSENTI, Sírio. Aceitam tudo. Artigo publicado no site **Terra Magazine**, em 19/05/2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16649#terra>. Acesso em 09 maio 2019.

POSSENTI, Sírio. Analisar e opinar. Sem ler. Artigo publicado no site **Estadão Online**, em 22/05/2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,analisar-e-opinar-sem-ler-imp-,722479>. Acesso em 09 maio 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Trad. de Almiro Pisetta. *In*: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018 (2ª edição).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. 24ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Kelli. A construção da polêmica em ilustrações de Carol Rossetti: Enfoque dialógico. **Intersecções** – Edição 27 – Ano 12 – Número 1 – maio/2019 – p.8.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Contribuições dos estudos de gêneros do discurso para o estudo da língua. *In*: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges. **Enunciação e discurso**: tramas de sentidos. São Paulo: Contexto, 2012.

ROGUE, Christophe. **Compreender Platão**. 6. ed. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SÉRIOT, Patrick. **Volosinov e a filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOBRAL, Adail. Gêneros discursivos, posição enunciativa e dilemas da transposição didática: novas reflexões. **Letras de Hoje**, Alteridade, dialogismo e polifonia, v. 46, n. 1, 2011.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

SOBRAL, Adail. **A filosofia primeira de Bakhtin**: roteiro de leitura comentado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

SOUZA, Eliane Christina de. **Discurso e ontologia em Platão**: um estudo sobre o sofista. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2009. 208 p. (Coleção filosofia; 26).

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

TODOROV, T. Prefácio à edição francesa. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. 5ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. A Constituição no Padroado: contribuição à história da legislação colonial. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3599, 9 maio 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24376>. Acesso em: 15 out. 2021.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad., notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. *In*: VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios,



artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 109-146.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Tradução: José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZANDWAIS, Ana. Bakhtin/Voloshinov: condições de produção de Marxismo e filosofia da linguagem. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin e o Círculo**. 1. ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZIMERMAN, David E. **Os quatro vínculos**: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

## ANEXO A – Artigos e notas de repúdio analisados

**Data:** 23/05/2011

**Autor:** **Dante Lucchesi.** Dante Lucchesi é professor associado de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia e Pesquisador do CNPq

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16649>

### **Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista?**

Nos últimos tempos, a sociedade brasileira vem aprofundando seu caráter democrático, não apenas com a distribuição de renda promovida pela ação dos programas sociais do Governo Federal, como também no reconhecimento da diferença como parte do respeito à dignidade da pessoa humana. Hoje o racismo é tipificado como crime pelo Código Penal, e está em curso no Congresso Nacional um projeto de lei contra a homofobia. No plano da cultura, manifestações de matrizes historicamente marginalizadas, como a africana, estão plenamente integradas, como os blocos afros no Carnaval da Bahia, a capoeira e o Candomblé. Porém, o preconceito e a intolerância ainda predominam em um plano essencial da cultura: a língua.

Nada mais revelador a esse respeito do que a **comoção** provocada pelo livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação (MEC), para a educação de jovens e adultos. A **revolta** se concentra em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer algo como “os livro”, em certos contextos, mas que deveria empregar a forma padrão “os livros”, sobretudo em situações formais para não ser vítima do **preconceito linguístico**.

Foi o suficiente para que políticos, jornalistas, intelectuais e professores manifestassem toda a sua **perplexidade** e **indignação**. Até uma procuradora do Ministério Público Federal, no melhor estilo udenista da *Marcha com Deus pela Família*, ameaçou com processo os responsáveis pela edição e pela distribuição do livro. Argumentou-se que, sendo a missão da escola ensinar a “forma correta”, não podia admitir o uso da “forma errada”; e que à escola cabia ensinar a norma culta, e não a popular. Chama a atenção, em primeiro lugar, o **açodamento** e **leviandade** de alguns posicionamentos, que revelaram que seus autores **sequer se deram ao trabalho de ler o livro**.

A obra, da autoria da professora Heloísa Ramos, baseia-se em princípios racionais e imprescindíveis para um ensino eficaz da língua materna, tais como o de que “falar é diferente de escrever”. E reconhece que o português, como qualquer língua humana viva, admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina *variação linguística*. Informa ainda que a variação linguística reflete a estrutura da sociedade. No caso brasileiro, o cenário da variação social apresenta uma divisão entre uma **norma culta** e uma **norma**. O livro ainda alerta que, apesar de serem “eficientes como meios de comunicação”, as duas normas recebem uma avaliação social diferenciada, existindo “um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros”, mas que “esse preconceito não é de razão linguística, mas social”. Em vista disso, conclui que “o falante tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião”. Não há nada demais em tais afirmações. Os gramáticos mais esclarecidos reconhecem que o padrão da correção absoluta deve ser substituído pelo parâmetro da adequação relativa às diversas situações de uso da língua. É tão inadequado dizer “me dá menas tarefa” numa reunião formal de trabalho, quanto perguntar “poder-me-ia informar o preço desse

vegetal?” em uma feira livre. Como diz ainda o questionado livro, “um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”.

Informar ao aluno que a língua é plural e admite formas variantes de expressão, cada uma legítima em seu universo cultural específico, não é apenas a forma mais adequada de fazer com que o aluno conheça a realidade da sua língua, mas um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana. A pluralidade é o principal pilar de uma sociedade democrática, garantindo a diversidade de crenças, de opiniões, de comportamentos, de opções sexuais etc. Contudo, a diversidade linguística é vista sempre como uma ameaça, sem que as pessoas se deem conta do autoritarismo que tal visão dissemina.

A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para uma melhor inserção em uma sociedade de classes, dominada pelo letramento. E inclusive o livro em questão se apresenta como um instrumento adequado desse ensino, com seus exercícios de pontuação, do uso canônico dos pronomes e até do emprego das sacrossantas regras de concordância, que ousou desafiar, tocando em um aspecto nevrálgico da visão discricionária de língua que predomina na sociedade brasileira. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição *sine qua non* para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. A imposição de uma única forma de usar a língua, rechaçando as demais variedades como manifestações de inferioridade mental, é um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável.

Outro aspecto que chama atenção é o desconhecimento que predomina na sociedade sobre o ensino de língua portuguesa. Já há alguns anos que os livros didáticos contemplam a questão da variação linguística, e muitas escolas têm adotado essa visão mais pluralista e democrática de ensino de língua portuguesa com resultados muito positivos. Portanto, antes que se diga que a distribuição do livro é mais um ato de populismo do governo do PT, deve-se esclarecer que essa visão remonta ao governo FHC, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, que já diziam que “a imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre ‘o que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua” e alertavam que “o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença”.

Portanto, só a ignorância ou a má-fé podem explicar as manifestações de indignação e revolta que beiram a histeria, diante da distribuição de um livro tão pertinente, através do sistema democrático e republicano do Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante disso, importa saber quais são as razões mais profundas dessas reações. Em primeiro lugar, a língua ocupa uma posição *sui generis* na estrutura social. Em outras áreas do comportamento, as leis se seguem às práticas sociais. Na língua, ao contrário, as disposições governamentais, como no caso dos PCNs, estão muito à frente da visão dominante na sociedade, que é no geral dogmática e cheia de mitificações.

O linguista norte-americano William Labov fala do mito da Idade do Ouro, no qual as pessoas tendem a acreditar que a língua atingiu sua perfeição no passado e desde então só se tem deteriorado, e se afligem com as inovações que a cada dia ameaçam mais e mais a integridade do idioma, sendo as mais perigosas as violações perpetradas pela “gente inculta”. Porém, não se conhece uma única língua cujo funcionamento tenha sido

comprometido pelas mudanças que sofreu ao longo de seu devir histórico. As mudanças que afetaram o chamado *latim vulgar* da plebe romana deram origem ao português de Camões, ao espanhol de Cervantes e ao francês de Flaubert. E as “deteriorações” sofridas pela língua portuguesa desde o tempo de Camões não impediram que Pessoa escrevesse sua magistral obra poética. Além do que, muitos males que afligem hoje a língua, para a decepção de muitos, não constituem grande novidade. Os puristas ficam horrorizados com a linguagem desleixada da Internet, impregnada de abreviaturas. Pois as abreviaturas abundam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais.

Costuma-se correlacionar também complexidade gramatical com grau de civilização. Porém, muitas línguas indígenas brasileiras exibem uma morfologia muito mais complexa, inclusive marcando certas categorias gramaticais, como a evidencialidade (que informa a fonte de conhecimento do evento verbalizado), absolutamente ausentes na gramática das línguas europeias. Já muitas línguas africanas, em sua maioria ágrafas (sem escrita), exibem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo. E algumas línguas da Melanésia, de comunidades tribais, têm mais de cem formas pronominais, contra algumas poucas dezenas das principais línguas europeias, que têm mais de mil anos de tradição escrita. Ou seja, complexidade gramatical não tem qualquer correlação com grau de civilização. Nem se pode pensar que complexidade gramatical implica maior poder de expressão da língua.

Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for detido, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Ao contrário, a heterogeneidade da língua é que garante a sua unidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma língua funcionar tanto na feira livre quanto nos tribunais de justiça. Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a mesma língua não poderia funcionar em ambientes tão diversos, o que levaria inexoravelmente à sua fragmentação.

Impressiona o nível de ignorância que se observa em pleno século XXI em relação à língua. Qualquer pessoa minimamente informada já ouviu falar de Freud, Lévi-Strauss e Max Weber, tem alguma ideia sobre o que seja o Complexo de Édipo e o Tabu do Incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores, ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio, mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como aberrações. Aliás, a visão de que a forma superior da língua é aquela dos escritores clássicos é contemporânea do sistema de Ptolomeu, de que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a *Revolução de Copérnico* não chegou ainda à língua.

Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente papel político crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe. Ao longo dos tempos, a língua tem constituído um poderoso instrumento de dominação e de construção da hegemonia das classes dominantes. A construção dos estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um dos seus apoios mais eficazes, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas. E o preconceito contra as formas de expressão das classes populares constitui um poderoso instrumento de legitimação ideológica da exploração desses segmentos. Na medida em que o preconceito viceja na ignorância, pode-se entender por que é tão importante impedir que uma visão isenta e cientificamente fundamentada da língua tenha uma grande circulação na sociedade.

Em um programa televisivo sobre o polêmico livro, um conhecido jornalista inquiriu uma entrevista alegando que a concordância gramatical seria imprescindível para o raciocínio lógico. Se fosse assim, os norte-americanos, australianos e ingleses deveriam enfrentar dificuldades significativas, porque o inglês é uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal. Ao contrário, a grande maioria dos artigos científicos é escrita na atualidade em inglês, e as universidades inglesas e norte-americanas figuram entre as melhores do mundo. Em inglês, se diz: *I work, you work, he works, we work, you work, they work*. Na linguagem popular do Brasil, se diz: *eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha*. Nas duas variedades linguísticas, só uma pessoa do discurso recebe marca específica, mas o inglês é a língua da globalização e da modernidade, enquanto o português popular do Brasil é língua de gente ignorante, que não sabe votar. Fica evidente que o valor das formas linguísticas não é intrínseco a elas, mas o resultado da avaliação social impingida aos seus usuários.

Ao contrário do que pensa o jornalista, a concordância não é um requisito para o raciocínio lógico. Até porque as regras de concordância são mecanismos gramaticais que não interferem na comunicação verbal, tanto que é indiferente dizer “nós pegamos os peixes” ou “nós pegou os peixe”. A informação veiculada é a mesma. Em função disso, esses mecanismos costumam ser muito afetados em determinados processos históricos como aqueles por que passaram o inglês, o português no Brasil e o francês, que, mesmo com a erosão na oralidade de suas marcas de concordância, não deixou de se tornar a língua de cultura do mundo ocidental no século XIX.

Porém, na recente história política deste país, a concordância teve uma posição de destaque, quando a imprensa conservadora questionava a capacidade do Presidente Lula, invocando, entre outras coisas, os seus “erros de português”. O preconceito linguístico nada mais era do que a expressão de um preconceito mais profundo das elites econômicas que não podiam admitir que um torneiro mecânico ocupasse o cargo de maior mandatário da República. O sucesso e as conquistas alcançadas pelo Governo Lula, tanto no plano interno quanto externo, só vieram a confirmar que, tanto um preconceito quanto outro, não tinham o menor fundamento.

Mas, vale tudo para desqualificar a linguagem popular, até dizer o disparate de que ela “é caótica e sem regras”, como afirmou, há alguns anos, uma jornalista da imprensa conservadora. Desde 1957, com as publicações dos trabalhos do linguista norte-americano Noam Chomsky, sabe-se que a **Faculdade da Linguagem** é uma propriedade universal da espécie humana, de modo que qualquer frase produzida por um falante de qualquer língua natural, seja ele analfabeto ou erudito, é gerada por um sistema mental de regras tão sofisticado que mesmo o computador mais poderoso já produzido é incapaz de fazer o que qualquer indivíduo faz trivialmente: falar sua língua nativa.

Nesse contexto, é possível compreender o quanto é subversivo (ou seja, transformador) distribuir amplamente um livro didático que reconhece a diversidade linguística e a legitimidade da linguagem popular. É muito revelador o depoimento do eminente gramático Evanildo Bechara, divulgado no portal UOL, na Internet, em 18/05/2011. Numa crítica à orientação dos PCNs, que ele considera um “erro de visão”, afirma: “Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social”. É impressionante que se diga que “não cabe em sala de aula” fornecer elementos para o aluno “compreender [a língua] como [ela] é”. É como dizer que o darwinismo não cabe em sala de aula, devendo o ensino da biologia ser orientado pelos princípios do criacionismo. Acenando com a cenoura da “ascensão social”, Bechara quer limpar o terreno do ensino para os normativistas legislarem arbitrariamente sobre a língua, como têm

feito até então. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais de qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada aos ambientes científicos. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão dogmática e obscurantista de que existe uma única forma de falar e escrever, enquanto as demais devem ser vistas como deteriorações produzidas por mentes inferiores.

Os problemas dessa visão dogmática e discriminatória do ensino de língua portuguesa se agravam com a **tensão** que existe no país em relação à *norma de correção linguística*. O linguista Marcos Bagno tem demonstrado que estruturas como “o jogador custou a chutar” e outras que os gramáticos tradicionais e midiáticos, como Pasquale Cipro Neto, afirmam não pertencer à norma culta são recorrentes nos textos de escritores consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Isso demonstra que, no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a *norma padrão* – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a *norma culta* – forma da língua concretamente usada pelas pessoas consideradas cultas, advogados, jornalistas, escritores etc. Ao empregar as duas expressões como sinônimas, Pasquale e os normativistas buscam dar às suas prescrições uma legitimidade que elas não têm, porque se apoiam numa equivalência que está longe de existir.

A tensão entre a norma padrão e a norma culta é normal em qualquer sociedade letrada, na medida em que a norma padrão constitui uma forma fixa e idealizada de língua a partir da tradição literária, enquanto a norma culta, constituída pelas formas linguísticas efetivamente em uso está sempre se renovando. Porém, no Brasil o desacordo entre as duas é grave desde as origens do estado brasileiro. A independência política do Brasil, ocorrida em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nacionalistas, que tinham no índio tupi o grande símbolo da nacionalidade. Contudo, escritores que abraçaram a temática indigenista e nacionalista que tentaram adequar a linguagem portuguesa à nova realidade cultural do Brasil, como José de Alencar, foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical.

Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura. Se os elementos representativos da brasilidade deveriam ser adotados, derrubando os símbolos da velha ordem colonial, a linguagem brasileira era vista como imprópria e corrompida, devendo continuar a prevalecer a língua da antiga Metrópole portuguesa. A vitória dos puristas representou a vitória de um projeto elitista e excludente na formação do estado brasileiro. E a base racista desse projeto fica clara neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897: *A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.*

A vassalagem linguística à ex-metrópole implicou a adoção do modelo da língua de Portugal na normatização linguística no país, com graves consequências, como o generalizado sentimento de insegurança linguística que aflige todos segmentos da sociedade brasileira, mesmo os mais escolarizados. É comum ouvir afirmações do tipo “o português é uma língua complexa”, ou “o brasileiro não sabe falar português”. E não poderia ser diferente porque a tradição gramatical brasileira exige que os brasileiros escrevam, ou até mesmo falem, com a sintaxe portuguesa, o que é impraticável, porque a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no

Brasil, em um processo que, por vezes, assume direções distintas, ou mesmo contrárias, em cada um dos lados do Oceano Atlântico.

Uma das mais notáveis dessas mudanças foi a violenta redução das vogais átonas da língua em Portugal, fazendo com que os portugueses pronunciem *telefone* como *tlefone*, o que confere ao português europeu contemporâneo uma sonoridade, que é menos românica do que germânica, ou mesmo eslava. Já no Brasil pronuncia-se *téléfoni* ou *têlêfoni* (consoante a região), tendo ocorrido o inverso: o fortalecimento das vogais pretônicas. Essa mudança acabou por repercutir em outros níveis da estrutura da língua, de modo que em Portugal se generalizou o uso da ênclise, até nos casos em que, na língua clássica, era obrigatório o uso da próclise (e.g., *O João disse que feriu-se; Não chegou-se a um acordo*), enquanto no Brasil emprega-se normalmente a próclise até nos contextos vedados pela tradição (e.g., *Me parece que ela não veio*).

Para além da insegurança linguística, a adoção de uma norma adventícia no Brasil produz também verdadeiros absurdos pedagógicos. Toda gramática normativa brasileira tem um capítulo dedicado à colocação pronominal, que se inicia invariavelmente com a afirmação “a colocação normal do pronome átono é a ênclise”; ao que se seguem mais de vinte regras indicando onde se deve usar a próclise (em orações subordinadas, depois de palavras negativas, após alguns advérbios etc.). Tal gramática serve a um estudante português, que usa normalmente a ênclise e pode aprender quais são os contextos excepcionais onde a tradição recomenda o uso da próclise, mas não tem a menor serventia para um estudante brasileiro, que já usa normalmente a próclise. Para ter algum valor pedagógico, o texto da gramática brasileira deveria ter a seguinte feição: “a colocação normal do pronome átono no Brasil é a próclise; entretanto, para se adequar à tradição, deve-se evitar essa colocação em início de período e após uma pausa”.

Esses equívocos se exacerbam dentro da visão tradicional que restringe o ensino de língua portuguesa à prescrição do uso de formas anacrônicas, quando o ensino da língua deve ser muito mais amplo que isso, concentrando-se em práticas criativas que capacitem o aluno a produzir e interpretar textos, dominar os diversos gêneros textuais e identificar os mais variados sentidos e valores ideológicos que as produções verbais assumem em cada situação específica; ao que se deve somar uma informação propedêutica acerca da diversidade da língua.

Pode-se entender, assim, porque uma entidade conservadora e anacrônica, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), se juntou às vozes recalcitrantes, criticando o livro de português do MEC em uma nota oficial, na qual afirma: “Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos”. Mais uma vez, a ladainha de que a escola e a sociedade devem ser privadas de uma visão científica (ou seja, realista) da língua, ficando à mercê de toda a arbitrariedade normativista, inclusive aquela que impõe uma norma de correção adventícia e absolutamente estranha à realidade linguística do país.

Fica evidente também que essa virulenta reação ao livro de português do MEC não se justifica como defesa de um ensino mais eficaz de língua portuguesa. Um modelo antiquado, que privilegia a imposição de formas linguísticas adventícias e/ou anacrônicas, está longe de ser o mais eficaz. Não é a correção de “assistir o espetáculo” por “assistir ao espetáculo” que vai fazer o aluno escrever melhor. Um ensino eficaz de língua materna incorpora a bagagem cultural do aluno, promovendo uma ampla prática de leitura e produção de textos nas mais variadas situações de comunicação, desenvolvendo também sua capacidade de reconhecer os diversos sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação. Nesse ensino, é imprescindível promover a consciência acerca

da diversidade linguística como reflexo inexorável da variedade cultural. E esta formação cidadã para o respeito à diferença não entra em contradição com o ensino da norma culta, que deve permanecer. O que está em jogo, na verdade, é a opção por um ensino discriminatório e arbitrário, baseado no preconceito e no dogma, ou por um ensino crítico e pluralista, baseado no conhecimento científico acumulado até os dias de hoje, como ocorre na física, na matemática, na geografia, etc. Por que se deve privar os alunos do conhecimento científico da língua, reduzindo a disciplina língua portuguesa a um mero curso de etiqueta gramatical?

Se o projeto purista venceu no século XIX, com as nefastas consequências que hoje se descortinam, resta saber se, no limiar do século XXI, a sociedade brasileira perpetuará o velho projeto arbitrário e conservador, ou encampará um projeto democrático e pluralista para o ensino de língua portuguesa, em consonância com que o corre em outros planos da cultura. Será que mais uma vez a língua restará isolada, como terreno do dogma e do preconceito?

---

**Publicação: O Globo**

**Data: 23/05/2011**

**Autor: Marcos Bagno** é linguista, escritor, tradutor e professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília.

**Uma falsa polêmica**

A discussão em torno do livro didático "Por uma vida melhor" nos revela, para começar, a patente ignorância que impera nos nossos meios de comunicação a respeito de língua e de ensino de língua. Ignorância porque o tratamento da variação linguística, como fenômeno inerente a toda e qualquer língua humana, está presente no currículo educacional há pelo menos quinze anos, desde que foram publicados, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais, na primeira gestão do professor Paulo Renato à frente do Ministério da Educação. Esse dado factual já deixa evidente que a acusação de que "isso é coisa de petistas" que querem "ensinar a falar errado como o Lula" não tem o menor fundamento, a não ser, de novo, a cabal ignorância dos que a pronunciam. Ao fazer tanto alarde em torno de algo que para os educadores é uma prática já consolidada, essa falsa polêmica, na verdade, é mero pretexto para os que se empenham em reunir mais munição para desacreditar o governo da presidente Dilma Rousseff: os mesmos que, amparados pela grande mídia (comprometida até as entranhas com os interesses das elites de um país campeão mundial das desigualdades), tornaram a última campanha presidencial um desfile de mentiras grotescas. Por isso, é melhor procurar em outro canto, porque aqui a "culpa" não é deste governo, mas vem de muito antes.

O mais chocante nesse caso é a facilidade leviana com que muitas pessoas têm abordado a questão. Só de terem ouvido falar do caso, elas se acham suficientemente municiadas para fazer comentários. Muitas deixam evidente que nunca viram a cor do livro didático mencionado e que falam da boca para fora, inspiradas única e exclusivamente em suas crenças e superstições sobre o que é uma língua e o que significa ensiná-la. Dizer que o livro "ensina a falar errado" é uma inverdade sem tamanho. O livro apenas quer fazer o trabalho honesto de apresentar a seus usuários a realidade do português brasileiro em suas múltiplas variedades. Será que vamos ter de excluir dos livros de História toda menção à escravidão porque hoje é "errado" promover o trabalho escravo? Ao abordar a escravidão o livro de História por acaso está "ensinando" alguém a escravizar outros seres humanos?

Muitos bons resultados têm sido obtidos na educação de jovens e adultos quando, como preparação do terreno para ensinar a eles as normas prestigiadas de falar e de escrever, lhes mostramos que seu próprio modo de



falar não é absurdo nem ilógico, mas tem uma gramática própria, segue regras tão racionais quanto as que vêm codificadas pela tradição normativa. Aliás, as regras das variedades populares são, muitas vezes, bem mais racionais do que as regras normatizadas. Criando-se assim um ambiente acolhedor e culturalmente sensível, o aprendizado da tão reverenciada "norma culta" se torna menos traumático do que sempre foi.

O repúdio ao tratamento da variação linguística na sala de aula é, como sempre, o secular repúdio que nossas elites sempre têm manifestado contra tudo o que "vem de baixo" e contra todo esforço de democratização efetiva da nossa sociedade.

Artigo

**Publicação: Estadão Online**

**Data: 22/05/2011**

**Autor: Sírio Possenti** - Sírio Possenti é professor do Departamento de Linguística / Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e autor de questões para analistas de discurso e a Língua na Mídia (parábola).

**Analisar e opinar. Sem ler**

Bateram duro em um livro com base na leitura de apenas uma das páginas de um dos capítulos. Cesse tudo o que a musa antiga canta / que outro valor mais alto se alevanta (...) dai-me uma fúria grande e sonora / e não de agreste avena ou fruta ruda / mas de tuba canora e belicosa (*Os Lusíadas*, Canto I).

O jornalismo nativo teve uma semana infeliz. Ilustres colunistas e afamados comentaristas bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos. Houve casos em que nem entrevistado nem entrevistador conheciam o teor da página, mas apenas uma nota que estava circulando (meninos, eu ouvi). Nem por isso se abstiveram de "analisar". Só um exemplo, um conselho e uma advertência foram considerados. E dos retalhos se fez uma leitura enviesada. Se fossem submetidos ao PISA, a classificação do país seria pior do que a que tem sido.

Disseram que o MEC distribuiu um livro que ensina a falar errado; que defende o erro; que alimenta o preconceito contra os que falam certo. Mas o que diz o capítulo?

a) que há diferenças entre língua falada e escrita. É só um fato óbvio. Quem não acredita pode ouvir os próprios críticos do livro em suas intervenções, que estão nos sites (não é uma crítica: eles abonaram a constatação do livro);

b) que cada variedade da língua segue regras diferentes das de outra variedade. O que também é óbvio. Qualquer um pode perceber que os livros, as casas, as garrafas seguem uma regra, um padrão. São regulares: plural marcado só no primeiro elemento. Consta-se ouvindo ou olhando, como se constata que tucanos têm bico desproporcional. Ninguém diz que está errado; todos os tucanos têm bico igual, é seu bico regular, seu bico "certo";

c) que há diferenças entre língua falada e escrita, que não se restringem à gramática, mas atingem a organização do texto (um teste é gravar sua fala, e transcrever; quem pensa que fala como escreve leva sustos);

d) que na fala e na escrita há níveis diferentes: não se escreve nem se fala da mesma maneira com amigos e com autoridades (William Bonner acaba de dizer "vamo lá sortia a próxima cidade". Houve outros dados notáveis nos estúdios: "onde fica as leis da concordância?" e "a língua é onde nos une"...);

e) deve-se aprender as formas cultas da língua: todo o capítulo insiste na tese (é bem conservador!) e todos os exercícios pedem a conversão de formas faladas ou informais em formas escritas e formais.

O que mais se pode querer de um livro didático? Então, por que a celeuma? Tentarei compreender.

Foram três as passagens do texto que causaram a reação. O restante não foi comentado.

Uma questão refere-se ao conceito de regra: quem acha que gramática quer dizer gramática normativa toma o conceito de regra como lei e o de lei como ordem: deve-se falar / escrever assim ou assado; as outras formas são erradas. Mas o conceito de regra / lei, nas ciências (em lingüística, no caso), tem outro sentido: refere-se à regularidade (matéria atrai matéria, verbos novos são da primeira conjugação etc.). Os livro segue uma regra. E uma gramática é conjunto de regras, também descritivas.

Outro problema foi responder "pode" à pergunta se se pode dizer os livro. "Pode" significa possibilidade (pode chover), mas também autorização (pode comer buchada). No livro, "pode" está entre possibilidade e autorização. Foi esta a interpretação que gerou as reações. Além disso, comentaristas leram "pode" como "deve". E disseram que o livro ensina errado, que o errado agora é certo (a tese ganhou a defesa de José Sarney!).

A terceira passagem atacada foi a advertência de que quem diz os livro pode ser vítima de preconceito. Achou-se que não há preconceito lingüístico. Mas a celeuma mostra que há, e está vivíssimo. Uma prova foi a associação da variedade popular ao risco do fim da comunicação. Li que o português "correto" é efeito da evolução (pobre Darwin!). Ouvi que a escrita (!) separa os homens dos animais!

Esse discurso quer dizer que "eles" não pensam direito. O curioso é que os comentaristas são todos letrados, falam várias línguas. Mas não se dão conta de que um inglês diz THE BOOKS, e que a falta de um plural não constitui problema; que um francês diz LE LIVR(e), para les livres, e que a falta dos "ss" não impede a veiculação do sentido "mais de um".

Mas pior que a negação do preconceito foi a leitura segundo a qual o livro estimula o preconceito contra os que falam ""certo"", discurso digno de Bolsonaro, embora em outro domínio: foi o nobre deputado que entendeu a defesa dos homossexuais como um ataque aos heterossexuais. Um gênio da hermenêutica!

Mas há um problema ainda mais grave do que todos esses. De fato, ele é sua origem. Eles não defendem a gramática. Nossos "intelectuais" não conhecem gramáticas. Nunca as leram inteiras, incluindo as notas e citações, e considerando as discordâncias entre elas (acham que as adjetivas explicativas "vêm" entre vírgulas!). Eles conhecem manuais do tipo "não erre" (da redação etc.), que são úteis (tenho vários, para usar, mas também para rir um pouco) como ferramentas de trabalho em certos ambientes, em especial para defensores da norma culta que não a dominam.

Mas o suprassumo foi a insinuação de que o livro seria a defesa da fala "errada" de Lula. Ora, este tipo de estudo se faz há pelo menos 250 anos, desde as gramáticas históricas. Alguns acharam que estas posições são de esquerda. Não são! Os "esquerdistas" detestam os estudos variacionistas. Consideram-nos funcionalistas, vale dizer, burgueses. Por que defendê-los, então? Porque permitem que os estudos de língua cheguem pelo menos à época baconiana (Bacon é o nome do autor do *Novum Organon*, um cara do século XVI. Não é toucinho defumado).

Sírio Possenti é professor do Departamento de Linguística / Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e autor de questões para analistas de discurso e a Língua na Mídia (parábola).

---

Artigo

**Publicação: O Globo**

**Data: 21/05/2011**

**Autor: José Miguel Wisnik** – José Miguel Soares Wisnik é professor de Teoria Literária na USP.

**“Dona Norma”**

O imbróglio da vez é a discussão sobre o manual de ensino da língua portuguesa distribuído pelo MEC, chamado "Para uma vida melhor", da autoria de Heloisa Ramos. Li na imprensa, vi nos blogs e ouvi no rádio do carro vozes, desde sentenciosas a sardônicas e sarcásticas, dizendo que se tratava de uma descarada proposta de ensino do português pelo método invertido, preconizando o erro de concordância, o desvio sintático e o assalto à gramática. Criticava-se a adoção do "lulês" como idioma oficial da escola brasileira. Leio o capítulo do livro em questão e vejo, no entanto, que a autora se dedica nele, a maior parte do tempo, a mostrar a importância da pontuação, da concordância e da boa ortografia na língua escrita. Onde está o erro?

Bater em teclas equivocadas é quase uma praxe do debate cultural corrente, com ou sem rendimento político imediato. Na verdade, o livro assume, para efeitos pedagógicos, uma noção que se tornou trivial para estudantes de Letras desde pelo menos quando eu entrei no curso, em 1967. Os estudos linguísticos mostravam que a prática das línguas é sujeita a muitas variantes regionais, sociais, e que a chamada "norma culta", preconizada pelos gramáticos, é uma entre outras variantes da língua, não necessariamente a mais, ou a única "correta". Desse ponto de vista, científico e não normativo, procura-se contemplar a multiplicidade das falas, reconhecidas na sua eficácia comunicativa, sem privilegiar um padrão verbal ditado pelos segmentos letrados como único a ser seguido.

Discutirei adiante algumas consequências pedagógicas disso. Mas a que me parece inquestionável, e adotada com propriedade no livro de Heloisa Ramos, é a importância de não se estigmatizar os usos populares da língua, reconhecendo em vez disso a validade do seu funcionamento. É nessa hora que ela dava como exemplo a famigerada frase "Nós pega o peixe", ou, então, "Os menino pega o peixe". A autora não diz que é assim que se deve escrever. Mas também não deprecia a expressão: preconceitos à parte, é preciso reconhecer que no seu uso comum a frase funciona, porque a marca do plural no pronome ou no artigo é suficiente para indicar que a ação é exercida por um conjunto de meninos, e não por um só. Desse ponto de vista, eminentemente pragmático, nenhum erro.

A seguir, no mesmo espírito pragmático, o livro afirma claramente a importância de que a escola promova o domínio da norma culta, ligado à língua escrita, justificado pela sua necessidade em situações específicas (aqui virá a minha discordância). Dá exemplos de como corrigir um texto mal escrito, mostrando, dentro dos melhores critérios, como ele deve ganhar coesão interna, articulação sintática, clareza nos seus recortes (pontuação) e seguir os critérios ortográficos.

A grita contra o livro, por aqueles que, imagino, não o leram, é uma estridente confirmação, em primeiro lugar, daquilo que o próprio livro diz e, em segundo lugar, daquilo que ele não diz, mas que deveria dizer. Afirmar cegamente, com alarme e com alarde, que o livro é um atentado, tornado oficial, à língua portuguesa, pelo respeito

localizado que ele dá às variantes populares de fala que não usam extensivamente as flexões, isto é, as normas letradas de concordância, é um sintoma ignorante e disseminado de que se concebe a língua como um instrumento de prestígio, de privilégio e de poder.

Mais que isso, a defesa exaltada e capciosa da suposta correção linguística, desconsiderando todo o resto, é uma desbragada demonstração de ignorância em nome da denúncia da sua perpetuação. Culta, neste caso, é de uma incultura cavalariço. O tom desinformado e espalhafatoso da denúncia encobre, mal, aquilo de que ele tenta fugir: o nosso analfabetismo crônico, difuso, contagiante.

Hélio Schwartsman, em compensação, assim como Cristovão Tezza no programa de Monica Waldvogel, disseram coisas importantes e equilibradas. Hélio lembra que a passagem do latim às línguas românicas, o português incluído, só se deu graças às províncias que passaram a falar um latim tecnicamente estropeado, sem as suas declinações clássicas. Sem essa dinâmica e o correspondente afrouxamento flexional, estaríamos até hoje falando latim e usando as cinco declinações.

O inglês, por sua vez, é muito menos flexional que o português. A frase "*the boys get the fish*", por exemplo, que funciona perfeitamente para marcar o plural, é, do ponto de vista estrutural, uma espécie de "nós pega o peixe" institucionalizado. O horizonte do pragmatismo é o que me parece estreito, no entanto, no livro do MEC. O domínio da norma culta é justificado, nele, para que o falante tenha "mais uma variedade" linguística à sua disposição, para que não sofra preconceito, para que se desincumba em situações formais que assim o exigem. É muito pouco. A norma culta não é nem um mero adereço de classe nem apenas uma variedade à disposição do aluno para ele usar diante de autoridades ou para preencher requerimentos. A educação pela língua não pode ser pensada apenas como um instrumento de adaptação às contingências. A escrita é um equipamento universal de apuro lógico, que está embutido na estrutura de uma língua dada. Mergulhar nela e nas exigências que lhe são inerentes é um processo de autoconsciência e um salto mental de grandes consequências.

Não se pode fazer por menos. Além de "Para uma vida melhor", tem que ser também "Para uma vida maior". Bater em teclas equivocadas é quase uma praxe do debate cultural corrente.

José Miguel Soares Wisnik é professor de Teoria Literária na USP.

Nota

**Publicação: Site da Associação Brasileira de Linguística (Abralin)**

**Data: 20/05/2011**

**Autora: Maria José Foltran, Presidente da Abralin**

**Nota da Associação Brasileira de Linguística**

Prezados associados,

A Abralin comunica que se pronunciará em relação à polêmica do livro didático. Ainda hoje, encaminharemos a várias assessorias de imprensa um posicionamento. Estamos também negociando com um jornal de veiculação nacional a publicação de uma matéria paga. Adiantamos, abaixo, aos nossos associados, o texto que resume o posicionamento da Abralin. Entendemos que estamos assim retratando adequadamente o pensamento dos linguistas. Por questões práticas, esse texto ainda pode sofrer cortes.

### **Língua e Ignorância**

Nas duas últimas semanas, o Brasil acompanhou uma discussão a respeito do livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até histéricos, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA - ABRALIN - vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o posicionamento dos linguistas, pouco ouvidos até o momento. Curiosamente é de se estranhar esse procedimento, uma vez que seria de se esperar que estes fossem os primeiros a serem consultados em virtude da sua expertise. Para além disso, ainda, foram muito mal interpretados e mal lidos.

O fato que, inicialmente, chama a atenção foi que os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas. Vale notar que o livro acata orientações dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) em relação à concepção de língua/linguagem, orientações que já estão em andamento há mais de uma década. Além disso, não somente este, mas outros livros didáticos englobam a discussão da variação linguística com o intuito de ressaltar o papel e a importância da norma culta no mundo letrado. Portanto, em nenhum momento houve ou há a defesa de que a norma culta não deva ser ensinada. Ao contrário, entende-se que esse é o papel da escola, garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens culturais, ou seja, garantir o pleno exercício da cidadania. Esta é a única razão que justifica a existência de uma disciplina que ensine língua portuguesa a falantes nativos de português.

A linguística se constituiu como ciência há mais de um século. Como qualquer outra ciência, não trabalha com a dicotomia certo/errado. Independentemente da inegável repercussão política que isso possa ter, esse é o posicionamento científico. Esse trabalho investigativo permitiu aos linguistas elaborar outras constatações que constituem hoje material essencial para a descrição e explicação de qualquer língua humana.

Uma dessas constatações é o fato de que as línguas mudam no tempo, independentemente do nível de letramento de seus falantes, do avanço econômico e tecnológico de seu povo, do poder mais ou menos repressivo das Instituições. As línguas mudam. Isso não significa que ficam melhores ou piores. Elas simplesmente mudam. Formas linguísticas podem perder ou ganhar prestígio, podem desaparecer, novas formas podem ser criadas. Isso sempre foi assim. Podemos ressaltar que muitos dos usos hoje tão cultuados pelos puristas originaram-se do modo de falar de uma forma alegadamente inferior do Latim: exemplificando, as formas “*noscum*” e “*voscum*”, estigmatizadas por volta do século III, por fazerem parte do chamado “latim vulgar”, originaram respectivamente as formas “*conosco*” e “*convosco*”.

Outra constatação que merece destaque é o fato de que as línguas variam num mesmo tempo, ou seja, qualquer língua (qualquer uma!) apresenta variedades que são deflagradas por fatores já bastante estudados, como as diferenças geográficas, sociais, etárias, dentre muitas outras. Por manter um posicionamento científico, a linguística não faz juízos de valor acerca dessas variedades, simplesmente as descreve. No entanto, os linguistas, pela sua experiência como cidadãos, sabem e divulgam isso amplamente, já desde o final da década de sessenta do século passado, que essas variedades podem ter maior ou menor prestígio. O prestígio das formas linguísticas está sempre relacionado ao prestígio que têm seus falantes nos diferentes estratos sociais. Por esse motivo, sabe-se que o desconhecimento da norma de prestígio, ou norma culta, pode limitar a ascensão social. Essa constatação fundamenta o posicionamento da linguística sobre o ensino da língua materna.

Independentemente da questão didático-pedagógica, a linguística demonstra que não há nenhum caos linguístico (há sempre regras reguladoras desses usos), que nenhuma língua já foi ou pode ser “corrompida” ou

“assassinada”, que nenhuma língua fica ameaçada quando faz empréstimos, etc. Independentemente da variedade que usa, qualquer falante fala segundo regras gramaticais estritas (a ampliação da noção de gramática também foi uma conquista científica). Os falantes do português brasileiro podem fazer o plural de “o livro” de duas maneiras: uma formal: os livros; outra informal: os livro. Mas certamente nunca se ouviu ninguém dizer “o livros”. Assim também, de modo bastante generalizado, não se pronuncia mais o “r” final de verbos no infinitivo, mas não se deixa de pronunciar (não de forma generalizada, pelo menos) o “r” final de substantivos. Qualquer falante, culto ou não, pode dizer (e diz) “vou comprá” para “comprar”, mas apenas algumas variedades diriam 'dô' para 'dor'. Estas últimas são estigmatizadas socialmente, porque remetem a falantes de baixa extração social ou de pouca escolaridade. No entanto, a variação da supressão do final do infinitivo é bastante corriqueira e não marcada socialmente. Demonstra-se, assim, que falamos obedecendo a regras. A escola precisa estar atenta a esse fato, porque precisa ensinar que, apesar de falarmos “vou comprá” precisamos escrever “vou comprar”. E a linguística ao descrever esses fenômenos ajuda a entender melhor o funcionamento das línguas o que deve repercutir no processo de ensino.

Por outro lado, entendemos que o ensino de língua materna não tem sido bem sucedido, mas isso não se deve às questões apontadas. Esse é um tópico que demandaria uma outra discussão muito mais profunda, que não cabe aqui. Por fim, é importante esclarecer que o uso de formas linguísticas de menor prestígio não é indício de ignorância ou de qualquer outro atributo que queiramos impingir aos que falam desse ou daquele modo. A ignorância não está ligada às formas de falar ou ao nível de letramento. Aliás, pudemos comprovar isso por meio desse debate que se instaurou em relação ao ensino de língua e à variedade linguística.

---

Nota

**Publicação: Site da Associação Brasileira de Linguística Aplicada do Brasil (Alab)**

**Data: 20/05/2011**

**Autora: Paula Tatianne Carréra Szundy, Presidente da ALAB, biênio UFRJ 2009-2011**

### **Polêmica em relação a erros gramaticais em livro didático de Língua Portuguesa revela incompreensão da imprensa e população sobre a atuação do estudioso da linguagem**

A divulgação da lista de obras aprovadas pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) para o ensino da língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA) provocou verdadeiro celeuma na imprensa e comunidade acadêmica sobre a aprovação de obras com “erros” de língua portuguesa. Frases como “Nós pega o peixe”, “os menino pega o peixe”, “Mas eu posso falar os livro” e outras que transgridem a norma culta, publicadas no livro Por uma Vida Melhor, aprovado pelo PNLD e distribuído em escolas da rede pública pelo MEC, causaram a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras.

O grande incômodo, relacionado ao fato do livro relativizar o uso da norma culta, substituindo a concepção de “certo e errado” por “adequado e inadequado”, retrata a incompreensão da imprensa e população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem.

A polêmica em torno deste relativismo, assim como a interpretação deturpada de pesquisas na área da linguagem, não é nova. Em novembro de 2001, na reportagem de capa da Revista Veja, intitulada “Falar e escrever bem, eis a questão”, Pasquale Cipro Neto dirigiu-se ofensivamente a pesquisadores da área de linguagem que defendem a integração de outras variedades no ensino de língua portuguesa como uma corrente relativista e esquerdistas de meia pataca, idealizadores de “tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do "povo" (Fonte, Veja Online, consultada em 20.05.2011).

Mais de uma década após a publicação dos PCN e da instituição do PNLD de Língua Portuguesa, ambos frutos das pesquisas destes estudiosos relativistas, a imprensa e população continua a interpretar de forma deturpada a proposta de ensino defendida nas diretrizes curriculares e transpostas didaticamente nas coleções aprovadas no PNLD.

Tal deturpação ressalta um problema sério de leitura, muito provavelmente decorrente da prática cristalizada historicamente de se ensinar a gramática pela gramática, de forma abstrata e não situada. Pois, ao situar e inscrever as frases incorretas responsáveis por tanto desconforto no contexto concreto em que foram enunciadas, fica clara a intenção da autora de mostrar que precisamos adequar a linguagem ao contexto e optar pela variante mais adequada à situação de comunicação, preceito básico para participação nas diversas práticas letradas em que nos engajamos no mundo social.

Assim, ao contrário de contribuir para uma agenda partidária de manutenção da ignorância, acusação levemente imputada ao livro e ao PNLD (e, portanto, aos estudiosos da linguagem), os “erros” em questão, se interpretados contextualizadamente e explorados de forma interessante em sala de aula, contribuem para o desenvolvimento da consciência linguística, mostrando que apesar de todas as variantes serem aceitáveis, o domínio da norma culta é fundamental para efetiva participação nas diversas atividades sociais de mais prestígio.

Se, portanto, situarmos a linguagem, não há razão para polêmica ou desconforto e a crítica daqueles preocupados em garantir o ensino da norma culta torna-se absolutamente nula, sem sentido. O niilismo desta crítica está claramente estampado no enunciado de Pasquale, citado naquela reportagem de uma década: "Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar", irrita-se Pasquale. "Falar bem significa ser poliglota dentro da própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho". (Fonte, Veja Online, consultada em 20.05.2011)

A relativização veementemente criticada parece, por fim, ter sido tomada como verdade no interior do mesmo enunciado. Dez anos depois vemos em livros didáticos a possibilidade de formar políglotas na língua materna. Isso é, sem dúvida, um progresso. Resta ainda melhorar as leituras da população sobre os estudos situados da linguagem.

Neste sentido, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil, expressa seu repúdio a atitude autoritária e unívoca de vários veículos da imprensa em relação à concepção deturpada de “erro” e convida seus membros a se posicionarem nestes veículos de forma mais efetiva e veemente sobre questões relacionadas a ensino de línguas e políticas linguísticas, construindo leituras mais situadas, persuasivas e plurilíngues.

Indicamos abaixo o link para a notícia citada de 2001, assim como outros artigos e vídeos com o posicionamento de estudiosos da linguagem acerca da polêmica com os livros didáticos de LM.

Paula Tatianne Carréra Szundy

Presidente da ALAB, biênio UFRJ 2009-2011

---

Artigo

**Publicação: Gazeta do Povo (PR)**

**Data: 19/05/2011**

**Autor: Carlos Alberto Faraco** - Carlos Alberto Faraco, linguista, foi professor de português e reitor da UFPR.

### **Polêmica vazia**

O desvelamento da nossa cara linguística tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão. Corre pela imprensa e pela internet uma polêmica sobre o livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático (do MEC) para escolas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo seus críticos, o livro, ao abordar a variação linguística, estaria fazendo a apologia do “erro” de português e desvalorizando, assim, o domínio da chamada norma culta.

O tom geral é de escândalo. A polêmica, no entanto, não tem qualquer fundamento. Quem a iniciou e quem a está sustentando pelo lado do escândalo, leu o que não está escrito, está atirando a esmo, atingindo alvos errados e revelando sua espantosa ignorância sobre a história e a realidade social e linguística do Brasil.

Pior ainda: jornalistas respeitáveis e até mesmo um conhecido gramático manifestam indignação claramente apenas por ouvir dizer e não com base numa análise criteriosa do material. Não podemos senão lamentar essa irresponsável atitude de pessoas que têm a obrigação, ao ocupar o espaço público, de seguir comezinhos princípios éticos.

Se o fizessem, veriam facilmente que os autores do livro apenas seguem o que recomenda o bom senso e a boa pedagogia da língua. O assunto é a concordância verbal e nominal – que, como sabemos – se realiza, no português do Brasil, de modo diferente de variedade para variedade da língua. Há significativas diferenças entre as variedades ditas populares e as variedades ditas cultas. Essas diferenças decorrem do modo clivado como se constituiu a sociedade brasileira. Ou seja, a divisão linguística reflete a divisão econômica e social em que se assentou nossa sociedade, divisão que não fomos ainda capazes de superar ou, ao menos, de diminuir substancialmente.

Muitos de nós acreditamos que a educação é um dos meios de que dispomos para enfrentar essa nossa profunda clivagem econômica e social. Nós linguistas, por exemplo, defendemos que o ensino de português crie condições para que todos os alunos alcancem o domínio das variedades cultas, variedades com que se expressa o mundo da cultura letrada, do saber escolarizado.

Para alcançar esse objetivo, é indispensável informar os alunos sobre o quadro da variação linguística existente no nosso país e, a partir da comparação das variedades, mostrar-lhes os pontos críticos que as diferenciam e chamar sua atenção para os efeitos sociais corrosivos de algumas dessas diferenças (o preconceito linguístico – tão arraigado ainda na nossa sociedade e que redundava em atitudes de intolerância, humilhação, exclusão e violência simbólica com base na variedade linguística que se fala). Por fim, é preciso destacar a importância de conhecer essa realidade tanto para dominar as variedades cultas, quanto para participar da luta contra o preconceito linguístico.

É isso – e apenas isso – que fazem os autores do livro. E não somente os autores desse livro, mas dos livros de português que têm sido escritos já há algum tempo. Subjacentes a essa direção pedagógica estão os



estudos descritivos da realidade histórica e social da língua portuguesa do Brasil, estudos que têm desvelado, com cada vez mais detalhes, a nossa complexa cara linguística.

Desses estudos nasceu naturalmente a discussão sobre que caminhos precisamos tomar para adequar o ensino da língua a essa realidade de modo a não reforçar (como fazia a pedagogia tradicional) o nosso apartheid social e linguístico, mas sim favorecer a democratização do domínio das variedades cultas e da cultura letrada, domínio que foi sistematicamente negado a expressivos segmentos de nossa sociedade ao longo da nossa história.

O desvelamento da nossa cara linguística, porém, tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão. Preferem, então, apegar-se dogmática e raiosamente à simplicidade dos juízos absolutos do certo e do errado. Mostram-se assim pouco preparados para o debate franco, aberto e desapaixonado que essas questões exigem.

Artigo

**Publicação: Gazeta do Povo (PR)**

**Data: 24/05/2011**

**Autor: Cristóvão Tezza** – Doutor em Literatura Brasileira, foi professor de Linguística na UFPR.

### **O poder do erro**

Eu não queria escrever sobre esse tema, por esgotamento. Mas tenho lido tanta bobagem, com o tom furibundo das ignorâncias sólidas, sobre o livro didático que “ensina errado”, que não resisto a comentar. É impressionante como observações avulsas, sem contexto, eivadas de um desconhecimento feroz tanto do livro em si como de seu pressuposto linguístico, podem rolar pelo país como uma bola de neve, encher linguíça de jornais, revistas e noticiários e até mesmo estimular o “confisco” do material pela voz de políticos. Instituições de alto coturno, como a Academia Brasileira de Letras, manifestaram-se contra o horror de um livro didático que “ensina errado”. Até o presidente do Congresso, o imortal José Sarney, tirou sua casquinha patriótica. A sensação que fica é de que há uma legião de professores pelo Brasil afora obrigando alunos a copiar no caderno as formas do dialeto caipira, com o estímulo homicida do MEC (de qualquer governo - seria o fim da picada politizar o tema). Sim a educação brasileira vai muito mal, mas estão errando obtusamente o foco.

O que essa cegueira coletiva mostra, antes de tudo, é o fato de que a linguística - a primeira ciência humana moderna, que se constituiu no final do século 18 com o objetivo de compreender a evolução das línguas - não entrou no senso comum. As pessoas, letradas ou não, sabem mais sobre Astronomia do que sobre o funcionamento das línguas, mas imaginam o contrário. Eis uma cartilha básica, nos limites da crônica: toda língua, em qualquer parte do mundo e em qualquer ponto da história, é um conjunto de variedades; uma dessas variedades, em algum momento e em algumas sociedades, ganhou o estatuto da escrita, que se torna padrão, é defendida pelo Estado e é o veículo de todas as informações culturais de prestígio; há diferenças substanciais entre as formas da oralidade e as formas da escrita (são gramáticas diferentes, com diferentes graus de distinção); a passagem da oralidade para a escrita é um processo complexo que nos faz a todos “bilíngues” na própria língua. Pedagogicamente, dar ao aluno a consciência das diferenças linguísticas e de suas diferentes funções sociais é um passo fundamental para o enriquecimento da sua formação linguística.

É função da escola promover o domínio da forma padrão da escrita, estimular a leitura e o acesso ao mundo letrado, e tanto melhor será essa competência quanto mais o aluno desenvolver a percepção das diferenças gramaticais da oralidade e da vida real da língua. Ora, todo livro didático de português minimamente atualizado

reserva um capítulo ao tópico da variedade linguística e ao papel da língua padrão dentro do universo das linguagens cotidianas. Num país de profundos desníveis sociais como o Brasil, o reconhecimento da diferença linguística é o passo primeiro para o pleno acesso à escrita e sua função social. Será isso tão difícil de entender?

Artigo

**Publicação:** A Notícia (SC)

**Data:** 24/05/2011

**Autor:** Ana Maria Stahl Zilles – Linguista, professora da UNISINOS.

**"Fala é mais variada que escrita"**

Entrevista/Ana Maria Stahl Zilles

#### **O que pensa sobre a polêmica?**

Que não tem fundamento. Ela está estabelecida nas informações do primeiro capítulo do livro, que é sobre a diferença entre escrever e falar. Ele é muito adequado porque diz que a escrita é diferente da fala e que na fala existe muito mais variação do que na escrita. Faz a distinção entre a variedade popular e a variedade culta, e mostra que elas têm sistemas de concordâncias diferentes. Eles dizem que na variedade popular basta que o primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente.

Quando os autores explicam que é possível falar “os peixe”, não estão querendo dizer que esse é o certo, nem vão ensinar a pessoa a escrever errado. Isso é como as pessoas já falam. A escola tem é que ensinar a norma culta e o livro faz isso. O objetivo do capítulo é apenas deixar claro que uma coisa é falar e outra é escrever.

#### **Existe preconceito contra quem fala errado?**

Existem pesquisas feitas nos projetos de estudo de variação linguística que entrevistaram as mesmas pessoas em intervalos de 15 e 20 anos. Observou-se que existe um movimento dos falantes se aproximando da norma culta. A população brasileira está com acesso universal à escola e tendo possibilidade de aprender a norma culta. O reconhecimento de que existe variação é essencial para que ela não se sinta um ser excluído da escola. Se um professor diz para um aluno que o modo que ele, os pais e os amigos falam está errado, ele vai se sentir entre dois mundos.

Artigo

**Publicação:**

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1631/139.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

**Autora:** Miriam Lemle – linguista, professora emérita da UFRJ

**Uma nação com variadas línguas**

A rejeição exacerbada que causou a aprovação pelo MEC de um livro didático no qual a diversidade na fala é legitimada é muito mais estranha do que essa tentativa de legitimação de falares populares. A observação de que as formas de falar variam tanto entre agrupamentos feitos em grandes dimensões quanto entre comunidades pequenas e vizinhas não é nada de novo. Tal como ocorre em todas as nações no mundo letrado, também nós no Brasil divergimos na prosódia, na pronúncia, no vocabulário e em alguns aspectos da gramática das línguas que usamos na fala.

Mediante critérios científicos objetivos da ciência da linguagem não há como passar atestados de qualidade superior para uma forma de falar em detrimento da outra. Valorações sociais sobre a variação existem, tal como existem valorações sociais para cores de pele e olhos, lisura de cabelos, formato de narizes, preferências culinárias, artísticas, de parceria sexual, laborial e tantas outras.

À parte os preconceitos, seria biologicamente impossível atingirmos a uniformidade linguística, neste ou em qualquer outro país, tendo em vista como acontece o processo de aquisição de linguagem: ele é baseado na interação entre princípios universais da gramática e parâmetros de variação que permitem um leque de alternativas para a diversidade na linguagem.

Os princípios universais são princípios cognitivos inatos inerentes à própria natureza humana, nossa estrutura neurofisiológica. São princípios arquitetônicos que formatam as gramáticas de todas as línguas, como juntar peças lexicais, atribuir classes gramaticais, formar grupos significativos, inserir marcas de concordância entre verbo e sujeito, entre adjetivo e substantivo e outras mais exóticas, deslocar sintagmas. Aos universais se soma um número finito de alternativas possíveis para implementar o design da gramática universal. Dentre os pontos em que podemos ter soluções arquitetônicas alternativas estão as escolhas de tempos de verbo, conjugações, declinações, concordâncias, ordem das palavras, deslocamentos, modos de representar comandos, negação, pergunta, exclamação e muita outra coisa que não cabe neste espaço.

Os pontos que ficam em aberto para a variedade na pronúncia, na gramática e no vocabulário são muitos, mas cada criança depreende uma gramática a partir de sua análise das falas a que é exposta. A eclosão da gramática é um dos milagres maravilhosos com que a natureza nos presenteia. Em menos de três anos, todos os bebês fazem espoucar uma gramática, uma proeza cognitiva que eles realizam inconscientemente, antes mesmo de serem capazes de jogar dominó, jogo da velha, cara ou coroa ou amarelinha. As gramáticas atingidas pelas crianças de uma mesma comunidade convergem em grande parte, mas não são idênticas, sem que as divergências prejudiquem a comunicação.

Dentro deste quadro, que fica no âmbito das ciências naturais, no mundo moderno construímos nações, comunidades que abrangem milhões de pessoas e de quilômetros quadrados, politicamente estruturadas, profundamente alicerçadas no letramento. A partir disso, precisamos estabelecer normas para a língua escrita, normas que obviamente precisam ter uso unânime. Por isso, todas as nações precisaram selecionar como norma uma das suas variedades de fala, etapa esta da normatização que sempre resultou em certa dose de competição entre variedades. Em seguida, é preciso construir um sistema escolar no qual essa variedade, convencionada como a norma culta, seja ensinada de maneira sistemática, possibilitando aos alunos o bilinguismo: a língua que falam precisará coexistir com a língua que escreverão. No ensino escolar, convém que os pontos de contraste entre as gramáticas coexistentes sejam apontados, descritos e discutidos.

O contrato social que assegura uma norma culta gramaticalmente homogênea precisa ser uma coerção aceita pela comunidade nacional para seu próprio bom funcionamento, mas basta que essa coerção seja entendida como dizendo respeito à expressão através da escrita, sem invadir a expressão oral das pessoas.

Na sua parte de língua portuguesa, o livro didático 'Por uma vida melhor' tem sido lido com descuido e criticado injustificadamente, pois a autora explicita que os exemplos discutidos de frases de uma língua que difere da nossa norma culta são provenientes do uso oral, a fala, e não da norma convencionada para língua escrita. E adverte que o uso de tais formas linguísticas na modalidade escrita é inadequado.

De onde derivam os numerosos e fortes protestos contra a aceitação da variação nos modos de falar? Qual a raiz do estrito apego à dicotomia do certo ou errado em matéria de língua falada? Este é um problema de outra ordem, que surpreende a uma parte diminuta da comunidade acadêmica à qual pertença.